

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

RUTH DOS SANTOS SILVA

**A MORTE NA POÉTICA NEOLATINA SETECENTISTA: OS GÊNEROS
RETÓRICO-POÉTICOS E SUA RECEPÇÃO NOS EPIGRAMAS FÚNEBRES DE
*RELAÇÃO PANEGYRICA***

VITÓRIA
2023

RUTH DOS SANTOS SILVA

**A MORTE NA POÉTICA NEOLATINA SETECENTISTA: OS GÊNEROS
RETÓRICO-POÉTICOS E SUA RECEPÇÃO NOS EPIGRAMAS FÚNEBRES DE
*RELAÇÃO PANEGYRICA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração Estudos Literários.

Linha de pesquisa: Poéticas.

Orientadora: Profa. Dra. Leni Ribeiro Leite.

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

D722 dos Santos Silva, Ruth, 1997-
m A morte na poética neolatina setecentista : os gêneros
retórico-poéticos e sua recepção nos epigramas fúnebres de Relação
Panegyrica / Ruth dos Santos Silva. - 2023.
141 p. : il.

Orientadora: Leni Ribeiro Leite.
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Literatura latina medieval e moderna. 2. Epigramas
latinos. 3. Retórica antiga. 4. Poética. 5. Século XVIII. I. Ribeiro
Leite, Leni. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 82



Secretaria Integrada de Programas de Pós-Graduação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Ruth dos Santos Silva

“A morte na poética neolatina setecentista: os gêneros retórico-poéticos e sua recepção nos epigramas fúnebres de Relação Panegyrica”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Letras.

Aprovada em 27 de abril de 2023.

Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 LENI RIBEIRO LEITE
Data: 28/04/2023 15:32:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Leni Ribeiro Leite (UFES)
Orientadora e Presidente da Comissão

Documento assinado digitalmente
 RICARDO DA CUNHA LIMA
Data: 28/04/2023 09:18:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo da Cunha Lima (USP)
Examinador Externo

Prof. Dr. Cleber Vinicius do Amaral Felipe (UFU)
Examinador Externo

Documento assinado digitalmente
 CLEBER VINICIUS DO AMARAL FELIPE
Data: 27/04/2023 21:18:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Para minha mãe, Antônio, e minhas avós Maria (*in memoriam*) e Noêmia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida. Essa pesquisa foi iniciada durante um projeto de desmonte da educação e promoção do obscurantismo e finaliza, hoje, em um momento em que os pesquisadores deste país podem voltar a sonhar novamente com tempos de apoio à pesquisa brasileira. Desejo, sinceramente, que a importância da pesquisa acadêmica chegue a ser compreendida como um investimento indispensável para o avanço da nossa sociedade e das reflexões que fazemos sobre ela, bem como que aos pesquisadores deste país sejam fornecidos digno amparo por seu trabalho intelectual.

Agradeço à Ufes, por ser a instituição em que eu não apenas tive uma formação de qualidade, mas também aprendi a importância de defender a educação pública em todas as instâncias.

Agradeço imensamente à minha querida orientadora, Profa. Dra. Leni Ribeiro Leite, não só pela grande paciência, mas também por me acompanhar desde a graduação com uma orientação de excelência que se estendeu tanto dentro quanto fora da sala de aula, presencialmente e à distância. Espero que um dia eu seja uma professora, pesquisadora e um exemplo de ser humano como você é para mim e para todos que têm a sorte de te conhecer.

Agradeço à Profa. Dra. Ana Paula Medicci por ter tão gentilmente aceitado me auxiliar durante os Estudos Especiais e compartilhado o material bibliográfico relativos ao panorama histórico da Bahia do século XVIII que foi indispensável para o primeiro capítulo desta dissertação.

Agradeço à banca de qualificação, Prof. Dr. Ricardo da Cunha Lima e Prof. Dr. Cléber Vinicius Amaral Felipe pelas valiosas observações que me permitiram aprimorar o meu texto durante o exame de qualificação e também por aceitarem, tão gentilmente, o convite para reler esta pesquisa, agora, integralmente, e participar da defesa.

Ao meu querido amigo Dreykon, muito obrigada por dividir comigo muito mais do que experiências acadêmicas, mas também as lágrimas e os risos da pesquisa e da vida. Meus agradecimentos a você são breves, porque me falta talento panegírico que faça jus aos meus sentimentos e expresse em palavras todo o meu carinho por você.

À Thayrinne e à Isadora, muito obrigada pela amizade e pelo constante apoio desde a nossa incansável disposição para sempre estudar latim juntas. À Elaine, grazie mille per la tua amicizia, pazienza e comprensione. Sono felice di averti nella mia vita.

Ao Enrico, muito obrigada por ter me apoiado e presenciado muito do meu desespero e também das minhas alegrias durante todo o tempo em que eu ainda começava a sonhar com os caminhos acadêmicos que eu poderia seguir.

Ao Artie, à Amanda, à Ninha, à Elly e à Emy, conhecer vocês foi ganhar uma alegria extra, inesperada e deliciosa na minha vida.

A todos os meus colegas do grupo de pesquisa Limes, Alessandro, Ana Clara, Barbara, Camilla, Fabrizia, Fernanda, Isabella, Luiza Helena, Irlan, Kátia, Marihá e Natan, agradeço pela companhia, pelas longas manhãs e tardes de café na nossa tão amada sala 301. Alguns de vocês me ensinaram latim e literatura latina dentro da sala de aula, mas todos, de algum modo, me ensinaram e me inspiraram.

À Mariana, à Tuane, à Júlia, ao Victor e a todos os que por culpa da minha falha memória eu posso ter esquecido de mencionar, mas que fazem parte da minha vida há muito tempo, obrigada pelas conversas, pelas danças e pela paciência para com a minha ausência em alguns momentos.

E, por fim, agradeço à minha mãe que tem sido a minha âncora na vida. Obrigada por fazer o possível e o impossível para que eu pudesse ter acesso à educação. Obrigada pelo amor e pelo incansável esforço para que eu sonhasse em ser mais do que eu talvez nem imaginasse que poderia ser. E eu não poderia deixar de agradecer também ao meu estimado pai, Manoel, e ao meu irmão, Guilherme, que eu amo tanto.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar doze epigramas neolatinos de *Relação Panegyrica das honras funeraes, às memórias do muito alto, e muito poderoso senhor Rey fidelissimo D. João V, Consagrou a Cidade da Bahia Corte da America Portuguesa: escrita, e dedicada ao excellentissimo, e Reverendissimo senhor D. Joseph Botelho de Mattos, Arcebispo da Bahia, primaz dos Estados do Brasil, do Conselho de Sua Magestade*, publicada em 1753, e organizada por João Borges de Barros, identificando quais elementos do gênero epidítico e do gênero epigramático foram recebidos da Antiguidade clássica. A *Relação Panegyrica* é uma obra fúnebre de caráter elogioso e multilíngue produzida na América Portuguesa. Em um primeiro momento, discutimos a dinâmica entre as línguas latina e vernáculas durante a Idade Moderna tanto nos limites europeus quanto em outras partes do globo, bem como o contexto sócio-político de Portugal e das terras luso-brasileiras durante o governo de D. João V e as práticas letradas neolatinas do século XVIII. Em um segundo momento, discutimos a recepção dos gêneros epidítico e epigramático considerando os preceitos da Antiguidade e a reformulação de suas tópicas a partir dos preceitos modernos de poesia. Para a discussão do que se compreende por poesia na Modernidade, utilizamos os manuais de retórica moderna de Freire (1759), Luzan (1737), Vossio (1647) e Gracián (1725). Em um terceiro momento, tratamos das relações assim como do conceito de morte do século XVIII e sua relação com a retórica epidítica. Analisamos, ainda, a recepção de categorias epigramáticas nos poemas selecionados de *Relação Panegyrica* tais como a *hipérbole*, a *écfrase*, a *metáfora* e a *acumulação*. A pesquisa conclui que a recepção dos textos e dispositivos retóricos da Antiguidade clássica não é apenas uma imitação, mas uma performance retórica que demonstra quais aproximações e afastamentos são realizados entre o material antigo e a matéria poética moderna. Além disso, constatamos que esses elementos são utilizados tanto para o louvor a D. João V como também para auxiliar a construção de uma imagem virtuosa do rei e para efeito narrativo das exéquias do monarca. Em anexo, apresentamos a tradução integral dos epigramas latinos.

Palavras-chave: Relação Panegyrica. Epigramas. América Portuguesa. Neolatin. Epidítico.

ABSTRACT

The present dissertation aims at analyzing twelve neo-latin epigrams of *Relação Panegyrica das honras funeraes, às memórias do muito alto, e muito poderoso senhor Rey fidelissimo D. João V*, *Consagrou a Cidade da Bahia Corte da America Portuguesa: escrita, e dedicada ao excellentissimo, e Reverendissimo senhor D. Joseph Botelho de Mattos, Arcebispo da Bahia, primaz dos Estados do Brasil, do Conselho de Sua Magestade*, published in 1753, and organized by João Borges de Barros, identifying which elements of the epideictic and epigrammatic genres were received from classical Antiquity. The *Relação Panegyrica* is a funeral and multilingual text of praise produced in Portuguese America. Initially, we discuss the dynamic between the Latin and vernacular languages in the Early Modern Period considering Europe and also the other territories around the globe, as well as the social-political context of Portugal and the Luso-Brazilian lands during the government of D. João V and the Neo-Latin literate practices of the 18th century. Then, we argue about the reception of epideictic and epigrammatic genres considering the precepts of Antiquity and the reformulation of their topics within the modern poetical precepts. For the discussion about what was understood as poetry in the Early Modern Era, we used the manuals of modern poetics by Freire (1759), Luzan (1737), Vossio (1647), and Grácian (1725). And finally, we discuss the *relações* as a genre as well as the concept of death in the 18th century and its relation with epideictic rhetoric. We also analyzed the reception of epigrammatic categories in selected poems from *Relação Panegyrica* such as hyperbole, ekphrasis and metaphor. The research concludes that the reception of texts and rhetorical devices from classical antiquity is not only an imitation, but also a rhetorical performance that demonstrates which approximations and distances are made between the ancient material and the modern poetic matter. Furthermore, we realized that these elements are used both for the praise of D. João V and also to help build a virtuous image of the king and for the narrative effect of the monarch's funeral. In the appendices, we present the full translation of the Latin epigrams.

Keywords: *Relação Panegyrica*. Epigrams. Portuguese America. Neo-Latin. Epideictic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O NEOLATIM: EUROPA E A AMÉRICA PORTUGUESA	19
1.1 A convivência da escrita vernacular e latina nos países europeus	19
1.2 O clima sócio-político e intelectual em Portugal e na América Portuguesa do século XVIII	24
1.3 O neolatim na América Portuguesa	32
2 A RECEPÇÃO DOS GÊNEROS RETÓRICO-POÉTICOS DA ANTIGUIDADE	37
2.1 Os lugares argumentativos do gênero epidítico da Antiguidade frente ao conceito de poesia da primeira Modernidade	38
2.2 A recepção da Antiguidade nos epigramas da Idade Moderna	47
3. A RECEPÇÃO DE CATEGORIAS EPIDÍTICAS DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA FRENTE À CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE D. JOÃO V NOS EPIGRAMAS FÚNEBRES DE RELAÇÃO PANEGYRICA	52
3.1 Algumas notas sobre as Relações	53
3.2 A morte na poesia do século XVIII	56
3.3 As categorias epigramáticas	60
3.3.1 “Nusquam plus habuit pelagus, quam liber ille, Salis.” - a metapoesia e a hipérbole	61
3.3.2 “Sol cadit, ille cadit!” - a éfrase	68
3.3.3 “Pacis amans” - A metáfora	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE I - Considerações acerca da transcrição e da tradução	105
APÊNDICE II - Transcrição e tradução dos epigramas de Relação Panegyrica	108
APÊNDICE III - Tabela dos epigramas de Relação Panegyrica	129
APÊNDICE IV - Tabela geral dos gêneros retórico e poéticos de Relação Panegyrica	132

INTRODUÇÃO

A chegada dos europeus na América, ocorrida no século XVI, foi o início de uma longa história de translação de povos entre os chamados Velho Continente e Novo Mundo: uma história pouco pacífica, repleta de violência e de opressão. No entanto, em que pesem os difíceis temas que enfrentamos ao trabalhar com este capítulo da História, este foi também um período de intensas trocas, que frutificariam em novos modos de escrever e ler. As comunidades de europeus que vieram para se estabelecer na América Portuguesa¹ durante os séculos XVI-XVIII não eram monolíngues, como não eram os habitantes das terras invadidas. Na Europa, naquele momento, em paralelo às muitas línguas vernáculas, a língua latina não funcionava apenas como língua da religião, mas também da educação, governo, comunicação e arte.

Apesar da valorização cultural que a língua e literatura latina obtiveram tanto na Europa quanto para além de suas fronteiras durante a Idade Moderna², Moul (2017, p. 2) esclarece que os textos neolatinos desse período foram por muito tempo negligenciados por estudiosos e muito da produção neolatina tem seu acesso dificultado aos leitores e pesquisadores. Nesse

¹ Concordes com Santos (2018, p. 14), utilizaremos a denominação “América Portuguesa” ao invés de “Brasil Colônia”, uma vez que esta expressão está associada à proposta anacrônica, reproduzida pela historiografia brasileira, que sugere uma oposição da colônia à metrópole (PRADO JÚNIOR, 2002).

² Monteiro (2011, p. 6) afirma que, de grosso modo, convencionou-se chamar de Idade Moderna o período que compreende o final do século XV e início do século XIX. Dentre o que se conceituou como moderno, Souza (2011, p. 14-15) observa que o adjetivo *modernus* surgiu no latim da Alta Idade Média, proveniente do advérbio *modo* que significa “agora mesmo”, “neste instante”, e mantinha relação de antonímia com o *antiquus*, adjetivo derivado de *ante* que significa “anteriormente”, “dantes”, “outrora”. Esse par de conceitos antigo/moderno foi aplicado à segmentação da história na qual antigo se referia à Antiguidade grega e romana, enquanto moderno referia-se à fase posterior à extinção política do Império Romano no Ocidente (SOUZA, 2011, p. 14-15). Na segunda acepção do termo, moderno tornou-se aplicável à Renascença, em que a descoberta da América, a invenção da imprensa, bem como outras novidades da época, de acordo com Souza (2011, p. 15), pareciam romper com um passado de atraso e ignorância. Para André (2013, p. 18-19), o argumento de que este tempo cheio de descobertas e culturalmente cheio de novidades, marcado no final do quatrocentos, representa um rompimento com a Idade Média das Trevas, carece de consistência, pois quem entende este período desta maneira parece implicar que o mundo se baseia numa alternância de pretos e brancos e acaba por desconsiderar autores como Dante (1265-1321), Petrarca (1304-1374), Boccaccio (1313-1375), Nicolau de Cusa (1401-1464), Leonardo Bruni (1370-1444) e outros que fazem fronteira cultural entre a Idade Média e o início da Idade Moderna e, seja no campo literário ou filosófico, seus trabalhos são base de um novo pensamento europeu. Conforme André (2013, p. 18-19), este novo tempo cultural entendido como renascido marca a Primeira Modernidade. Na terceira e última acepção do termo moderno, Souza (2011, p. 15) explica que, sem perder os sentidos já cristalizados nas duas acepções anteriores, a terceira definição de moderno se aplicaria à época que se estende do Renascimento aos fins do século XVIII, sendo a Revolução Francesa um marco inaugural simbólico do que se convencionou, posteriormente, como idade contemporânea, tempo distinto tanto da idade antiga quanto da moderna.

sentido, o nosso interesse por estudar a *Relação Panegyrica das honras funeraes, às memórias do muito alto, e muito poderoso senhor Rey fidelissimo D. João V, Consagrou a Cidade da Bahia Corte da America Portuguesa: escrita, e dedicada ao excellentissimo, e Reverendissimo senhor D. Joseph Botelho de Mattos, Arcebispo da Bahia, primaz dos Estados do Brasil, do Conselho de Sua Magestade* (daqui em diante, abreviaremos por *RP*), organizada por João Borges de Barros e publicada em 1753, surgiu a partir do reconhecimento de que a obra faz parte desse campo das práticas letradas neolatinas produzidas na América Portuguesa que ainda é pouco explorado.

A *Relação Panegyrica* é uma obra epidítica fúnebre de louvor a D. João V. O monarca nasceu em 22 de outubro de 1689, em Lisboa, filho de D. Pedro II e Maria Sofia de Neuburg, e foi aclamado como rei de Portugal em 1707. No período de reinado de D. João V, a Europa tornou-se palco de conflitos bélicos entre os países vizinhos de Portugal e o afastamento da Coroa Portuguesa desses conflitos é lido como um período de tranquilidade do governo joanino e também de crescimento pela exploração aurífera brasileira (FERREIRA, 2003, p. 21). A política de exploração aurífera na América Portuguesa acabou por proporcionar ao Império Português de D. João V grandes condições financeiras para a realização de construções como conventos, bibliotecas, aquedutos e outras construções arquitetônicas. Em razão do período áureo do governo joanino e do interesse do monarca pelas discussões do Movimento das Luzes, D. João V é apontado por historiadores tais como José Manuel da Costa Ferreira (2003), Maria Beatriz Nizza da Silva (2006) e Júnia Ferreira Furtado (2019) como patrono das artes e letras, uma vez que o rei destinava grandes recursos à compra de obras de artes, às impressões de livros, à construção de academias literárias. Em 1740, o rei começou a queixar-se de alguns problemas de saúde e, em 1742, foi acometido de uma paralisia que afetou toda a parte esquerda de seu corpo. Com a morte de D. João V em 1750, Ferreira (2003, p. 10) observa que se deu o início de uma série de cerimônias e exéquias fúnebres em Portugal e nas terras pertencentes ao Império Português que originou, ainda, a produção de variados discursos elogiosos fúnebres como orações, sermões, relações, prantos poéticos, epicédios, memórias, odes e panegíricos.

Dentre esses textos mencionados por Ferreira, temos a *Relação Panegyrica*, que, para além de ser uma obra extensa, contando com trezentos e vinte seis páginas, é também multilíngue, dado que os poemas são escritos em espanhol, português e latim. Além disso, a *Relação Panegyrica* é vária em formas poéticas, pois possui sessenta e sete sonetos em português e

quatro em espanhol, trinta e seis epigramas latinos e um em português, cinco epitáfios em latim e um em língua portuguesa, cinco elegias latinas, um anagrama latino, quatro elogios em português e dois em latim, bem como dois romances heróicos, duas odes, duas canções, uma écloga, três décimas, um cenotáfio e quatro glosas³ sendo estes últimos escritos em vernáculo. Além dos gêneros poéticos, há, na *Relação Panegyrica*, outros gêneros oratórios como os sermões e as orações fúnebres, assim como a descrição das exéquias. A obra é também diversa em autoria: muitos poetas foram religiosos ou autores anônimos pertencentes ao Colégio da Bahia. É importante destacar que existe um soneto da *Relação Panegyrica* que é de autoria feminina; no entanto, não há informações sobre o nome da autora, apenas que a escritora foi uma religiosa do Convento do Desterro da Bahia. Dentre os poetas que assinam os epigramas latinos da obra estão Emmanuel Ferreira Neves, Emmanuel Pereira do Lago; Joseph Pires de Carvalho e Albuquerque; Freire Manoel de Santa Maria Itaparica; os demais epigramas são assinados pela Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia.

Por esse caráter tão vário da *Relação Panegyrica*, procuramos checar as informações biográficas sobre os autores a fim de verificar se estes escritores pertenciam às academias estabelecidas nas terras luso-brasileiras e qual formação acadêmica eles tiveram. Para o mapeamento dos autores que assinaram alguns epigramas, consultamos, em especial, os sete volumes dos dicionários bibliográficos de Blake, assim como procuramos por informações em artigos e nas bibliotecas digitais brasileiras e portuguesas. No que se refere ao poeta Emmanuel Pereira do Lago, não foi possível encontrar informações bibliográficas. Deste autor, consta, no catálogo de autores brasileiros da Biblioteca brasileira da Universidade de Santa Catarina, apenas a informação de que seu nascimento ocorreu em Portugal. Na *Relação Panegyrica*, são de autoria de Emmanuel Pereira do Lago três epigramas e um epitáfio em latim. O nome do poeta aparece listado em outras obras que citam a *Relação Panegyrica* como o licenciado Manoel Pereira do Lago e, utilizando essa última grafia, encontramos manuscritos sobre comércios de tabacos, negociações de dívidas e venda de negros que foram escravizados, mas nenhuma informação sobre a sua vida.

A checagem sobre os nomes dos autores evidenciou também uma inexatidão sobre o levantamento dos poetas de *Relação Panegyrica*. Segundo o catálogo de obras de autoria de Rubens Borba de Moraes (1983, p. 85), o poeta Emmanuel Pereira do Lago e o “licenciado” de mesmo nome publicaram poemas diferentes, uma vez que a lista de Moraes explicita que o

³ No apêndice IV desta dissertação, elaboramos um quadro que mostra a variação de formas poéticas, língua, autoria e temáticas de todos os poemas de *Relação Panegyrica*.

primeiro teria publicado dois epigramas latinos - que em nosso exame constou três - e um epitáfio, enquanto o licenciado apenas teria publicado um soneto. No catálogo da biblioteca brasileira da UFSC, consta somente o nome Emmanuel Pereira do Lago. Diante dessa distinta catalogação, percebemos que, enquanto o catálogo de Moraes parece indicar que os autores de mesmo nome se distinguem pelo título de “licenciado” e, logo, são pessoas diferentes, e o catálogo da UFSC parece entender que há um único poeta chamado Emmanuel Pereira do Lago, a diferença se dá pela língua na qual os poemas são escritos. Isso porque, os poemas latinos de Lago são assinados com a junção de seu nome e a informação *In facultate Artium Magister*, e em português, o licenciado acompanha o nome do poeta. Isso ocorre também com o escritor Emmanuel (Manoel) Ferreira Neves: sabe-se que Neves nasceu na Bahia, foi reconhecido como um poeta distinto e, para além da autoria de dois epigramas (um latino e um em português) e cinco sonetos em *Relação Panegyrica*, o autor é responsável pela obra *Compêndio do Peregrino na América*, publicado em Lisboa, em 1760 (BLAKE, 1900, VI, p. 81-82).

A respeito de Joseph (José) Pires de Carvalho e Albuquerque, comenta-se que o poeta nasceu na Bahia, foi fidalgo da Casa Real, doutor em cânones pela Universidade de Coimbra, alcaide-mor da Vila de Maragogipe, sócio e censor da Academia brasílica dos Esquecidos e cavaleiro da ordem de Cristo. Das obras de Albuquerque, estão listadas *Culto Métrico*, publicada em Lisboa, em 1757, além de um poema sem título feito em oitenta e uma oitavas e apresentado à Academia Brasílica dos Renascidos, estima-se que por volta de 1759 (BLAKE, V, p. 139-140). No dicionário de Blake, apenas a inscrição sepulcral em português, sob o título “No túmulo de sua Majestade Fidelíssima”, é marcada como poema de autoria de Albuquerque pertencente à *Relação Panegyrica*. Mas o poeta é autor também de um epigrama (*Serenissimi D.D. Joannis V. Lusitanorum Regis Tumulo in Metropolitana Sede Bahiensi Sumptuosissime extructo*) e um epitáfio latino que compõem a obra. Quanto ao frei Manoel de Santa Maria Itaparica, este é, talvez, o poeta cujas informações são mais fáceis de encontrar. O poeta nasceu na vila de Itaparica da província da Bahia, em 1704, professou, em 1720, no convento de Igarassu da ordem seráfica de São Francisco e, nessa ordem, exerceu seus estudos e suas funções religiosas (BLAKE, 1900, VI, p. 196-197). As obras atribuídas ao Frei são o poema tragicômico *Eustachidos* (1762), a *Descrição da ilha de Itaparica*, e o *Manifesto das grandes festas que se fizeram na Capital da Paraíba aos faustíssimos casamentos dos Príncipes de Portugal e Castella* (1768). O poeta assina, ainda, três sonetos e

uma canção fúnebre em português e um epigrama latino que fazem parte de *Relação Panegyrica*.

Com respeito às informações acerca do organizador da obra, João Borges de Barros, consta que o poeta nasceu na Vila da Purificação da Bahia, em 1706, teve o princípio de sua educação humanística no Colégio dos Jesuítas, formou-se em direito canônico na Universidade de Coimbra, foi presbítero secular, cônego doutoral da Sé da Bahia, chanceler e desembargador da relação eclesiástica e ocupou a função de visitador e governador do bispado. Barros é destacado também por seu engenho poético admirável, pela excelente metrificação de poemas latinos, italianos, castelhanos e portugueses (BLAKE, 1985, III. p. 368-369). Das obras que escreveu e organizou estão a *Relação Summaria dos fúnebres obséquios que se fizeram na cidade da Bahia, corte da América Portuguesa, às memórias do sr. dr. Manuel de Mattos Botelho, provisor e governador do bispado de Mariana*, publicado em 1745, em Lisboa; a *Relação Panegyrica*, e duas publicações sem data, sendo uma um *Panegyrico ao illm. e exm. sr. Conde de Sabugoza, Vasco Fernandes Cezar de Menezes*, e a outra nomeada por *Poesias várias à diversos assuntos*.

Com toda essa variedade de *Relação Panegyrica*, João Borges de Barros em sua “Advertência a quem ler”⁴, que se encontra nas páginas iniciais da obra, afirma que a publicação do livro, datada de 1753, é uma segunda versão, porque a primeira teria sido perdida em um naufrágio e, dessa maneira, a versão à qual temos acesso seria diminuta, porque muitos de seus autores não foram encontrados para compor novamente seus poemas. O único texto que menciona o naufrágio mencionado na obra foi publicado em 1983, em um catálogo de obras raras sobre as terras luso-brasileiras intitulado *Bibliographia Brasiliana: rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian authors of the Colonial period*, de autoria de Rubens Borba de Moraes. Neste catálogo, o autor parece confiar que a versão da *Relação Panegyrica* a que temos acesso é, de fato, uma segunda edição, mas não há indícios ou referências históricas que comprovem que esse naufrágio ocorreu. Em nossa pesquisa, não obtivemos sucesso em encontrar comprovação histórica

⁴“A soberania, e piedade do objeto, a que é composto este livro, e a generosa ternura do Excelentíssimo Prelado, que o manda dar ao prelo, fizeram preciso, que, depois de naufragar o primeiro na Capitania da Frota da Bahia, se escreve de novo: por cujo motivo aparecem últimas estas entorpecidas expressões de uns Vassallos, que nos obséquios funerais ao seu suspirado Monarca, assim como na fidelidade, e amor, souberam ser os primeiros. Também por aquela razão vai o livro em muita parte diminuto, por se haverem perdido os originaes de alguns papéis, e se acharem ausentes seus Autores: e finalmente pela pouca demora da presente nau, em que segunda vez se transporta” (BARROS, 1753, p. ii).

deste naufrágio, assim como não pudemos verificar se há alguma menção deste fato na obra *Naufrágios e afundamentos: Costa do Brasil 1503 a 1995*, de José Costa de Araújo, em virtude da indisponibilidade de seu exemplar para aquisição seja por meio impresso ou digital.

A dificuldade em encontrar alguns estudos acerca da obra se relaciona também ao apagamento do latim enquanto língua presente no ambiente cultural luso-brasileiro e de sua produção literária neolatina. Esse apagamento da língua latina deve-se à tradição histórico-literária do século XIX que buscou a afirmação de uma língua nacional a fim de propor um modo de sustentação de sua própria formação enquanto nação. Após a crítica literária que ganhou força no início do século XX atribuir visões romântico-nacionalistas às letras dos séculos XVI-XVIII⁵, um movimento contrário a essa crítica surgiu na segunda metade do século XX propondo pensar as letras produzidas na América Portuguesa em suas particularidades históricas e, portanto, como parte de um campo literário de produção específico da época. Esse novo olhar às práticas letradas coloniais se deu, inicialmente, em relação aos escritos em vernáculo. Ainda na década de setenta, alguns pesquisadores da Unesp, tais como os professores Enio Aloisio Fonda, Celso Pontara e Mirtes Rocha Rodrigues, organizaram uma recolha de textos neolatinos e multilíngues escritos em verso e em prosa dos séculos XVI ao século XX e que foram produzidos na América Portuguesa. A recolha destes textos e a criação do *Archivum Generale Poetarum Latinorum Brasiliensium* descortinou uma realidade cultural luso-brasileira em que os mesmos autores que liam e escreviam em português também o faziam em outras línguas vernáculas e em latim. Ademais, graças a essa iniciativa dos professores, muitas teses, dissertações e traduções foram desenvolvidas acerca da produção literária neolatina nas terras hoje chamadas brasileiras.

A última atualização acerca do estado do arquivo que abrigou diversos textos latinos e multilíngues foi publicada em 2007 pelos professores Enio Aloisio Fonda, Mirtes Rocha

⁵ A crítica literária do início do século XX que se propôs a pensar sobre a formação da Literatura brasileira e a formação de seu cânone, por vezes, desconsiderou as letras produzidas na América antes do estabelecimento do Brasil enquanto nação e, por conseguinte, ignorou as disputas intelectuais e políticas que envolveram este momento. Para Teixeira (2003, p. 138), o que se conhece hoje por literatura colonial brasileira, a partir de VERÍSSIMO (1916), CANDIDO (1959), COUTINHO (1960) e BOSI (1970), é “invenção do século XIX” fundada na tradição da hermenêutica romântica que apagava as diferenças culturais próprias de cada época e unificava indistintamente o que os séculos XVI, XVII e meados do XVIII concebiam como diferentes manifestações das letras: “com estrutura, normas e funções específicas em seus respectivos momentos, quanto à poesia épica, poesia lírica, poesia satírica, sermão, história, encômio, narrativa alegórica, diálogos, autos cartas” e outros (TEIXEIRA, 2003, p. 139).

Rodrigues e Cláudia Valéria Peneval Binato, em um artigo intitulado “O estado atual do acervo dos manuscritos junto ao *Archivum Generale Poetarum Latinorum Brasiliensium*”. Desde a escolha do recorte desta dissertação, foi de nosso interesse saber a situação atual deste arquivo após a atualização de 2007, bem como digitalizar as obras que não estão disponíveis em meio virtual. Como a maior parte dessa pesquisa de mestrado se deu durante a pandemia, apenas em agosto de 2022 tivemos acesso às obras que restaram do *Archivum* e também às teses e dissertações sobre esses escritos. No decorrer de nossa visita técnica, encontramos algumas obras disponíveis tanto no *Archivum* quanto na biblioteca de Letras da Universidade de Assis que foram importantes para o desenvolvimento de nossos capítulos, mas também confirmamos a dificuldade de encontrar informações e estudos acerca da obra por nós estudada, a *Relação Panegyrica*. Dentre os escritos que mencionam a obra organizada por João Borges de Barros e aos quais tivemos acesso durante a nossa visita técnica, apenas a tese *Os poetas latinos da academia brasílica dos esquecidos*, publicada em 2000, da professora Cláudia Valéria Peneval Binato, cita a existência da obra que estudamos, bem como seu organizador, e indica a quantidade de epigramas em louvor a D. João V de autoria de Barros. Encontramos também folhas avulsas a respeito da biografia de João Borges de Barros e menção de suas obras poéticas, mas, essas informações, além de poucas, também estão disponíveis no terceiro volume do *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1895).

Dentre outras publicações que mencionam a existência da *Relação Panegyrica*, não foi possível observar nenhum estudo acerca dos poemas latinos da obra. Há alguns textos que vinculam os poemas e sermões de *Relação Panegyrica* às representações das cerimônias fúnebres na América Portuguesa, como faz o artigo “As cerimônias fúnebres no Brasil colonial: ponto de vista historiográfico e descrições dos séculos XVII e XVIII”, de Clara Braz dos Santos (2017), e outros textos destacam a ligação da obra organizada por João Borges de Barros como representação do poder imperial de D. João V, a exemplo do capítulo “Sol oriens in occiduo: Representations of Empire and the City in Early Eighteenth-Century Brazil”, de Kirsten Schultz, que integra a obra *Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World*, publicado em 2008, em sua primeira edição. Há, ainda, o capítulo “Uma metrópole no ultramar português”, de Bruno Feitler e Evergton Sales Souza, que integra a obra *Salvador da Bahia* (2016), em que as pompas fúnebres descritas em *Relação Panegyrica* são interpretadas como exemplo do enaltecimento da cidade da Bahia e da corte luso-americana do século XVIII.

Da fortuna crítica de *Relação Panegyrica*, observamos que a maioria dos estudos sobre a obra sempre tomam o livro como uma representação histórica do governo de D. João V; além disso, os exemplos são quase sempre apoiados nas descrições em prosa das pompas fúnebres ou em alguns poemas em português e espanhol. O nosso interesse por estudar os epigramas latinos de *Relação Panegyrica* surgiu também da percepção de que não há estudos sobre as poesias latinas desta obra e, se este livro tem recebido algumas leituras que se concentram em interpretações relacionadas ao campo histórico, consideramos igualmente importante estudar os aspectos retórico-poéticos da obra. Já como parte deste movimento, em meados de 2022, publicamos, no site *Classical Reception Studies Network*, um curto texto “Representações divinas de D. João V”, que buscou, a partir da análise de alguns epigramas latinos, observar como a construção da imagem de D. João V nos poemas analisados se deu por meio dos usos das figuras divinas cristãs e pagãs. Nesse sentido, conseguimos considerar não só a leitura histórica, mas também a questão poética, além da própria língua latina. É, portanto, de nosso interesse preencher algumas lacunas que observamos nos estudos de *Relação Panegyrica* e propor uma abordagem que se preocupe em observar a obra em seu aspecto literário e multilíngue. Por isso, o objetivo geral desta dissertação é identificar quais mecanismos retórico-poéticos foram recebidos da Antiguidade e utilizados na construção dos epigramas latinos da obra, tendo em vista sua função epidítica.

Porque grande parte dos autores dos epigramas latinos nasceram na América Portuguesa, tinham formação acadêmica inicial nos colégios jesuítas e, posteriormente, em Lisboa, ou também exerciam funções administrativas e religiosas nas terras luso-brasileiras, bem como participavam das academias literárias, e principalmente pelo caráter multilíngue de *Relação Panegyrica*, propomos, em nosso primeiro capítulo intitulado “O neolatim: Europa e América Portuguesa”, um percurso que abarcasse a convivência das línguas latinas e vernáculas, inicialmente, na Europa até sua extensão à América Portuguesa. Dessa maneira, discutimos a diversidade linguística durante a formação das sociedades coloniais, o clima sócio político e intelectual da Metrópole lusitana e da América Portuguesa, e todos os imbricamentos sociais e culturais do século XVIII que estão vinculados à produção letrada neolatina luso-brasileira.

No segundo capítulo, “A recepção dos gêneros retórico-poéticos da Antiguidade”, tratamos, inicialmente, do gênero retórico epidítico, a partir do exame dos manuais de retórica antiga tais como a *Retórica*, de Aristóteles, a *Retórica a Herênio*, de autor anônimo, o *Sobre o orador*, de Cícero, a *Instituição Oratória*, de Quintiliano, a *Poética*, de Aristóteles, e a *Arte*

Poética de Horácio. São três os gêneros retóricos estabelecidos por Aristóteles: 1) o deliberativo ou político, que faz menção ao futuro ao aconselhar ou dissuadir; 2) o judicial ou forense, que se refere ao passado ao acusar ou defender; e, por fim, 3) o epidítico ou demonstrativo, que se vincula ao presente, nas chaves do elogio ou censura, embora, por vezes, a evocação de argumentos no passado evoquem também o futuro (Arist. *Rh.* 1. 1358b). É o gênero epidítico que toma o centro de nossa argumentação, uma vez que a *Relação Panegyrica* é uma obra epidítica. Nesse sentido, tratamos dos preceitos que regem o discurso deste gênero retórico desde a Antiguidade e como ele é abordado na Modernidade, levando em consideração as poéticas modernas, como a *Arte Poética*, de Ignácio Luzan (1737), *A arte poética ou regras da Verdadeira Poesia*, de Francisco José Freire (1759), a *Agudeza y Arte de ingenio*, de Baltasar Gracián (1725) e a *Poética*, de João Gerardo Vossio (1647). Esse percurso pode ser explicado pelo fato de que, em nossa pesquisa, estabelecemos duas hipóteses: a primeira hipótese afirma que o resgate do gênero retórico epidítico e do gênero poético epigramático da Antiguidade, longe de ser apenas uma imitação dos modelos antigos, é antes de tudo uma retomada que estabelece e demonstra claramente quais aproximações e afastamentos são realizados entre o material antigo recebido e a matéria poética moderna, e essas semelhanças e diferenças estão ligadas à ideia de deleite poético e de moralidade da Idade Moderna. Essa hipótese foi levantada porque percebemos que, ainda que as noções do gênero epidítico permaneçam nas orientações das poéticas modernas, assim como o uso de recursos epigramáticos é amplamente defendido por preceptistas como Vossio, Luzán, Gracián e Freire, a defesa de uma poesia que procure um equilíbrio entre o deleite e a moralidade acaba por limitar ou excluir alguns modelos antigos. Nesse sentido, a maestria no uso de figuras de linguagem como a metáfora a partir de Marcial é fortemente elogiada por Gracián, mas sua obscenidade o torna alvo de críticas de preceptistas como Luzán e Freire. Ao mesmo tempo, os recursos de dispositivos como a écfrase e a hipérbole, bem como os modelos ovidianos a partir das *Metamorfoses* são amplamente defendidos pelos preceptistas modernos.

A nossa segunda hipótese é a escolha das figuras de linguagem específicas do gênero epidítico, como a hipérbole, a écfrase e a metáfora que são recuperadas da Antiguidade e utilizadas nos epigramas propondo que, durante a descrição das exéquias de D. João V nos epigramas da obra, há uma tentativa de construção de uma imagem virtuosa do rei que está associada à ideia de boa morte do século XVIII. Pensando por essa ótica, em nosso terceiro e último capítulo, discutimos brevemente sobre as origens dos textos denominados relações e

apresentamos algumas discussões acerca da morte e poesia no século XVIII. Ao fim do terceiro capítulo, discutimos propriamente as categorias que estabelecemos para a nossa análise, sendo estas a metapoesia e a hipérbole; 2) a ecfrase; e 3) a metáfora. Porque as temáticas se repetem nos epigramas, selecionamos apenas doze poemas para a nossa análise do terceiro capítulo, mas, ao longo desta dissertação, apresentamos e discutimos outros epigramas.

Como a *Relação Panegyrica* não dispõe de nenhuma edição crítica, apresentaremos uma transcrição e tradução dos poemas a partir da edição que foi publicada em Lisboa, em 1753, e, atualmente, foi disponibilizada no acervo do Senado Federal. Essa edição da obra também faz parte do acervo da Biblioteca Nacional Digital de Portugal. Nesta dissertação, constam, ainda, quatro apêndices. O primeiro é intitulado “considerações acerca da transcrição e da tradução”; o segundo se constitui como a transcrição e tradução dos dezessete epigramas de *Relação Panegyrica* que aparecem ao longo desta dissertação; para o terceiro, elaboramos uma tabela que demonstra a variedade de temas dos epigramas, de autores e da extensão dos poemas; por fim, propomos uma tabela geral com a disposição de todos os gêneros, autores, temas, extensão e línguas dos textos que compõem a obra aqui estudada.

1 O NEOLATIM: EUROPA E A AMÉRICA PORTUGUESA

Propomos refletir, neste capítulo, sobre a dinâmica entre o latim e o vernáculo, dado que as sociedades tanto da Europa como de seus territórios colonizados também se constituíam como comunidades políglotas. Para tanto, nos baseamos nos estudos de Bloemendal (2015); Leite (2021); Burke (2004) e Verbeke (2015), a fim de traçar um percurso da produção neolatina desde a Europa Moderna até sua expansão à América Portuguesa. Compreendemos a Europa da Idade Moderna como uma Europa polígota, em que a coexistência da língua latina e das línguas vernaculares proporcionou uma dinâmica que pode ser observada na produção literária e científica da época. Nesse universo multilíngue, escolher escrever em vernáculo ou latim não implicava, necessariamente, em divergências e isolamento; ao invés disso, a escolha por escrever em língua clássica ou vernacular foi uma escolha consciente, atravessada por questões sociais e intelectuais, mas, que, sobretudo, foi fruto de uma possibilidade que os autores possuíam. Dentro deste panorama está a *Relação Panegyrica*, que se constitui como uma obra escrita por uma variedade de autores, composta de formas poéticas diversas escritas em vernáculo e em latim.

1.1 A convivência da escrita vernacular e latina nos países europeus

O episódio bíblico da torre de Babel (*Gn*, 12.9) pode ser considerado um dos mais antigos mitos usados para explicar a diversidade de línguas existentes e, conseqüentemente, a dificuldade de comunicação entre povos. Dante Alighieri, em *De vulgari eloquentia*, retoma a história da torre de Babel para demonstrar o declínio de uma língua natural – a língua de Adão que foi dada por Deus, isto é, a hebraica – e o desenvolvimento de várias línguas, responsáveis por dificultar a compreensão entre as pessoas (ALIGHIERI, *De vulgari eloquentia*, I. VI). Para o poeta (*De Vulgari Eloquentia*, I.IX), todas as línguas são frutos de uma reconstrução humana e, portanto, naturais. O latim⁶, por outro lado, seria uma língua artificial porquanto permanecia inalterável e idêntica mesmo com o passar dos tempos, sendo fixada em suas regras gramaticais. Essa concepção da língua latina como uma língua artificial

⁶ Quanto ao uso dos termos “latim e “vernáculo”, Jan Bloemendal (2015, p. 3) observa que estes precisam ser qualificados, pois deve-se pensar o latim como latins, já que a língua latina poderia ser falada, escrita e compreendida por pessoas que a conheciam tão bem quanto sua própria língua nativa, bem como por aquelas que conheciam latim o suficiente para satisfazer seus objetivos particulares. Neste trabalho, estamos pensando em particular no latim como língua não-materna e moderna, ou seja, usada na primeira modernidade, e, portanto, língua artificial, como definimos no texto. No que se refere ao vernáculo, este consiste em muitas línguas, dialetos, socioletos e idioletos e, assim, uma pessoa poderia falar, escrever e compreender até mais de um vernáculo.

está apoiada no que restou do latim clássico nos textos literários que chegaram até Dante. Leite (2021, p. 98) explica que o latim clássico presente nas formas literárias da Antiguidade foi propositalmente construído, deliberadamente purificado, proposto como um ideal e conscientemente propagado uma vez que a educação era um instrumento de sucesso utilizado pelos romanos para a pacificação de terras conquistadas. A autora observa, ainda, que entender a língua latina clássica como uma língua artificial e não uma língua falada por nativos cotidianamente não significa negar que o latim tenha sido uma língua natural, pois, ao longo de sete séculos desde os primeiros registros em pedras, potes de cerâmica e fivelas de metal no século III a. C. até a fragmentação do império no século V d.C., o latim foi uma língua natural para seus falantes (LEITE, 2021, p. 98).

Enquanto a artificialidade da língua latina é apresentada por Dante como ponto desfavorável em uma comparação com as línguas vernaculares consideradas naturais, há ao mesmo tempo o reconhecimento de que a imutabilidade do latim permitia aos povos de diversos lugares conhecer as gestas dos antigos e alcançar autoridade em seus escritos. Isto é, o poeta reconhece que a posição de prestígio do latim clássico está ligada à manutenção de uma tradição histórico-literária. É interessante observar que em *De vulgari eloquentia*, a defesa de Dante sobre a escrita em língua vernácula não repousa apenas na diferença entre o latim e o vernáculo, mas também nas semelhanças, porquanto o poeta advoga a língua vulgar florentina toscana como a mais parecida com a língua latina e, portanto, a melhor indicada para o exercício da escrita em língua vernacular (ALIGHIERI, *DVE*, I.X). Assim como Dante, outros autores europeus posteriores, como Leon Battista Alberti (1404-1472), Erik Van de Putte (1574-1646) e Jacob Grimm (1785-1863) também defenderam a escrita em língua vernacular mesmo que seus escritos em defesa do vernáculo fossem, muitas vezes, em língua latina. Por outro lado, autores como Romolo Quirino Amaseo (1489-1552), Carlo Sigonio (1522-1584), Johann Gottfried Herder (1744-1803) e Arthur Schopenhauer (1788-1860) permaneceram favoráveis à escrita literária, didática e científica em língua clássica (VERBEKE, 2015, p. 28).

Essas visões dissonantes sobre escrever ou não em latim foram marca de uma disputa intelectual, que se deu no campo discursivo. Se pensarmos nas possibilidades que Dante possuía para escrever sua obra *De vulgari eloquentia*, poderíamos considerar que a defesa do uso da língua vernácula proposta pelo poeta neste texto em questão, se escrita em língua corrente e não latina, abrangeria um público maior que não dominasse necessariamente o latim. Por outro lado, essa discussão interessaria a este público que já dominava a língua

vernáculo e a utilizava cotidianamente? Entendemos que a escolha de Dante ao defender o uso da língua vernáculo em um texto escrito em latim se baseou tanto na intenção de abranger um grande público douto e internacional, ao qual essa discussão interessaria, como também demonstra ainda a inserção do poeta em um campo discursivo em que a disputa intelectual e teórica ocorre no próprio texto.

Para Bloemendal (2015, p. 1), é possível dizer que a formação das culturas nacionais europeias começa a partir do tratado *De vulgari eloquentia*, de Dante (1302-1305), e termina com a aula inaugural *De desiderio patriae*, de Jacob Grimm (1830). O que Bloemendal entende por culturas nacionais está ancorado na argumentação de Leerssen (2007, p. 54) em que o autor considera que, no momento de divulgação do *De vulgari eloquentia*, ainda não era possível chamar os novos estados de Estado-nação, porque todos estavam centrados em torno do poder do rei, contudo, a racionalização e centralização afastavam-se da Idade Média Feudal. Dessa forma, a formação das culturas nacionais a partir de *De vulgari eloquentia* seria pelo que Leerssen (2007, p. 54) entende como uma demonstração da ambição de Dante para que as línguas vernáculas também ocupassem o campo literário. O fim da formação das culturas nacionais é demarcado com o texto de Grimm, porquanto o autor emprega o latim em *De desiderio patriae* para a formulação de um ideal romântico de identidade nacional. Se tomarmos a escrita de *De vulgari eloquentia* como ponto de partida do que, posteriormente, chamamos de formação dos Estados Nacionais, é preciso considerar que o texto do poeta já é um exemplo de que a convivência de línguas vernáculas e latina existiu em um mesmo espaço, possibilitando atravessamentos linguísticos e culturais que são refletidos nos textos literários enquanto ocorria ao mesmo tempo a discussão sobre a identidade nacional e a própria ascensão das línguas vernáculas.

No que se refere à questão social da língua latina, que influenciou a continuação de boa parte da produção literária e científica em língua clássica, Burke (2004, p. 43) esclarece que o latim, no período medieval e no início da Idade Moderna, oferece um clássico exemplo de diglossia, isto é, o uso de uma ou mais línguas e variedades de línguas por um mesmo falante em propósitos discursivos diferentes, porque foi considerado como uma língua apropriada para determinadas situações tais como para a justiça e administração, para questões burocráticas e diplomáticas, assim como para as relações internacionais e litúrgicas. O fato da língua latina ter tido certo prestígio para algumas situações não significa que as línguas vernáculas não eram usadas para os mesmos fins. Ao mesmo tempo em que o latim era a

língua que vigorava nas universidades europeias, por exemplo, as línguas vernáculas também estavam presentes em espaços educacionais, como é o caso do espanhol que, em 1580, foi a língua utilizada para discussões filosóficas ou das palestras ministradas em inglês no Gresham College London (BURKE, 2004, p. 77). Diante dessas possibilidades linguísticas, é possível afirmar que, na Europa poliglota da Idade Moderna, os autores da época escolhiam escrever em latim ou vernáculo, sobretudo, porque sua formação e o ambiente em que estavam inseridos proporcionaram tal escolha. Ademais, a escrita também estava vinculada ao público almejado. Erasmo de Roterdã (1466-1536), por exemplo, podia falar e escrever em holandês e alemão, mas suas obras foram exclusivamente escritas em latim. A escrita de Roterdã em latim se justifica pelo fato de que o humanista escolhia a língua latina para transmitir seus escritos à República das Letras⁷ (BURKE, 2004, p. 55).

O público de Erasmo certamente era mais restrito do que o de Martinho Lutero (1483-1546). Lutero fazia uso do latim para difundir suas mensagens à República das Letras, isto é, aos leitores eruditos da Europa e, em vernáculo, seus textos eram destinados às pessoas que não necessariamente dominavam a língua latina. Muitos autores neolatinos eram humanistas, homens engajados com a educação e que retornaram aos clássicos intencionando instruir outras pessoas dentro do conceito de *humanitas*⁸ (BLOEMENDAL, 2015, p. 21). De acordo

⁷ A República das Letras, termo criado por volta do século XV, foi uma rede do mundo acadêmico e científico para as comunidades dos séculos XVI ao XVIII. Dentre seus integrantes estavam estudiosos, cientistas, professores, médicos, advogados e outros, que, ao se corresponderem, formavam redes flexíveis auto reguladas e internacionais que abrangiam toda a Europa. De acordo com Miert (2016, p. 270), as pessoas adentravam essa comunidade a partir da escrita de cartas e os estudiosos que falharam ou se recusaram a escrever, dificultando a comunicação entre os pares, não podiam fazer parte dessa República. A troca de correspondências passava por discussões sobre os trabalhos em progresso, publicações de obras, recomendações de colegas e estudantes, políticas das universidades, Igreja e assuntos de família e saúde. Ainda segundo Miert (2016, p. 270), a reciprocidade dentro da República das Letras era um princípio vital: as cartas deveriam ser respondidas e o culto à comunicação deveria ser honrado. A fim de fortalecer a união dessa comunidade, foram criados outros meios de comunicação, como os jornais, sendo o *Nouvelle de la République des Lettres*, editado por Pierre Bayle, o responsável por trazer notícias sobre o mundo intelectual, como resenha de novos livros, obituários intelectuais, entre outros (BURKE, 2004, p. 277). A República das Letras se expandiu para outras partes do mundo, como Batávia, México, Lima, Boston, Filadélfia e Rio de Janeiro. Ao refletir sobre o que foi a República das Letras, Fumaroli (2018, p. 24) considera que esta expressão que os letrados usavam entre si era uma espécie de pertencimento a uma sociedade na sociedade, uma sociedade contemplativa em uma sociedade ativa, uma sociedade em que as letras se uniam em uma mesma aventura do espírito. Furtado (2019, p. 66) afirma que a elite intelectual, em especial a que se formou no século XVIII, foi composta por indivíduos pertencentes à República das Letras que ora eram nobres de gosto, ora oriundos de estratos sociais mais baixos, formando redes hierárquicas de trocas de favores. A formação dessa elite intelectual, que foi colocada a serviço do Estado, teve Dom João V como patrono das ciências e das artes, cumprindo papel importante para a disseminação das Luzes em Portugal.

⁸ Marco Túlio Cícero (106 a.C. – 43 a.C.) foi um dos oradores romanos que traduziu o termo grego *paidéia* para o latim *humanitas*. Em um primeiro momento, o termo significou clemência, filantropia, mansidão e misericórdia e, em segundo, implicou em uma oposição entre o homem e o animal, entre o homem e as coisas. Nesta segunda conotação, portanto, a *humanitas* do homem civilizado ou humanizado pela cultura se opunha à

com Burke (2004, p. 57) os humanistas tentaram seguir os modelos antigos tanto em seus escritos quanto em sua fala, mas este termo deve ser usado no plural, pois existiam diferenças e debates quanto aos moldes a serem seguidos.

Os humanistas dominavam a língua e literatura latina e compreendiam uma ou mais de uma língua vernácula. Bloemendal (2015, p. 27) esclarece que o domínio dos autores sobre a língua latina e as línguas vernaculares permitia aos escritores neolatinos reviver a literatura popular moderna em formas clássicas a partir da transferência de matérias derivadas dos outros gêneros da época para os gêneros poéticos latinos, assim como os autores de línguas modernas poderiam incorporar matérias da literatura clássica e neolatina em traduções e adaptações da literatura vernacular. A propagação do ensino da língua latina, porém não ocasionou em um domínio da língua de maneira igual para todos: de acordo com Burke (2004, p. 48-49), os cidadãos ditos comuns, isto é, pessoas cujos trabalhos eram menos prestigiados, conheciam a língua latina assim como as pessoas das classes mais nobres e religiosas, a diferença de domínio do latim entre esses grupos se evidenciava por meio do desaparecimento de inflexões e na redução dos verbos aos seus infinitivos. Dessa forma, um sujeito que desejasse beber vinho, ao invés de dizer “*volo vinum bibere*” (quero beber vinho), diria apenas “*vinum bibere*” (vinho beber). Em razão disso, o termo *vulgus* ou *illiterati* – entendendo este segundo termo por ignorantes de latim – era direcionado aos que desconheciam ou pouco sabiam a língua latina. Isso significa que “o latim, como outras línguas e dialetos, criou uma comunidade a partir da inclusão e exclusão de certos grupos” (BURKE, 2004, p. 49). Ainda que o domínio da língua latina tenha ocorrido de forma distinta para cada integrante das sociedades da Idade Moderna, cabe enfatizar que o estudo do latim foi potencializado também pela Igreja durante esses séculos já que esta língua também foi a língua oficial da Igreja cristã e seu ensino se deu em escolas e seminários na Europa e também em outros continentes tais como a América Portuguesa. Essa prática facilitou, portanto, a comunicação internacional para além do globo, e foi importante para a disseminação do latim e a manutenção de seu *status*.

Retomando o mito da torre de Babel, o qual mencionamos no início deste capítulo, a história cristã implica que a pluralidade de línguas proporcionou o isolamento dos falantes e a

immanitas dos bárbaros (MELO, 2006, p. 10-11). A exemplo de humanização pela cultura, em *Pro Archia* (VI. 14), de Cícero, o orador, em sua defesa de Árquias, expõe a formação do réu afirmando que pela educação e cultura, este era humanizado e poderia ser aceito pela civilização.

impossibilidade de compreensão, sendo necessária uma língua única que pudesse desfazer uma confusão linguística. Nesse sentido, Verbeke (2015, p. 36) entende que a produção literária neolatina da Idade Moderna pode ser vista como embaixadora da torre de Babel, emissária eloquente deste período poliglota, porque, apesar de ser comum que os povos das sociedades modernas pudessem se comunicar em mais de uma ou duas línguas, a língua latina era também uma língua de comunicação internacional. Essa diversidade linguística da Europa alcançou outros espaços, tais como a América Portuguesa e outras partes do globo às quais os europeus tiveram acesso. Assim, nos espaços ocupados pelas colônias portuguesas, as falas vernáculas nativas vêm se unir aos vernáculos europeus, em especial o português, o espanhol e também o latim. Dessa maneira, durante o processo de formação das sociedades coloniais, os múltiplos idiomas são parte ao mesmo tempo formadora de e conformada pelos demais elementos da trama social. Atentos à interdependência entre língua, cultura e sociedade, procuraremos estabelecer o lugar da produção letrada multilíngue na América Portuguesa do século XVIII, começando por uma melhor compreensão do clima sócio-político e intelectual em Portugal e seus territórios.

1.2 O clima sócio-político e intelectual em Portugal e na América Portuguesa do século XVIII

Ao tratar da construção da sociedade colonial, Schwartz (1988, p. 210) defende que esta, assim como a Metrópole, teve como alicerce uma visão de mundo sob prisma político e social enraizado em teólogos católicos como Tomás de Aquino. Essa visão de mundo definia o objetivo da vida política como a busca pelo bem comum através da disposição da sociedade em hierarquias (SCHWARTZ, 1988, p. 210). Neste sistema, a sociedade era dividida em três ordens ou Estados tradicionais – clero, nobreza e o povo – cujas posições eram definidas primeiramente pelas funções e, posteriormente, pelos privilégios, leis, costumes e modo de vida. Para Schwartz (1988, p. 210) a divisão dos três Estados funcionava da seguinte maneira: enquanto o rei governava como cabeça do organismo político, os três estados se constituíam como a nobreza que atuava como os braços que defendiam o Estado, o clero como o coração que guardava sua alma e o povo, por sua vez, lhe fornecia energia e sustento para sua sobrevivência.

Se, por um lado, a Coroa Portuguesa, do ponto de vista econômico, apresentou estratégias para solidificar sua força estatal nas terras brásílicas, ao criar municípios que tinham suas bases nas câmaras e se adaptavam aos interesses socioeconômicos da Metrópole, por outro,

segundo Ferline (2010, p. 157), as relações da América Portuguesa e da Coroa indicam que os objetivos de ambas as partes ultrapassavam apenas o lucro: para os senhores de engenho, as terras, poder e honrarias também eram pontos importantes a manter ou conquistar nas relações com a Metrópole. Na prática, o vínculo entre a Coroa e a América Portuguesa se dava por uma via de interesses e de poder: os colonos se dispunham a serviço do Estado intencionando honrarias e privilégios que se baseavam na aquisição de títulos, status, isenções fiscais e favorecimento legal a cargos governamentais, enquanto a Metrópole, tanto de forma individual como apoiada pela Igreja, tentava manter seu controle a partir da manutenção de uma ligação ou pertencimento dos colonos à coroa, fazendo com que os que habitavam no ultramar tivessem de recorrer a Portugal para alcançar seus interesses particulares.

A cidade de Salvador foi um espaço estratégico e palco de exercício do poder administrativo, político e econômico da Coroa lusitana. Houve um transplante das instituições jurídico-administrativas que vigoravam na sociedade metropolitana para a sociedade que se formava na América Portuguesa (SOUSA, 2012, p. 53). A Coroa procurou solidificar seu poder por meio do aparelhamento das instituições que vigoravam nas terras luso-brasileiras, por volta de 1696, a partir da nomeação régia de juizes de fora (SOUSA, 2012, p.58). Os aparatos do Estado na América Portuguesa tinham como objetivo fortalecer o controle da Metrópole. Na prática, o Estado Português e sua burocracia régia asseguravam o controle das terras brasílicas por meio da intensificação da dependência da América Portuguesa a Portugal. Essa dependência solidificada com o controle da Coroa portuguesa em âmbito político, econômico, social e intelectual na América Lusitana também fortaleceu a ideia de pertencimento na relação entre os colonos e a Metrópole.

Não foi apenas o Estado Absolutista Português que se preocupou em fortalecer os vínculos com os colonos e implementar leis, costumes e instâncias administrativas lusitanas na América Portuguesa. Lage (2011, p. 148) considera que após a reforma moral e intelectual do clero, originada pelo *Concílio de Trento*⁹, que intencionou responder à doutrina do sacerdócio universal defendida pelos seguidores de Lutero, houve uma intensificação da revalorização da

⁹ Como reação à Reforma Protestante, surgiu em 1545 o Concílio de Trento que procurou combater a divisão da comunidade cristã a reafirmação e redefinindo dos seus dogmas, além de propor a reforma interna da Igreja preocupando-se com uma melhor formação do clero e com o fortalecimento da figura do papa e dos bispos (SILVA, 2015, p. 136).

figura do padre e a reiteração do celibato clerical, pois a formação de um clero mais austero em seus costumes e mais preparado intelectualmente foi uma preocupação da Igreja. Deste modo, os bispos tiveram seu poder fortalecido e tiveram à disposição a possibilidade de acionar as justiças eclesiásticas e inquisitoriais para punir o que fosse considerado conduta desviante. Assim, foram instauradas pelo episcopado, na América Portuguesa, algumas medidas que procuravam implementar as determinações do Concílio de Trento aproximando-as da realidade das terras luso-brasileiras. Assim, tais determinações resultaram na criação de novas prelazias e bispados, a multiplicação e colocação das paróquias, o reforço da hierarquia eclesiástica, o controle das ordenações, pregações e da confissão (LAGE, 2011, p. 148). Entretanto, a visita do arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide às paróquias da América Portuguesa, segundo Lage (2011, p. 151), o levou à constatação da dificuldade de implementar uma legislação episcopal para uma sociedade luso-americana tão diferente da Metrópole. Assim, a criação das *Constituições da Bahia*¹⁰, publicadas em 1707, enquanto adaptação da legislação eclesiástica portuguesa, foi uma forma de efetivar nas terras luso-americanas as regras e normas católicas às quais a sociedade dessas terras deveria obedecer.

Boxer (2007, p. 97) observa que a Igreja teve um importante papel na construção e consolidação do Império Português, que não se limitou às missões de fronteiras. Para o historiador, os sacerdotes católicos se mantiveram leais à Coroa colaborando na manutenção dos interesses da Metrópole quando esta não possuía tropas militares suficientes para atuar nos territórios conquistados. Apesar disso, a Igreja e seus representantes não devem ser vistos como funcionários do Estado, mas como forças que interagiam com a Coroa: de um lado, foi concedido pelo papa aos monarcas ibéricos o poder de construir catedrais, igrejas, conventos, além de transferir, promover ou afastar os clérigos, restringir os limites de suas jurisdições entre outros assuntos, mas, de outro, a Coroa não tinha poder sobre os dogmas e as doutrinas eclesiásticas (BOXER, 2007, p. 99-100). A Igreja também atuou no campo intelectual das sociedades luso-brasileiras, segundo Pimenta (2019, p. 601), até 1759, ou seja, até a expulsão da Companhia de Jesus, o clero regular respondeu de forma dominante pela instrução coletiva. As escolas de formação de clérigos e leigos, na América Portuguesa, eram administradas por beneditinos, franciscanos, carmelitas e, principalmente, por jesuítas.

¹⁰ As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), é uma obra dividida em cinco livros que explicita quais são as regras, normas e comportamentos diante da realização de rituais litúrgicos, fúnebres, da obediência dos religiosos aos seus superiores e da aplicação de punições aos crimes de heresia, blasfêmia, homicídios e outros atos considerados transgressões pela Igreja (VIDE, 1853 [1707]).

O crescimento econômico durante o governo de D. João V devido à descoberta do ouro proporcionou grandes avanços no campo intelectual no que se refere à construção de bibliotecas e ao que Furtado (2019, p. 65-66) nomeia como “mecenas régio”, uma vez que o monarca concedia proteção aos indivíduos que eram colocados a serviço do Império em prol de uma expansão intelectual que acompanhasse os saberes que circulavam por toda Europa. O governo de D. João V foi marcado também pelo grande interesse intelectual do monarca no que chamamos de Movimento das Luzes. Este movimento, por vezes denominado como Iluminismo ou Ilustração, corresponde à eclosão de ideias que aconteceu na Europa durante o século XVIII. Autoras como Araújo (2003, p. 16) e Furtado (2019, p. 63) defendem a importância de não conceituar, acriticamente, as Luzes em Portugal como Iluminismo, para que sua definição histórica não seja tão somente pela sua configuração pós-Revolução Francesa, quando sua “feição antimonárquica e anticatólica se tornou efetivamente hegemônica na França revolucionária” (FURTADO, 2019, p. 63). Para Rouanet (2007, p. 207) há uma distinção entre os termos Ilustração e Iluminismo que são utilizados para referenciar o Movimento das Luzes: o primeiro foi uma corrente intelectual historicamente marcada que correspondeu ao movimento que se cristalizou no século XVIII; o segundo, no entanto, foi uma tendência transepocal, não limitada a uma época específica e que pode ser compreendida como uma espécie de destilação da Ilustração. Parece-nos, assim, mais adequado entender a elite intelectual portuguesa do século XVIII como uma elite ilustrada e, portanto, nos afastamos do conceito de Iluminismo de caráter antimonárquico e anticlerical e que relega a Portugal uma condição periférica quando comparado a outros países europeus. Assim, defendemos o uso de ilustração para compreender as produções intelectuais deste período.

Alguns estudiosos¹¹ concordam que a política reformista de Sebastião de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, foi a porta de entrada da Coroa Portuguesa na era das Luzes. Isso, porém, não apaga que a ascensão de autores, filósofos, escritores, assim como a

¹¹ Por exemplo, Villalta e Lopes. No que concerne ao movimento das Luzes em Portugal, o reformismo ilustrado de Pombal aparece como fator indispensável para a retirada da Metrópole lusitana e de sua então inserção nas luzes tendo Pombal como seu principal agente. Isso se explica pelo cuidado que o reformismo pombalino teve em rechaçar as prerrogativas que ameaçassem o trono absolutista português, seu domínio colonial e a religião, e em preocupar-se com o desenvolvimento de uma política reformista que atuasse na economia, educação e censura (VILLALTA, 1999, p. 22). Tal reformismo pombalino, segundo Silva (2012, p. 8-39), foi responsável pela modernização de Portugal nas esferas sociais, políticas, econômicas, educacionais e urbanas, e neste cenário, à parte as discussões acerca da imagem de Pombal, o papel desempenhado pelo Marquês foi tão importante para o avanço das Luzes em Portugal que, atualmente, é possível contrapor a historiografia que concedia um lugar periférico ao período ilustrado da Coroa Portuguesa, porque “as reformas que caracterizam o período josefino em nada destoam dos projetos reformistas que eram instaurados em outros países europeus” (SILVA, 2012, p. 39).

criação de um mercado de letras e o fortalecimento das relações entre os intelectuais e o Estado, bem como a proliferação de academias tenha ocorrido antes das reformas de cultura impostas por Pombal. Furtado (2019, p. 65) esclarece que, na primeira metade do século XVIII, antes do início do governo de D. José I, governo este compreendido entre os anos de 1750 a 1777, a elite intelectual humanista pertencente à República das Letras acreditava fazer parte de uma missão transformadora, cujos interesses teriam a função de civilizar a cultura portuguesa, distanciando-a dos arcaísmos aos quais estava submetida. Silva (2012, p. 37) afirma que, durante o reinado de D. João V, algumas transformações na forma de pensar, devido à ruptura com a filosofia escolástica e a adoção dos métodos newtonianos e cartesianos, já indicam que o processo de renovação do pensamento expresso nas letras da época, bem como a criação de academias evidenciam que as transformações de Portugal ancoradas na razão e amparadas “na crença ilustrada de que a realidade é perfeitamente cognoscível a qualquer indivíduo” (SILVA, 2012, p. 37) começaram antes mesmo das reformas pombalinas, pois o início dessa nova forma de pensar teve seu começo com o Império de D. João V.

Enquanto a elite ilustrada lusitana do governo de D. João V partilhava os conhecimentos adquiridos em outras partes da Europa nas academias portuguesas, o mesmo processo acontecia nas terras brasílicas. Para Borges (2016, p. 105), a Academia Real de História Portuguesa, fundada em 1720, sob o governo de D. João V, foi a principal referência para as academias que se constituíram na Bahia: na sociedade luso-brasileira, ser membro das academias literárias da América Portuguesa era símbolo de distinção social, assim como representava a inserção na dinâmica cultural e intelectual do Império Português (BORGES, 2016, p. 105). Poucos anos após a fundação da Academia de História Portuguesa, fundou-se, na América Lusitana, a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724). De acordo com Souza (1999, p. 18), a América Portuguesa reproduzia a prática metropolitana quanto à criação de academias, mas acreditamos que entender a proliferação dessas academias nas terras luso-brasileiras como reprodução de um sistema que vigorava na Metrópole é também fortalecer uma ideia de oposição entre essas sociedades, quando defendemos que não havia um isolamento cultural entre esses povos, assim como a criação das academias não era uma invenção portuguesa¹².

¹² Na Itália, citamos como exemplo a *Accademia Valdina* (1434), a *Accademia Nazionale dei Lincei* (1608), *Accademia di Lettere ed Armi*, *Accademia di Lettere ed arti cavalleresche* (1688) (PEPE, 2006, p. 141); Na Espanha, a *Academia de los Nocturnos*, a *Academia de los Adorantes* e a *Academia de los Montañeses del Parnaso* (MURILLO, 2012, p. 6).

A primeira academia fundada nas terras luso-brasileiras sobreviveu apenas por um ano. Apesar da curta vida da Academia Brasilica dos Esquecidos, esta instituição proporcionou um espaço de sociabilidade entre intelectuais de toda a América Portuguesa (BORGES, 2016, p. 113). Outras academias foram fundadas ao longo do século XVIII, tais como a Academia dos Felizes (1736-1740); Academia dos Renascidos (1759); Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-1779); Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786-1794) e a Arcádia Franciscana Fluminense (1786) (BINATO, 2007, p. 9). Mas esse ambiente intelectual não era a única forma de propagação de ideais humanistas, porque as escolas jesuítas tiveram grande importância na difusão de um ensino humanista na América Lusitana.

Para Souza (1999, p. 22), a educação humanista que imperou na América Portuguesa teve o propósito de preparar os indivíduos para o exercício de tarefas especializadas, além de oferecer um conhecimento comum a todos os homens. A partir da Idade Média, o ensino humanista apresentava um conjunto de disciplinas que compreendia gramática, dialética, retórica, geometria, aritmética, astrologia e música, e tendo sido a educação humanista presente em uma parte considerável do Ocidente, o ensino humanista não era uma particularidade de Portugal e, conseqüentemente, de seu território colonizado. Além disso, a educação dos colonos não se descolou da influência da Igreja, pois o ensino era gerenciado pelos jesuítas cuja orientação pedagógica baseou-se nas escrituras e na escolástica. De acordo com Santos (2014, p. 22), com o progressivo crescimento dos núcleos urbanos na América Portuguesa, os colégios jesuítas foram, inicialmente, uma possibilidade de um ensino de caráter superior para os colonos uma vez que a criação de universidades nas terras brasileiras foi censurada pela Coroa lusitana. Assim como Santos, Pimenta (2019, p. 602) esclarece que devido à impossibilidade de estabelecer universidades na América Portuguesa, o ensino jesuítico foi uma espécie de formação superior aos padres e representou, na ausência de uma instituição tal como a Universidade de Coimbra, o locus de instrução superior dos radicados na América. Nesse sentido, a instituição de ensino jesuítica mais notável da América Portuguesa foi o Colégio da Bahia, fundado em 1553. O colégio seguia o programa educativo e pedagógico pautado nos modelos jesuítas sendo um destes modelos a *Ratio Studiorum*, um manual cujo saber foi sistematizado e fundamentado na teologia de Tomás de Aquino –, e ofertava os cursos de filosofia, teologia, letras e artes, tendo formado os primeiros bacharéis do Colégio em 1573 e os primeiros mestres em artes em 1578 (ELIAS et al. 2017, p. 202).

Como já mencionamos nas páginas anteriores, a Igreja não só exerceu funções missionárias como também auxiliou o fortalecimento do Império Português para além das fronteiras de Portugal. A Igreja e o ensino jesuítico, a princípio, podem ser vistos como um braço do Império Português no Ultramar. Santos (2014, p. 22) defende que existiu uma lógica católica que foi implementada no ensino jesuítico e tinha como objetivo moldar os estudantes que frequentavam os colégios jesuítas dentro dessa lógica cristã que deveria ser também a lógica pela qual eles desempenhariam suas funções na administração colonial:

[...] o colégio na época colonial era destinado a um segmento reduzido da população. as diferenças sociais, determinantes do quadro social foram marcadas pelo poder. É necessário, por isso, procurar na história portuguesa e no seu desdobramento em terras brasileiras, o lugar que o colégio jesuítico, enquanto instituição, ocupou na organização social, como instrumento fundamental e refinado de transmissão de saberes, eivados da visão expansionista do *orbis christianus*. O conhecimento transmitido pelos letrados e canonistas direcionava-se para um ideal a ser buscado, explicando o funcionamento do mundo. O estudante aí formado desempenhava um papel dentro da lógica dos princípios católicos, do mesmo modo que deveria desempenhar uma função na administração colonial (SANTOS, 2014, p. 22).

Na prática, a educação jesuítica¹³ propôs um ensino catequizador à luz dos valores europeus portugueses. Isso porque, a princípio, o projeto jesuítico na América Portuguesa intencionou catequizar e transformar os indígenas em “homens civilizados” (SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2008, p. 174) e que, posteriormente, poderiam desempenhar funções na sociedade luso-americana que se formava.

A preocupação com a questão espiritual e a atenção com o conhecimento das artes liberais eram indispensáveis aos jesuítas. Dos três cursos ofertados pelas escolas da Companhia de Jesus, tal como o Colégio da Bahia, Santos (2014, p. 77-78) destaca que o curso de Letras era o mais elementar de todos e foi dividido em três partes: gramática, humanidades e retórica. A autora afirma, ainda, que não foi apenas a noção de filosofia que se ampliou para as novas concepções de mundo fortemente ancoradas ao cristianismo, à escolástica ou às características do pensamento científico moderno, porque o patrimônio literário também se enriqueceu. Enquanto Santos (2014) aponta para o enriquecimento literário da América

¹³ O ensino jesuítico foi destinado, primeiramente, aos brancos, indígenas e aos filhos provenientes de uma relação inter-racial entre esses dois povos. Para estes, foi oferecido um ensino elementar calcado nas primeiras letras e religião, ensino este que, posteriormente, também alcançou poucos filhos das pessoas negras escravizadas que obtiveram autorização de seus senhores (ELIAS et al. 2017, p. 202).

Portuguesa devido ao programa pedagógico jesuítico, Pimenta (2019, p. 601), propondo um contraste entre a Coroa portuguesa e as terras luso-americanas, enfatiza que a ausência das Universidades e da imprensa restringiram o espaço literário luso-brasileiro. Isso porque, pela ausência da imprensa, as obras produzidas nas terras luso-americanas só podiam ser publicadas em Portugal ou na Itália e a ausência da imprensa e das universidades na América Portuguesa, a partir da leitura de Pimenta, tem impacto na circulação das obras literárias. Pimenta (2019, p. 601-609) considera que o fator social também teve impacto no espaço literário da América Lusitana, uma vez que nem todos sabiam ler ou escrever e, dessa maneira, o acesso aos escritos se dava pela oralidade, pela leitura alheia. O autor (PIMENTA, 2019, p. 601-609) reconhece, porém, que mesmo com a censura de obras imposta pela Coroa portuguesa, as bibliotecas privadas da América Lusitana se ampliaram. Essas bibliotecas pertenciam aos escritores que possuíam meios para adquirir livros e até escapar da censura, bem como tinham formação acadêmica nas universidades portuguesas como, por exemplo, os autores citados por Pimenta como Manuel Ignácio da Silva Alvarenga, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Ignácio José de Alvarenga Peixoto. Alguns autores donos de bibliotecas privadas eram religiosos. A maior parte dos autores de *Relação Panegyrica* e de outras obras do período realizaram sua formação acadêmica em Lisboa, mas não nos parece correto restringir esse espaço literário a partir desses pressupostos de Pimenta, porque o autor parece considerar que a produção literária da época e sua circulação é apenas pelo suporte material que hoje entendemos como livro.

A restrição do campo literário na América Lusitana argumentada pela ausência de Universidades e da imprensa é também a visão de Schwartz (1998, p. 239-240), que defende que essa medida dificultou a circulação de livros e a troca de ideias na América Portuguesa. Entretanto, somos concordes com Hansen (2014, p. 98), ao entender que, apesar da existência da censura da Coroa portuguesa nas terras luso-brasileiras, a cultura do livro impresso existiu. Ademais, a circulação de obras na América Lusitana não se deu apenas pelo que se entende como livro impresso, mas também por manuscritos que são, por vezes, ignorados em análises do que se lia na América Portuguesa. Segundo Hansen (2014, p. 98), os sistemas de impressão e manuscritura interferiram um no outro de modos variados. A ideia de publicação colonial, de acordo com Leite (2019, p. 223), é mais próxima à de publicação da Antiguidade e do Medievo, porque mesmo sem o impresso, os textos ainda assim eram levados a público, uma vez que os manuscritos eram recitados pelos seus autores.

Esta produção letrada circulante na América Lusitana não era composta apenas de obras em língua portuguesa. Pelo contrário, a produção textual era tão complexa e multilíngue quanto a sociedade em que ela se dava, de forma que havia no espaço luso-brasileiro a leitura e produção também de obras em latim, como discutiremos a seguir.

1.3 O neolatim na América Portuguesa

O processo de colonização não fez da língua portuguesa a mais falada na América Lusitana, ao menos não inicialmente. Na então Terra de Santa Cruz, havia mais de trezentas e quarenta línguas indígenas: essa diversidade linguística indígena sofreu uma transformação dos portugueses, porque estes, após sua instalação no litoral, induziram os indígenas da região a migrarem para o interior (VILLALTA, 1997, p. 335). Em decorrência da acomodação dos europeus no litoral, algumas línguas como o espanhol e o francês já estavam presentes na América Portuguesa no século XVI e, nesse espaço multicultural e multilíngue, os estrangeiros aprendiam as línguas indígenas.

Em 1549, com a chegada dos jesuítas na América Portuguesa e, na Bahia, especificamente na cidade de Salvador, sede do governo geral, deu-se início ao trabalho missionário dos jesuítas que consistiu na tentativa de conversão dos indígenas pela palavra e pela doutrina (SANTOS, 2007, p. 109). Apesar do projeto de catequização dos indígenas tão almejado pelos jesuítas, os religiosos se depararam com certa dificuldade quanto à comunicação com os povos originários das terras brasileiras¹⁴, assim, houve a dicionarização e tradução das línguas ameríndias; contudo, Navarro (2014, p. 27) defende que esse trabalho desenvolvido pelos jesuítas intencionava apenas espalhar a mensagem eclesiástica e não registrar quaisquer resquícios literários e culturais desses povos.

A sociedade composta por europeus que começava a se formar durante o século XVI comunicava-se em português e espanhol, tanto nas cidades e vilas litorâneas quanto nas feitorias e nos engenhos, e utilizava a língua portuguesa para a escrita e para as questões administrativas (KALTNER, 2016, p. 41). Mas a língua tupi acabou por se tornar a língua de

¹⁴ Embora o padre Manoel da Nóbrega não tenha escrito sobre as dificuldades da conversão dos indígenas ou dos entraves linguísticos que ocorreram na Bahia, sua carta ao padre Simão Rodrigues de Azevedo é um exemplo dos obstáculos que os jesuítas encontraram em seu projeto missionário na América Portuguesa do século XVI: “Trabalhamos de saber a língua deles e nisto o padre Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado ir viver às aldeias, quando estivermos mais assentados e seguros, e aprender com eles a língua il-os (sic) doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua língua orações e algumas práticas de Nosso Senhor e não posso achar língua que m’o saiba dizer, porque eles são brutos que nem vocábulos têm” (NÓBREGA, 1886 [1549], *Carta I*).

contato entre os povos europeus que se estabeleceram na América Lusitana e os povos nativos. A língua tupi foi normatizada através das gramáticas latinas e utilizada nas missões pelos jesuítas e, nesse contexto, o latim foi introduzido em contextos religiosos e suas práticas litúrgicas (KALTNER, 2016, p. 41-42).

O espaço da língua latina na América Portuguesa não se restringiu às missões jesuíticas, porque seu uso também ocorria em espaços públicos e de sociabilidade. O uso do latim em espaços não religiosos é resultado do ensino ofertado na América Lusitana que foi realizado em língua latina e por meio dessa língua eram ensinadas as disciplinas de retórica, lógica e aritmética (SOUZA, 1999, p.21-22). Kaltner (2016, p. 42) pontua que, já no século XVI, o latim ensinado nas terras luso-brasileiras serviu como instrumento de integração à cultura eclesiástica e acadêmica europeia ultramarina e de tradição ibérica. Além disso, as *Divinae Litterae* (Teologia) e as *Humanae Litterae* (Letras Clássicas) eram priorizadas nos colégios jesuítas que procuravam ofertar uma integração à cultura eclesiástica e acadêmica europeias por meio da língua latina, mas, a língua grega que também integrava esse programa de ensino foi substituída pela instrução da língua tupi (KALTNER, 2016, p. 47). Nesse espaço multilíngue da América Portuguesa em que o latim existiu, Ijsewijn (1990, p. v- 308) afirma que o início da literatura neolatina nas terras luso-brasileiras pode ser marcado pela produção literária dos jesuítas, em especial com o Padre José de Anchieta. Essas produções escritas em solo américo-português e publicadas, majoritariamente, em Portugal e na Itália, datam do século XVI ao XVIII, mas, a escrita literária em língua latina perdurou até o século XX.

O campo literário neolatino, de acordo com Bloemendal (2014, p. 21), é formado por uma ampla gama de gêneros poéticos, muitos deles recuperados da Antiguidade, como a épica, epigrama, epitáfios e elegias, e outros provenientes do medievo e Idade Moderna, como as farsas, romances, décimas e sonetos. Existem vários escritos neolatinos da América Portuguesa que podem ser encaixados nesta lista genérica de Bloemendal. A *Relação Panegyrica*, por exemplo, é uma obra que reúne um amplo conjunto de gêneros poéticos modernos e antigos que são escritos em vernáculo e em latim. Se, no início deste capítulo, pontuamos algumas vezes que a escolha por escrever em latim ou em vernáculo foi reflexo do ambiente cultural e multilíngue em que os autores estavam inseridos e também de sua formação acadêmica, agora, cabe-nos considerar que essa escolha é também uma escolha retórica.

Na Antiguidade, Cícero (*De Or.* III. 212)¹⁵ e Horácio (*Ars Poetica* vv. 306-308)¹⁶ ilustram a importância do decoro e da adequação da matéria poética. Ao estudarmos os poemas de *Relação Panegyrica*, percebemos que a maioria dos poemas em língua portuguesa correspondem às formas poéticas modernas tais como os sonetos, as décimas e os romances. Nesses poemas, as divindades pagãs ou referências mitológicas aparecem, mas, com menos frequência. Além disso, vários nomes pertencentes à mitologia cristã surgem nos poemas escritos ora em espanhol, ora em português. Quanto aos gêneros poéticos da Antiguidade, estes são, em sua maioria, escritos em língua latina e, especialmente nos epigramas que foram estudados nesta dissertação, observamos uma inserção significativa de referências à mitologia latina a partir da menção de deuses pagãos ou de tópicos literários antigos. Essa adequação à matéria poética é, sem dúvidas, retórica, mas como salienta Bloemendal (2014, p. 21), as dinâmicas das línguas vernáculas e latinas no campo neolatino permite uma interação que ultrapassa as barreiras puramente linguísticas e se evidenciam também na confluência dos temas. Nesse sentido, nos chamou a atenção um epigrama escrito em português - e o único epigrama não latino da obra - intitulado “A sentidíssima morte do Fidelíssimo Rei o Senhor D. João V”, do Licenciado Manoel Ferreira Neves (que assina os poemas latinos por Emmanuel Ferreira Neves). O poema é formado por dois quartetos e dois tercetos, ou seja, a forma poética do texto que se diz epigrama adota a estrutura de um soneto.¹⁷

Nos assaltos da Morte perde a vida
O Rei, que em paz o Reino governara,
Que a Morte não perdoa, nem repara
No cetro, e na Coroa esclarecida.

Foi do Monarca a perda a mais sentida,
E a morte nesta vida, que roubara,
Foi ao Reino, e ao Rei, cruel, e avara,

¹⁵ Sendo assim, neste tópico não há nada que pareça poder ser preceituado, senão que escolhamos uma figura do discurso mais pleno, mais tênue e, do mesmo modo, a intermediária, adequada ao que defenderemos. Quase sempre será possível fazer uso dos mesmos argumentos, mais ardentemente em algumas ocasiões, mais calmamente em outras; ser capaz de fazer o que convém em todos os casos diz respeito à arte e à natureza, saber o que e quando é conveniente, da prudência (CIC. *De Or.* III. 212, Tradução de Adriano Scatolin). Original: “*Itaque hoc loco nihil sane est quod praecipere posse videatur, nisi ut figuram orationis plenioris et tenuioris et item illius mediocris ad id, quod agemus, accommodatam deligamus. Ornamentis eisdem uti fere licebit alias contentius, alias summissius; omnique in re posse quod deceat facere artis et naturae est, scire quid quandoque deceat prudentiae*” (CIC, *De Or.* III. 212)

¹⁶ “Dom e dever, se nada escrevo, vou ensiná-los:/ donde vêm o recurso, o que nutre e forma um poeta,/ como convém, desconvem, a que leva a virtude o erro” (HOR. *Ars Poetica*, vv. 306-308). Original: “*manus et officium nil scribens ipse docebo,/ unde parentur opes, quid alat formetque poetam,/ quid deceat, quid non, quo uirtus, quo ferat error*” (HOR. *Ars Poetica*, vv. 306-308). Todas as traduções da Arte Poética de Horácio pertencem à edição da obra traduzida por Guilherme Gontijo Flores.

¹⁷ O frei Henrique de Sousa de Jesu Maria, ao escrever um poema sobre o mausoléu de D. João V, atribuiu ao poema, cuja forma poética é de um soneto, além de ser escrito em português, o título de epitáfio (*Relação Panegyrica*, 1753, p. 47).

Pareceu duas vezes homicida.

Nunca se viu a Morte mais triunfante,
Nunca logrou despojo mais distinto,
Nem vitória alcançou mais relevante.

Enriqueceu a Morte, eu julgo, e sinto,
Pois à força do golpe penetrante
Paga o Rei um tributo, o Reyno hum Quinto.
(NEVES, *RP*, p. 74)¹⁸.

O texto acima não se distancia da temática dos poemas de *Relação Panegyrica* que lamentam a ausência de D. João V. A morte, inclusive, é descrita como cruel e avara, como a ladra que retira o monarca de seu povo e essa imagem é constante nos epigramas latinos e em outras formas poéticas da obra. Essa denominação de epigrama a uma forma poética moderna facilmente reconhecida como um soneto se justifica pelo entendimento de que há uma correspondência genérica entre ambos (GRACIÁN, *Agud. Ing.* II. p. 7). Segundo Francisco Cascales:

[...] o soneto é sempre um epigrama. De sua definição, partes, virtudes e matéria. porque o epigrama, segundo Pontano, é um poema breve, com exposição simples de algum feito, pessoa ou coisa, o que é narrado e exposto deduz algo: as virtudes são a brevidade e a agudeza, e outros adicionam a suavidade; matéria particular não tem porque abraça, geralmente, qualquer assunto (CASCALES, 1961 [1634] *Epístola IX*, s/p, Tradução nossa)¹⁹

A associação do soneto ao epigrama na Idade Moderna, de acordo com Brown (1978, p. 218), foi frequente entre os preceptistas. Além de Gracián e Cascales, Félix Lope de Vega também parece defender uma correspondência entre o epigrama e o soneto e poderíamos estender essa correspondência a outras formas poéticas como os romances e epitáfios fúnebres (VEGA, *Rimas*, 1969 [1602], p. 17). A percepção da similaridade entre o soneto e o epigrama foi propagada entre os preceptistas espanhóis a partir da obra *Garcilasso de la Vega con anotaciones* (1612), de Fernando Herrera que sintetizou a discussão que já vigorava na obra *Comento sopra alcuni de' suoi sonetti*, de Lorenzo de Medici (BROWN, 1978, p. 218) e também nos *Discorsi dell'Arte Poetica*, de Torquato Tasso. Carvalho (2014, p. 105) observa que, a datar do século XVI, a poesia foi vista como um elenco admirável de espécies e a acomodação dessas variadas espécies genéricas em vários gêneros poéticos foi realizada considerando sua variedade formal, particularizando esses gêneros em suas próprias regras.

¹⁸ Transcrevemos o poema seguindo as normas ortográficas atuais visando uma melhor compreensão e leitura do texto.

¹⁹ Original: [...] el soneto siempre es epigrama. De su definición, partes, virtudes y materia lo colijo; porque el epigrama, según Pontano, es un breve poema, con exposición simple de algún hecho, persona o cosa, o que de lo narrado y expuesto deduce algo: las virtudes son brevedad y agudeza, y otros añade la suavidad; materia particular no la tiene, pues abraza generalmente cualquier sujeto (CASCALES, 1961 [1634], *Epístola IX*, s/p).

Nesse sentido, podemos afirmar que, nos epigramas escritos em latim de *Relação Panegyrica*, não há rima, porque essa não era uma característica do epigrama antigo, e a extensão dos poemas pode ultrapassar ou não os doze versos de um soneto. As composições de Neves são um pequeno exemplo de que o “decoro condiciona o raciocínio engenhoso que atuará segundo os paradigmas do gênero da composição discursiva escrita ou oral” (SILVA, 2013, p. 41) nas práticas letradas coloniais. Os elementos que causam o estranhamento são a forma e a rima, mas eles se adequam perfeitamente às especificidades da forma poética do soneto. Compartilhamos do mesmo pensamento de Pécora (2018, p. 12) ao entendermos que os gêneros não são puros ou inalteráveis em suas disposições, assim como os objetos não são idênticos à aplicação de um conjunto de prescrições de determinadas preceptivas dos períodos aos quais eles fazem parte. Por isso, apesar do epigrama e do soneto serem vistos como um gênero poético semelhante, é interessante observar como a língua é um fator que pesa. Em latim, Neves respeita as convenções genéricas do epigrama antigo, em português o poeta adota as características de outra forma poética moderna. A língua, portanto, é o meio pelo qual a performance retórica é exercida.

Ao longo deste capítulo foi possível observar que a América Portuguesa dos séculos XVI a XVIII se constituiu como um espaço multilíngue. A chegada dos portugueses a uma terra que já era poliglota devido à pluralidade de línguas dos povos indígenas não fez com que uma língua, a portuguesa, tivesse de ser exclusiva, pois havia interação tanto das línguas oriundas dos povos nativos, como também de outras línguas vernáculas e da língua latina. A escolha pela escrita em língua latina ou vernácula é também ancorada nos princípios que regem as retóricas Antigas e Modernas. Porque compreendemos que as noções retórico-poéticas que ordenam a construção dos epigramas de *Relação Panegyrica* são advindas da Antiguidade, mas também estão vinculadas aos preceitos retóricos da modernidade, trataremos, a seguir, da recepção do gênero retórico epidítico e do gênero poético epigramático e suas particularidades enquanto preceitos que regem o louvor epidítico fúnebre para que seja possível realizar, no último capítulo, a análise dos poemas.

2 RECEPÇÃO DOS GÊNEROS RETÓRICO-POÉTICOS DA ANTIGUIDADE

No capítulo anterior, discutimos sobre o importante papel das instituições jesuíticas e seu programa de ensino para as sociedades da América Portuguesa. O currículo de escolas, tais como o Colégio da Bahia, tinha em seu programa pedagógico o retorno à língua e literatura grega. Schein (2008, p. 81) afirma que a leitura dos autores clássicos gregos e romanos foi um aspecto importante da formação do que se denominou como cânone, ademais, o conceito de autoridade dos autores clássicos esteve vinculado à escola, aos colégios e às universidades dos séculos XVI-XVIII, porque nessas instituições o uso de determinados textos clássicos, da retomada de autores antigos como parâmetro para modelos de linguagem e estilo foi parte da base educacional e moral da formação dos autores da Idade Moderna. Com atenção ao Renascimento, Lima (2017, p.15) considera que esse período já retomava a Antiguidade Clássica na medida em que os humanistas imitavam os textos clássicos, utilizando os mesmos recursos de intertextualidade presente nas obras antigas. É também neste período que o autor (LIMA, 2017, p. 17) observa que o gênero epigramático foi um gênero de destaque. Neste capítulo, o nosso objetivo é demonstrar como as bases da retórica epidítica e do gênero poético epigramático foram recebidos da Antiguidade e reformulados na Idade Moderna a partir das orientações retórico-poéticas difundidas nos manuais poéticos de preceptistas como Freire, Luzán e Grácian. A argumentação que apresentaremos partiu da percepção de que nas poéticas modernas, a recepção do material antigo é um fator imprescindível para o deleite e excelência poética, mas, se há uma aproximação da Antiguidade, há também um afastamento, uma vez que os gêneros retórico-poéticos antigos dialogam com os conceitos de poesia da Idade Moderna e, assim, determinam quais modelos e dispositivos retóricos são necessários para a poesia. Dessa maneira, organizamos este capítulo pensando, primeiramente, na discussão do conceito do gênero retórico epidítico e sua reformulação. Após delimitarmos os aspectos que concernem este gênero retórico e demonstrarmos suas semelhanças e diferenças a partir de exemplos epigramáticos de *Relação Panegyrica*, trataremos, propriamente, do epigrama, procurando estabelecer a mesma linha de argumentação que faremos com o gênero epidítico. A partir dessa discussão, apresentaremos algumas figuras de linguagem importantes para o epidítico e para o epigrama e que são utilizadas nos epigramas em função do louvor de D. João V e da construção de sua imagem virtuosa.

2.1 Os lugares argumentativos do gênero epidítico da Antiguidade frente ao conceito de poesia da primeira Modernidade

Na introdução desta dissertação, esclarecemos brevemente que há uma divisão aristotélica acerca dos gêneros retóricos da Antiguidade. Importa-nos, assim, o gênero epidítico por ser o gênero retórico que se ocupa dos elogios ou censuras (Arist. *Rh.* 1. 1358b), uma vez que este é o gênero retórico no qual a obra por nós estudada, a *Relação Panegyrica*, se vincula. Aristóteles (*Rh.* 1. 1358b) considera que, em relação aos meios de persuasão próprios do louvor, o epidítico deve ter por objetivo abordar as virtudes e vícios. Nesse sentido, Giesen (2016, p. 65) observa que a partir das delimitações feitas por Aristóteles, o gênero epidítico passou a significar, tradicionalmente, discurso de louvor.

Sobre as origens do louvor, Pernot (2015, p. 1) escreve que o louvor retórico nasceu em Atenas após as guerras greco-pérsicas, sendo os discursos fúnebres os primeiros exemplos poéticos e em prosa dessa prática retórica elogiosa. O autor explica, ainda, que os *epitaphioi logoi* já eram uma forma de discurso complexa porque combinavam o elogio funeral com a exortação, consolação e lamentação vinculando-se, desta forma, à morte de quem o funeral é celebrado, aos heróis de guerra vencidos das guerras anteriores e a todos os atenienses do passado e presente de Atenas (PERNOT, 2015, p. 1). De acordo com Lauer (2015, p. 4-5), inicialmente, na Grécia, os epitáfios ou orações fúnebres foram amarrados às ideias de Estado, aos hinos ou discursos festivos contendo associações religiosas e que, mais tarde, foram desenvolvidos em panegíricos. Ware (2019, p. 2) observa que os romanos tinham certo receio quanto aos discursos laudatórios, assim, as orações fúnebres eram comuns, mas os discursos de louvor deveriam ser simples sem muito adorno e, nesse sentido, a autora esclarece que a *laudatio* e o panegírico não eram formas essencialmente romanas. Em *De oratore*, Cícero (II. 341)²⁰ esclarece que os louvores romanos, empregados nos foros, são

²⁰ “Expus a vós, de acordo com minhas possibilidades, quase tudo que costumo seguir, evitar, esperar, com que método em geral me ocupo das causas. E não é difícil aquele terceiro gênero dos louvores que inicialmente colocara à parte, por assim dizer, de nossos preceitos; porém, separava todo esse tópico não só porque muitos são os gêneros de discursos mais importantes e de maior habilidade sobre os quais quase ninguém preceitua, mas também pelo fato de que não costumamos fazer grande uso dos louvores. De fato, os próprios gregos com frequência escreveram louvores mais para leitura e deleite ou para honrar algum homem do que para uma utilidade prática no fórum; há livros deles em que louvam Temístocles, Aristides, Agesilau, Epaminondas, Felipe, Alexandre e outros; os nossos louvores, que empregamos no fórum, ou apresentam uma brevidade nua e sem adornos de um testemunho, ou são escritos para um discurso fúnebre, que é completamente inadequado para exibir as qualidades discursivas. No entanto, uma vez que em algumas ocasiões é preciso fazer uso deles, por vezes até mesmo escrevê-los, tal como fez C. Lélcio para Q. Tuberão, que louvava seu tio, o Africano, ou para que nós mesmos possamos louvar alguém, se for nossa vontade, pelo ornato, à maneira dos gregos, que esse tópico receba um tratamento também de nós” (CIC, *De Or.* II. 341, Tradução de Adriano Scatolin). Original: *Nec illud tertium laudationum genus est difficile, quod ego initio quasi a praeceptis nostris secreveram; sed et quia multa sunt orationum genera et graviora et maioris copiae, de quibus nemo fere*

breves e sem muitos adornos e quando escritos para um discurso fúnebre, não convém a exibição de qualidades discursivas, no entanto, o orador admite a escrita de discursos elogiosos e ornados à maneira grega em algumas ocasiões. Essas ocasiões eram as celebrações públicas de uma vida política e, em razão disso, a *laudatio funebris* era frequentemente utilizada para louvar o falecido e promover a imagem de sua família (WARE, 2019, p. 2; LAMP, 2019, p. 160). Mas como isso se relaciona com o louvor fúnebre de *Relação Panegyrica*? Para entendermos como se deu a recepção dos gêneros retórico-poéticos na Idade Moderna tanto na Europa como nos territórios colonizados, é preciso esclarecer que os sistemas de representação das letras coloniais são produtos de práticas contingentes que emularam referências poéticas e retóricas, diacrônicas e sincrônicas, gregas e latinas (HANSEN, 2014, p. 92) e o conceito que regia o fazer poético desses séculos tinha como princípio a imitação.

Retomando a *Poética* (I.1447), de Aristóteles, em que o filósofo grego estabelece a imitação como natural ao homem e princípio próprio da poesia, além de relacionar a mimetização de ações belas aos gêneros elevados e de ações infames aos gêneros baixos, Luzán (1737, VII, p.64) explica que o imitar e o gosto da imitação é congênito ao homem, pois, desde pequeno, o indivíduo é propenso a imitar o que os outros fazem, tornando o ato de imitar algo natural. O preceptista, ao discorrer sobre a imitação, evoca o conceito horaciano *ut pictura poesis*, no qual a poesia é como a pintura, ao argumentar sobre o deleite e a admiração que a pintura de um objeto de arte disposto aos olhos pode proporcionar. Assim como Luzán, Francisco José Freire, também conhecido por Cândido Lusitano, para tratar da poesia enquanto imitação em sua *Arte Poética, ou, regras da verdadeira poesia*, utiliza o conceito de *ut pictura poesis* e o entende da seguinte forma:

por imitar poeticamente aquela ação, com que muitas vezes falando de tal modo, se veste uma cousa de imagens, e se exprime com pensamentos, ou belos, sensíveis, claros, novos, ou evidentes, que o entendimento a percebe sem trabalho, especialmente por meio da fantasia, e fica tendo um gosto tão particular, que nos parece, que estamos vendo a tal cousa. Por esta razão chamo pintar, e imitar, aquela ação, com que um pintor veste de cores, e de sombras proporcionadas uma cousa de tal maneira, que aos olhos lhe parece que estão vendo naquela imagem a mesma

praeciperet, et quod nos laudationibus non ita multum uti soleremus, totum hunc segregabam locum; ipsi enim Graeci magis legendi et delectationis aut hominis alicuius ornandi quam utilitatis huius forensis causa laudationes scriptitaverunt: quorum sunt libri, quibus Themistocles, Aristides, Agesilaus, Epaminondas? Philippus, Alexander alique laudantur; nostrae laudationes, quibus in foro utimur, aut testimoni brevitatem habent nudam atque inornatam aut scribuntur ad funebrem contionem, quae ad orationis laudem minime accommodata est. Sed tamen, quoniam est utendum aliquando, non numquam etiam scribendum, vel ut Q. Tuberoni Africanum avunculum laudanti scripsit C. Laelius, vel ut nosmet ipsi ornandi causa Graecorum more, si quos velimus, laudare possimus, sit a nobis quoque tractatus hic locus (CIC, De Or. II. 341).

verdadeira. Ora isto, que o Pintor faz com suas cores aos olhos exteriores do corpo, pode também por meio das imagens fazer o Poeta aos olhos internos da alma (FREIRE, 1759, I.V, p.31).

Embora enfatize que ambos pintor e poeta imitem os objetos, Freire (1748, I.V, p. 31) observa que há uma diferença entre a imitação do pintor porque este não pode pintar mais do que a vista alcança, enquanto o poeta consegue pintar objetos que também são sujeitos aos sentidos. Dentre os objetos que a poesia imita e que são destacados pelo preceptista estão: 1) o mundo celeste ou superior que compreende tudo que não tem corpo ou matéria como Deus, os anjos e as almas; 2) o mundo humano que compreende também o mundo superior; 3) e, por fim, o mundo inferior e abarca tudo que é corpo e alma racional (FREIRE, 1748, I. V, p.32). Assim, os objetos imitados, a partir das concepções de Freire, são infinitos em suas possibilidades e são também sujeitos ou objetos da própria poesia.

O poema, “Ao sereníssimo e digníssimo D. João V. Rei de Portugal, as quatro partes do Mundo de forma muito suspirante prestam homenagens (*Serenissimo D. D. Joanni V. Portugalliae Regi quatuor terrarum Orbis partes suspiratissimè parentant*), de Emmanuel Pereira do Lago, é um bom exemplo para ilustrar os preceitos retóricos do gênero epidítico que regem o louvor fúnebre da Antiguidade e são recuperados e utilizados na poesia de louvor a D. João V.

Quando, para ti, a Parca mede o fio da vida, ínclito Rei:
É justo que toda a terra vá às lágrimas.
A Europa, que feliz te deu à luz, geme, fere os ares com o seu pranto
E prepara honras apropriadas ao funeral.
Ela abandonou o Touro: e há de suportar os perenes prantos. 5
Ai! Europa desejosa reclama o Signo que derrama as águas.
A África chorosa depondo a real coroa, a entrega
Ou João entrega ou ninguém.
O pesadíssimo luto não te deixa imune, ò Ásia;
Estes fados determinaram o Eclipse da tua lua. 10
A América oprimida por pesado sofrimento se emudece; com tão grande
Rei caído, a dor não permite que os lábios falem.
Eles sofrem todas as perdas: as quatro partes da Terra lamentam;
Porém, elas ainda não choram apropriadamente por tua queda.
Enquanto morres, o mundo, como se fosse oito, sofre com a perda; 15
As quatro partes não conseguem bem lamentar a partida.

Cum tibi Parca metit vitae, Rex inclyte, filum:
Par est, in lacrymas totus ut Orbis eat.
Quae genuit te laeta, gemit, ferit aethera planctu
Europa, & busto regia justa parat.
Deseruit Taurum: fletus latura perennes, 5
Heu! quod aquas Signum fundit, avara petit.
Africa regalem deponens moesta coronam,
vel tibi Joannes, vel tibi nemo, refert.
Praegravis immunem te non sinit, Asia, maeror;
Eclypsim haec Lunae fata dedere tuae. 10

Pressa gravi gemitu mutescit America; tanto
 Rege cadente, loqui non sinit ora dolor.
 Omnia damna ferunt: partes flent quatuor Orbis;
 Non tamen, ut fās est, te pereunte dolent.
 Dum moreris, patitur jacturam mundus ut Octo;
 Quatuor hanc partes non bene flere valent.

15

(LAGO, *RP*, 1753, p. 185)

Tanto nos Progymnasmata²¹ de Élio Teão (*Prog.* 109), quanto no *Tratado* de Menandro (II.369.15-20) e também nos manuais de retórica antiga tais como a *Retórica a Herênio* (III. 10), de autoria anônima, e a *Instituição Oratória*, de Quintiliano (III. 7.10), parece haver um consenso sobre o que deve ser louvado em um discurso elogioso e fúnebre, e dentre a matéria que os retores estabelecem estão a vida, a educação, os antepassados, a beleza, a glória, o poder, a riqueza, a saúde, a sorte e a influência do elogiado. No poema de Lago, observamos que, durante o lamento pela morte de D. João V, há também o uso do mito de Europa para falar do poder do Império Português. No segundo dístico do epigrama, a Europa é personificada como a mãe do monarca que feliz o colocou no mundo e triste se despede de seu filho: “A Europa, que feliz te deu à luz, geme, fere os ares com o seu pranto, E prepara honras apropriadas ao funeral (*Quae genuit te laeta, gemit, ferit aethera planctu,/ Europa, & busto regia justa parat*)”. O que, a princípio, não parece evidenciar mais que o lugar de nascimento do rei, rapidamente se torna uma alusão às conjecturas acerca da origem do nome do continente em que Portugal está inserido pela menção do Touro no verso cinco. No verso seguinte “Ai! Europa desejosa busca pelo Signo que derrama as águas.”(*Heu! quod aquas Signum fundit, avara petit*), temos uma referência à constelação de Aquário. A origem desse signo tem relação com o rapto de Ganimedes. Nas *Metamorfoses*, Ovídio escreve que

Um dia, o rei dos deuses inflamou-se de amores pelo frígio
 Ganimedes, e foi encontrado aquilo que Júpiter preferiu ser
 a ser aquilo que era. Não se dignou, contudo a tornar-se uma
 ave qualquer, senão aquela que pudesse transportar seu raio.
 De imediato, batendo o ar com enganadoras asas,
 arrebatou o neto de Ilo, que agora é também copeiro
 e serve o néctar a Júpiter contra a vontade de Juno.

‘Rex superum Phrygii quondam Ganymedis amore

²¹ Os Progymnasmata eram exercícios preliminares de composição usados para os estudos de retórica (WEBB, 2001, p. 289). De acordo com Hansen (2006, p. 105), os Progymnasmata dos retores gregos como Hermógenes, Longino, Demétrio de Falero e Dionísio de Halicarnasso, circularam no Oriente, em especial em Constantinopla, até o final do século XV. Contudo, após a chegada desses textos na Bahia, e publicados por Aldo Manúcio, em Veneza, no século XVI, a Companhia de Jesus passou a utilizá-los nas aulas de retórica. O autor prossegue afirmando que após a edição da *Ratio Studiorum*, em 1559, responsável por sistematizar o ensino jesuítico, os Progymnasmata se tornaram textos básicos no ensino da composição (HANSEN, 2006, p. 105).

arsit, et inuentum est aliquid, quod Iuppiter esse
quam quod erat mallet. nulla tamen alite uerti
dignatur, nisi quae posset sua fulmina ferre.
nec mora, percurssu mendacibus aere pennis
abripit Iliaden; qui nun quoque pocula miscet
inuitaque Ioui nectar Iunone ministrat.
(Ov. *Met.* X. vv. 155-161)

No episódio acima, Júpiter se transforma na ave que rapta Ganimedes e o leva ao Olimpo para servir aos deuses, deixando Juno furiosa. Essa imagem de Ganimedes como copeiro dos deuses é uma imagem recorrente na literatura grega e latina²². Retomando um outro exemplo ovidiano, temos Ganimedes descrito como aquele que “*derrama as águas límpidas misturadas com o néctar*” (OV. *Fast.* II. 145), e esse despejo de águas e néctar é importante para associação que ocorre entre Aquário e Ganimedes. Nas *Astronômicas* de Higino, ao falar sobre a constelação de aquário, o poeta escreve que “*muitos disseram que este era Ganimedes, que por causa da beleza de seu corpo foi levado de seus pais, por Júpiter, acredita-se ter sido feito servente dos deuses. E assim se estende, vertendo água a todo momento*” (HYG. *Astr.* XXIX)²³. Higino, portanto, retoma o mito de Ganimedes e o aproxima de Aquário pela função em comum de escancear. Em Arato, Aquário também se identifica com Ganimedes, uma vez que a imagem de dispersar águas pelos céus é retomada²⁴. Retornando ao sexto verso do epigrama de Lago, observamos que a Europa, carregando perene pranto, deseja ocupar o lugar da constelação que despeja águas pelos céus, e de Ganimedes derrama o néctar aos deuses por toda eternidade, porque, assim, ela também cumpriria a função de ambos derramando seu choro eternamente por tamanha dor pela perda de D. João V. A partir do sexto verso, podemos, ainda, associar o uso do mito de Europa à Expansão Marítima Portuguesa²⁵. É pelo mar que, na versão do mito por Ovídio (*Met.* II. vv.

²² Cf. *Eneida* (I. v.28); *Íliada* (XX. vv. 232-235); *Hino Homérico a Afrodite V* (vv. 202-206).

²³ Original: “*Hunc complures Ganymedem esse dixerunt, quem Iuppiter propter pulchritudinem corporis ereptum parentibus, deorum ministrum fecisse existimatur. Itaque ostenditur ut aquam aliquo infundens*”. Tradução nossa.

²⁴ “Outras <estrelas>, espalhadas, dispostas abaixo de Aguadeiro,/entre a Baleia celeste e o Peixe flutuam, / débeis e anônimas: próximo delas,/ como um pequeno jato d’água dispersada/ aqui e ali pela mão direita do ilustre Aguadeiro,/ cinzentas e fracas circulam” (Aratus. *Phaen.* vv. 389-394). Esta tradução pertence à edição publicada nos *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 38, de 2016.

²⁵ Sobre a expansão marítima iniciada em 1415, Plumb (1981, p. 17) explica que, por volta de 1480, os portugueses tinham alcançado o extremo sul da costa africana e, nesse ínterim, atravessado o Atlântico para conquistar a “nova terra”. Já no século XVI, a coroa Portuguesa tinha domínio de “uma porção do mundo e possuía um comércio superior a qualquer outro país”. Na África, os portugueses tinham à disposição cadeias de postos comerciais e importantes portos em Ormuz e Goa que lhes proporcionou o comércio do Golfo Pérsico; na Ásia, particularmente na China e no Japão, os lusitanos se estabeleceram e traziam para Portugal navios cheios de especiarias (PLUMB, 1981, p. 17). Essas regiões de domínio do Império Português também são descritas em uma décima intitulada “Na morte do sereníssimo senhor rei D. João V, o pacífico”: “Chorava Europa em Lisboa, / A América na Bahia,/ África em Luanda sentia,/ Ásia lamentava em Goa./ Por todo orbe a fama entoa/

867-871)²⁶, Europa é carregada sobre o Touro. Dos versos sete a doze, o leitor é levado aos outros territórios dominados por Portugal e que, assim como a Europa, são personificados e lamentam profundamente a morte do rei.

Costa (2021, p. 4) entende que houve uma alegoria dos quatro continentes - a África, a Ásia, a Europa e a América - que foi construída a partir das concepções dos membros da corte e círculos humanistas, além de pessoas envolvidas com as dinâmicas expansionistas coloniais. A personificação alegórica histórica dos continentes, geralmente, desenhava a Ásia como vestida em luxuosas roupas de metais e pedrarias, enquanto a Europa cobria-se de vestes coloridas e luxuosas, além de portar cornucópias e elementos agrícolas, evidenciando sua prosperidade, riqueza e fertilidade; à África concedia-se vestimentas modernas, curtas, de corpo à mostra, bem como outros elementos que associavam esse território à pobreza e à América delineava-se uma figura nua, de pele amarela e bárbara (COSTA, 2021, p. 6-7). No poema de Lago, essas características atribuídas à África e à América não são descritas porque os poemas de *Relação Panegyrica* são, antes de tudo, elogiosos e, não convém, portanto, o vitupério. Ademais, acreditamos que o elogio neste poema não é tão somente a D. João V, mas ao Império Lusitano que não foi construído apenas por ele, mas também por seus antepassados, o que se caracteriza como um elogio às suas origens que é um lugar argumentativo do gênero epidítico. Ao final do poema, os continentes personificados são amplificados para propor que tamanha é a grandeza de D. João V e também da dor de sua perda que o choro do Orbe não é suficiente.

Se o poema de Lago pode ser lido como um louvor do Império Português, a D. João V e aos seus antepassados, no epigrama a seguir, o foco é destinado aos feitos do monarca e, neste caso, à construção do Convento de Mafra.

Grande Rei, Mafra com teus dispêndios superou o Olimpo,
Um dia humilde, agora morando acima das estrelas.
Se, após feitos tantos trabalhos para Deus, partes oprimido pela morte,
Creio, te encaminharás às mais altas estrelas.
Pelas águas poderás ascender ao céu, a elevada Mafra
Dará torres próximas aos astros.

Com sentimento profundo,/ Que este rei sábio e jucundo,/ Da cruel Parca troféu/ Se não fora para o Céu/ Pusera em paz todo o Mundo” (Joseph de Oliveira Serpa, *RP*, p. 140).

²⁶ “Atreveu-se até a régia donzela, sem saber quem montava,/ a subir para o dorso do touro, quando o deus, sem dar por isso,/ afastando-se da terra e da areia seca, põe as dolosas patas,/ primeiro na água, vai, depois, mais além e leva a sua presa pelas águas do mar”. (OV. *Met.* II. vv. 867-871, Tradução de Domingos Lucas Dias). Original: “*ausa est quoque regia uirgo,/ nescia quem premeret, tergo considerare tauri,/ cum deus a terra siccoque a litore sensim/ falsa pedum primis uestigia ponit in undis; inde abit ulterius mediiue per aequora ponti/ fert praedam*” (OV. *Met.* II. vv. 867-871).

Impensis, Rex Magne, tuis superavit Olympum
Mafra, humilis quondam, nunc super astra sedens.
Si post facta Deo tot munera funere pressus
Emoreris, credo, sidera summa petes.
Per quas ad Caelum poteris conscendere, tures
Astris contiguas ardua Mafra dabit.
(Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia, *RP*, p. 162)

Conforme mencionamos no capítulo anterior, graças à descoberta do ouro nas terras de Minas Gerais, muitos investimentos puderam ser feitos no governo de D. João V, investimentos esses que foram desde as construções de bibliotecas e academias até a construção de obras religiosas como o convento de Mafra. Essa riqueza é também descrita já no primeiro dístico do poema acima, intitulado “Ao sereníssimo, digníssimo e falecido Rei de Portugal D. João V que construiu o glorioso templo de Mafra” (*Ad serenissimum Lusitanae Regem D. D. Joannem V qui egregium Mafrae Templum extruxit, obeuntem*), de autoria da Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia. A ordem para a construção do convento de Mafra se deu após o nascimento de sua primogênita, D. Maria Barbara, em 1711. O empreendimento começou em 1717 e terminou em 1730 (IVO, 1906, p. 7-10).

No primeiro dístico, a imagem do Olimpo, morada das divindades celestes na literatura latina (GRIMAL, 2005, p. 337), é recuperada como parâmetro de comparação do convento de Mafra em que este consegue ser mais altivo que a morada de Júpiter. Na obra de Oscarino da Silva Ivo, *Monumento de Mafra*, que expõe essa obra arquitetônica, temos a seguinte descrição das torres:

As duas torres, inteiramente construídas de mármore branco, ficam entre a fachada da basílica e os corpos laterais do Palácio na frente principal do monumento. Apresentam uma secção retangular até ao plano dos terraços, a cento e vinte palmos de altura (vinte sete metros e cinquenta centímetros), e a forma piramidal acima daquele plano até a elevação que ele atingia cento e oitenta e nove palmos (quarenta e um metros e cinquenta centímetros) no extremo da Cruz de ferro que as rematava; são portanto composta de dois corpos distintos, cuja altura total foi trezentos e quatorze palmos (sessenta e nove metros e oito centímetros). A cruz de ferro de cada torre com a haste que a sustentava e ainda serve de eixo à grimpá, eleva-se trinta e três palmos (sete metros e vinte e seis centímetros) acima da última pedra da cúpula (IVO, 1906, p. 84)

Essa grandiosidade do convento e, em especial, das torres descrita por Ivo (1906, p. 84) é tratada no epigrama por meio da amplificação do convento que já aparece desde a comparação com o Olimpo e é reforçada nos dois últimos versos com a menção de que as

torres de Mafra são tão elevadas que é por meio delas que o rei poderá ascender aos céus. Retomando as matérias que podem ser elogiadas, Cícero (De Or. II. 46)²⁷ estabelece que a saúde e a beleza também são assuntos caros ao louvor. Em alguns epigramas de *Relação Panegyrica*, há a descrição da doença que acometeu D. João V como, por exemplo, no epigrama abaixo.

Antes que a negra morte com ferida fatal subjugue o amado
Rei, ela se enfurece contra a mão esquerda.
Por que ela foge à direita, perguntas, e fere a esquerda?
Esta foi mais fraca, aquela é mais forte.

Quam prius optatum lethali vulnere Regem
opprimat, in laevam mors furit atra manum.
Cur dextram fugiat, quaeris, feriatque sinistram?
Haec magis infirma est, fortior illa manus.
(NEVES, *RP*, p. 182)

Este epigrama faz parte de um conjunto de poemas epigramáticos que recebe o título de “A doença que por muito tempo, com tormento, perseguiu o lado esquerdo e o braço, tendo o direito permanecido ileso nesse ínterim, e pela qual, ao fim, o fidelíssimo e poderosíssimo D. João V Rei de Portugal morreu (*Morbus, quo Fidelissimus, ac Potentissimus D. Joannes V. Lusitaniae Rex tandem occubuit, sinistrum latus, ac brachium, dextero interim illaeso, diuturno insectatur cruciatu,*) e são de autoria de Emmanuel Ferreira Neves. Os poemas dessa temática tratam da paralisia que teria atingido todo o lado esquerdo do monarca lusitano em 1742. Sobre essa doença, Francisco Xavier da Silva escreve que

Corria o ano de 1742, quando em uma quinta-feira de tarde, em que se contaram dez de maio, se viu o rei acometido de uma perigosíssima paralisia, depois de precederem alguns sintomas, de que se lhe avizinhava queixa, de que talvez disfarçaria, por não pôr o reino em consternação: e foram tão funestos os sinais, que indicava este acidente, que amorteceram também o povo (SILVA, 1750, p. 310).

Esse epigrama de Neves é o mais curto do conjunto de poemas latinos que narram a doença de D. João V. Os poemas deste conjunto repetem a mesma imagem da morte como ímproba e cruel que é recorrente nos poemas em que outras temáticas são o foco. Ainda que a narração

²⁷ tais são os de estirpe, dinheiro, parentes, amigos, recursos, saúde, beleza, forças, engenho e demais coisas que são do corpo ou externas; se os teve, que fez bom uso deles; se não os teve, que passou sem eles com sabedoria; se os perdeu, que o suportou com moderação; depois, o que aquele a quem se louvar fez ou suportou com sabedoria, nobreza, coragem, justiça, grandeza, piedade, gratidão, humanidade, enfim, com alguma virtude. Aquele que quiser louvar perceberá facilmente esses pontos e os deste gênero; aquele que quiser vituperar, os seus contrários (CIC, *De Or.* II. 46). Original: “*ea sunt generis, pecuniae, propinquorum, amicorum, opum, valetudinis, formae, virium, ingeni et ceterarum rerum, quae sunt aut corporis aut extraneae; si habuerit bene rebus eis usum; si non habuerit, sapienter caruisse; si amiserit, moderate tulisse; deinde, quid sapienter is, quem laudet, quid liberaliter, quid fortiter, quid iuste, quid magnifice, quid pie, quid grate, quid humaniter, quid denique cum aliqua virtute aut fecerit aut tulerit: haec et quae sunt eius generis facile videbit, qui volet laudare; et qui vituperare, contraria*” (CIC, *De Or.* II. 46).

de uma saúde debilitada não possa ser entendida como uma tópica epidítica, o louvor ao monarca português é realizado nos epigramas dessa temática a partir da distinção entre a figura viciosa da morte que leva o rei por uma doença fatal e a do governante enquanto ser virtuoso. Nesse sentido, podemos citar um outro epigrama que faz parte dessa temática e que demonstra a oposição de vícios e virtudes por meio de um jogo de adjetivos: “A mão que espalha ouro aos pobres, certamente, é grande,/ e a morte, chamada por outro nome, pequena foi” (*Larga quidem manus est, aurum quae fundit in Iros/ Et mors dicta alio nomine Parca fuit*).

A aceção de *Parca* na língua latina pode ser tanto um substantivo, em que este faz referência às deusas que colhem o fio da vida, como é também um adjetivo com sentido de pouco, econômico, parco. Como a doença que aflige D. João V comprometeu o lado esquerdo de seu corpo, nos poemas são sempre mencionados o braço (*bracchium*), a esquerda (*sinistra/laeva*) ou a mão (*manus*). O jogo, então, se configura pelo nome da morte que, na literatura latina, também é *Parca* e, nisso, as possibilidades gramaticais do latim empobrecem ainda mais a morte. A afirmação da pobreza é definitiva quando Iro é mencionado como objeto direto da oração. Na *Odisseia*, Iro é o mendigo que desafia Ulisses para um duelo e morre pelas mãos do herói (HOM. *Odisseia*, XVIII. 1-107). No dístico, esse episódio é mencionado com a imagem da grande mão do rei que doa ouro aos pobres. Pode-se interpretar, portanto, que enquanto a parca é pequena, talvez até avara, o rei é o oposto. O último dístico do poema encerra qualquer dúvida acerca de uma possível referência à *Odisseia* confirmando a nossa leitura com os seguintes versos: “Se o combate entre ambas acontecer, qual das duas vencerá o duelo? Creia, a larga mão pode mais que a Parca. (*Utraque si certet, quatenam victura duellum est? Plusquam Parca potest, credite, larga manus*)”. Neste poema, poderíamos entender que o louvor a D. João V se dá pelo louvor da beleza do caráter do monarca, porque sua virtude enquanto governante generoso é exaltada. E o louvor à natureza, seja por sua beleza física ou de caráter, se configura como um lugar argumentativo do gênero epidítico (GIESEN, 2016, p.16).

Neste tópico, nosso objetivo foi discutir o gênero retórico epidítico demonstrando como os epigramas de *Relação Panegyrica* se relacionam aos preceitos desse gênero antigo em sua prática imitativa. Como nos atentamos especialmente às matérias que são importantes para o gênero epidítico, abordaremos, a seguir, as questões acerca do gênero poético epigramático procurando estabelecer as diferenças e semelhanças resultantes da recepção deste gênero

antigo na Modernidade, bem como apresentaremos algumas categorias que serão importantes para a análise dos poemas que compõem o terceiro e último capítulo desta dissertação.

2.2 A recepção da Antiguidade nos epigramas da Idade Moderna

A recepção da Antiguidade na Europa, desde o Renascimento até o final do século XVIII, teve sua atenção voltada a Roma (HAYNES, 2008, p. 101). Nesse sentido, Enenkel (2009, p. 1) afirma que o gênero epigramático, a partir de meados do século XV, passou por um grande desenvolvimento e experimentação e, dessa forma, é difícil encontrar algum poeta moderno que não tenha escrito epigramas. Enenkel (2009, p. 1) observa que o epigrama teve um grande desenvolvimento e crescimento desde meados do século XV até o final do século XVII. Além disso, um considerável número de epigramas neolatinos foram publicados em manuscritos ou edições impressas durante esses séculos por autores como Jacopo Sanazzaro (1458-1530), Michele Marullo (1456-1500), Angelo Poliziano (1454-1494), Thomas More (1478-1535), Hugo Grotius (1583-1645), Antônio de Gouveia (1510?-1566) e outros.

A palavra epigrama, etimologicamente, significa inscrição e o epigrama não surge primeiramente como literatura, pois, na Grécia arcaica, o termo epigrama designava inscrições em versos gravados em monumentos, túmulos, estátuas, ex-votos e outros, sendo essas inscrições em homenagem às pessoas falecidas, dedicatórias ou simples descrições ou legendas de obras de arte e monumentos (CESILA, 2017, p. 17-18). De acordo com Cesila (2017, p. 18-19), antes do século VI a.C., os epigramas, geralmente, não tinham autoria e eram indissociáveis de seu suporte material devido ao seu caráter pragmático, o que implicava ainda em epigramas com uma linguagem mais objetiva sem muita pretensão poética. Apenas no início do período clássico (século V a fins do século IV a.C.), as inscrições epigramáticas começaram a se desenvolver enquanto elemento literário e no período helenístico (final do século IV a I a.C.), essas inscrições não necessariamente dependiam de um suporte material, assim, o epigrama passou a tratar variados temas (CESILA, 2017, p. 19).

Em relação à recepção dos modelos epigramáticos a partir do século XV-XVIII, Livingstone e Nisbet (2008, p. 141) observam que a retomada de modelos helênicos epigramáticos foi mais localizada e menos duradoura, pois, para os autores, estes modelos exerceram pouca influência entre os escritores ocidentais, ao contrário dos modelos romanos em que a influência de Marcial nos epigramas vernaculares foi predominante durante a Idade Moderna.

Essa influência é encorajada nos manuais de retórica modernos tais como *Agudeza e Engenho*, de Baltasar Gracián. Nesta obra, o preceptista (*Agud & Ing.* 1725, LI, p. 193) enfatiza que Marcial é um modelo importante e que seus modos agudos se eternizaram em seus epigramas.

A influência de Marcial, no entanto, segundo Money (2015, p. 74), gerou embate entre os religiosos devido à obscenidade presente nos epigramas do poeta. Freire (1748, I. III, p. 386-388) escreve que Marcial teria manchado seus epigramas com obscenidades e prefere, então, os modelos epigramáticos catulianos, uma vez que o estilo de Catulo é considerado mais suave e delicado e, logo, é um estilo adequado à matéria da poesia. Porém, nem mesmo Catulo não escapa da crítica do preceptista português, pois o poeta romano teria se equivocado ao lançar mão de um vocabulário obsceno além de ter sido um pouco descuidado em relação à harmonia dos versos (FREIRE, 1748, I.III.p. 388). Nesse sentido, houve uma tentativa de promover “formas menos nocivas de humor”, bem como foi atribuído pelos jesuítas um “papel mais honroso” aos epigramas neolatinos abordando, especialmente, o elogio de figuras importantes como reis, rainhas e outros membros da nobreza (MONEY, 2015, p. 74), prática essa que já era característica do epigrama da Antiguidade.

Ao dissertar sobre o que é fundamental para a agudeza²⁸ do gênero epigramático, Freire (*Arte Poética*, 1748, III.23 p.389) se apropria da divisão de Escalígero a respeito do epigrama e escreve que esta poesia pode ser dividida entre mel, fel, vinagre e sal: o mel está relacionado à suavidade e à matéria delicada; o fel é associado às repreensões e às sátiras; o vinagre é a mordida sem veneno, a mordacidade; e o sal (Sal) é a graciosidade que pode levar ao riso sem que haja vituperação de alguém. Esses quatro elementos destacados por Freire são aparentes desde a Antiguidade. Marcial, no epigrama VII.25, critica quem escreve epigramas suaves por não temperar a poesia com vinagre, fel e sal²⁹.

²⁸ Para Carvalho (2007, p. 153), a agudeza é a conformidade entre o conceito e a perfeição das virtudes elocutivas realizadas no individual de cada poema. Hansen (2000, p.317) esclarece que nas preceptivas retóricas do século XVII, a agudeza é estabelecida como a metáfora da faculdade intelectual do engenho, “que a produz como belo eficaz ou efeito inesperado de maravilha que espanta, agrada e persuade”.

²⁹ “Embora você escreva sempre epigramas tão suaves /e mais cândidos que uma pele alvaiadada,/ e neles nenhum grão de sal haja, nem de amargo fel/uma gota, você quer contudo, ó insensato, que sejam lidos!/O próprio alimento não dá prazer se privado da acidez do vinagre/ nem é agradável o rosto a que faltam as covinhas do riso./ A uma criança dê os doces frutos e os insípidos figos:/para mim, o que sabe ser picante, o figo de Quios, é que tem sabor” (MARCIAL, VII.25, Tradução de Robson Tadeu Cesila). Original: “*Dulcia cum tantum scribas epigrammata semper/ et cerussata candidiora cute,/ nullaque mica salis nec amari fellis in illis/ gutta sit, o demens, uis tamen illa legi!/ Nec cibus ipse iuuat morsu fraudatus aceti,/ nec grata est facies cui gelasinus abest./ Infanti melimela dato fatuasque mariscas:/ nam mihi, quae nouit pungere, Chia sapit*” (MARCIAL, VII.25).

O sal, tão importante para o gênero epigramático, é discutido por Quintiliano em sua *Instituição Oratória* (VI.3.18) em que o retor explica a diferença entre o discurso salgado e o que tem sal. O salgado (*salsum*) seria aquele que não cumpre apenas a função de levar ao riso já que não é esta a sua natureza, todavia, o orador afirma que o que leva alguém a rir tem de ser salgado. Quintiliano (*Inst.Or.* VI.3.19) considera que o sal é um tempero natural da linguagem que anima o discurso e não o deixa cansativo. É também este sal que misturado com a liberalidade proporciona o encanto para com o discurso e a sede de ouvir mais, o retor (*Inst.Or.* VI.3.19) adverte, porém, que essa liberalidade não pode cair no excesso. Nesse sentido, para os preceptistas modernos, o epigrama deve ser livre do excesso de palavras, se esforçando para alcançar a brevidade, pois este gênero “não admite nada ocioso e supérfluo” (VOSSIO, *Poet. Inst.*, 1647, III.20.19, p. 1191).

Das particularidades que concernem o epigrama antigo, o espectro de conteúdo é quase ilimitado, bem como o modo de elocução pode variar desde a fala de uma voz identificável até o diálogo, a narração e descrição (CITRONI, 2019, p. 21-22). Citroni (2019, p. 22) e Cesila (2017, p. 23-26) afirmam que não há um metro específico atribuído ao epigrama, mas, em especial nos poemas de Marcial, o metro mais recorrente é o dístico elegíaco. Em *Relação Panegyrica*, não observamos nenhum epigrama que se diferencie do dístico elegíaco cuja formação é feita por um hexâmetro e um pentâmetro. O primeiro é próprio de gêneros tais como a épica e sua formação é de seis pés, sendo possível que os quatro primeiros pés variem em dátilo (uma sílaba longa e duas breves) e espondeu (duas sílabas longas). O quinto pé deve, obrigatoriamente, ser um dátilo, e o sexto e último pé pode variar entre espondeu ou troqueu (uma longa e uma breve). Partindo de um exemplo epigramático de *Relação Panegyrica*, lê-se:

QUem la-bor/ a-rro/so con-/stru-xe-rat/ un-gue- li-/ be-llum,³⁰
 _ u u/ _ _/ _ _/ _ u u/ _ u u/ _ _,

O pentâmetro, que forma a estrofe seguinte ao hexâmetro no dístico elegíaco, é formado por cinco pés, em que é possível que os dois primeiros pés variem em dátilos ou espondeus, além de uma sílaba longa que antecede a cesura, isto é, a pausa, e mais dois dátilos e uma sílaba longa final:

Ab-di-dit/ ae-quo-re-/ is || nau-fra-ga/ pu-ppis- a-/quis.

³⁰ Esse dístico faz parte do primeiro epigrama latino de *Relação Panegyrica*. No capítulo a seguir, analisaremos este poema bem como apresentaremos sua tradução.

_ u u/ _ u u/ - || _ u u/ _ u u/ -

Outros metros como o hendecassílabo falécio e os colíambos também eram utilizados nos epigramas. A variação (*variatio*) de temas, metros, finalidades e extensão dos epigramas tem como objetivo não cansar o leitor (CESILA, 2018, p. 108). Quintiliano (Inst. Or. IV. 3.12) defende a variação como um recurso que pode ocorrer de diferentes modos e em qualquer parte do discurso. Da mesma forma, Vossio (*Poeticae*, 1647, I. VI, p. 239), ao discutir sobre a *variatio*, estabelece que um poeta pode tratar de um assunto de maneiras diferentes e a variação, nesse sentido, se torna “um remédio contra a saciedade. A escolha é louvável em si mesma e é a origem e a base não apenas da retórica, mas também da eloquência poética” (VOSSIO, *Poeticae*, 1647, I. VI, p.239). Apesar dos epigramas de *Relação Panegyrica* não apresentarem uma variedade métrica, é possível evidenciar a variedade quanto à extensão, aos autores e também às temáticas. Nesse último ponto, observamos que os poemas são divididos nas seguintes temáticas: 1) as metapoéticas que contêm o relato do naufrágio, o fazer literário e a dedicação ao organizador da obra; 2) as que evidenciam principal e brevemente as alusões ao reino de Deus ao qual D. João V teria ascendido; 3) o dia, a hora, o mês e a estação em que o rei faleceu; 4) as construções arquitetônicas do monarca e, por fim, 5) a doença do rei. Quando isolamos os epigramas latinos, a disposição dos epigramas em conjuntos fica mais perceptível e, talvez, a ideia de variação perca um pouco de sua força, porque os poemas podem ser separados por grupos temáticos que em alguns momentos são ordenados um após o outro. É o caso, por exemplo, dos poemas que abordam o período em que D. João V morreu, ou até mesmo dos epigramas que tratam da doença do rei e que são dispostos um após o outro. A variação temática se sobressai quando olhamos a obra como um todo, mas também quando analisamos de que maneira esses assuntos são tratados na obra e quais recursos são utilizados para tal.

As temáticas dos epigramas de *Relação Panegyrica* são trabalhadas por meio do uso de figuras de elocução e essas figuras são utilizadas de maneiras diversas. O uso desses recursos é já defendido por Freire (*Arte Poética*, 1748, I. 14, p. 75-76), pois o preceptista afirma que para a representação é necessário que haja beleza do artifício poético e é por meio de metáforas vivas, engenhosas palavras, bem como a evidência no pintar, ou seja, a écfrase, que o poeta consegue o deleite e a afetação de sua audiência. De acordo com Luzán (1737, *Arte Poética*, XIX, p. 216), o poeta deve adornar a matéria com expressões grandes, com pensamentos nobres, com sentenças graves e palavras escolhidas com harmoniosa cadência, adicionando ao discurso gravidade e elevação. E nesse sentido, as figuras retóricas têm

bastante espaço no estilo elevado, porque como as coisas grandes não são imagináveis a não ser que haja uma grande comoção de afetos, e as figuras são a linguagem própria disso (LUZÁN, 1737, *Arte Poética*, XIX, p. 216).

Mindt (2019, p. 203) e Cesila (2017, p. 217) escrevem que as figuras de linguagem tais como a hipérbole, a metáfora, a écfrase e amplificação são recursos importantes para o gênero epigramático. Nas poéticas modernas, percebemos que a metáfora, a hipérbole e a écfrase são dispositivos frequentemente destacados como próprios para a poesia e o louvor. A primeira deve ser aplicada corretamente para que sua correspondência seja perfeita, realizando louvavelmente o efeito poético desejado (LUZÁN, XII, p. 162; GRACIÁN, *Agud. Ing* LIII, p. 326), a segunda, ainda que pareça denotar uma mentira, uma vez que a amplificação pode colocar em dúvida a verossimilhança, todavia, a hipérbole é um recurso que sempre significa alguma verdade (LUZÁN, 1737, *Arte Poética*, VIII, p. 148), e a écfrase é também uma forma de adicionar beleza ao discurso (LUZAN, 1737, *Arte Poética*, VII, p. 144), bem como de apresentar uma descrição doce da matéria poética (GRACIÁN, *Agud. Ing.* 1725, LVII, p. 350-351)

Pretendemos abordar esses dispositivos mais detalhadamente, no capítulo a seguir, exemplificando como eles são empregados nos poemas a partir da análise dos epigramas. Neste capítulo, nosso objetivo foi discutir algumas noções acerca do gênero retórico epidítico e do gênero poético epigramático da Antiguidade e a forma como eles são recebidos e retrabalhados na Modernidade, considerando as orientações dos manuais de poéticas modernas. Para o próximo capítulo, intencionamos discutir alguns conceitos sobre o que se entende por *relações*, além da concepção de morte na Idade Moderna vinculada à literatura para que seja possível, ao fim, analisar os epigramas da obra.

3. A RECEPÇÃO DE CATEGORIAS EPIDÍTICAS DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA FRENTE À CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE D. JOÃO V NOS EPIGRAMAS FÚNEBRES DE *RELAÇÃO PANEGYRICA*

Frente às práticas letradas dos séculos XVI-XVIII e ao seu movimento de recuperar os gêneros retórico-poéticos da Antiguidade, procuramos entender como a recepção do gênero epidítico se apresenta nos epigramas de *Relação Panegírica*. Inicialmente, como relembra Pepe (2013, p. 200-201), o louvor, para Platão, era encarregado de transmitir a moral e os valores, enquanto Aristóteles concebeu o louvor retórico como endereçado a um único indivíduo, excluindo as orações fúnebres e panegíricos que eram endereçados não a um indivíduo particular, mas a várias esferas públicas. Essa recusa, no entanto, parece ter sido abandonada quando, na *Retórica* (1365), Aristóteles defende o tratar de assuntos sobre o fim da vida e, portanto, inclui os discursos fúnebres no gênero epidítico. Como já abordado no capítulo anterior, os elogios fúnebres por muitos séculos foram a única forma epidítica praticada em Roma e eram voltados para o louvor de grandes figuras das famílias patrícias servindo não apenas para glorificar o morto, como também para louvar sua família (PEPE, 2013, p.247). Com atenção às letras dos séculos XVI-XVIII, concordamos com Pécora (2002, p. 48) ao entender que a razão do louvor para os panegíricos desta época, para além de receber e imitar os modelos antigos epidíticos, não era um desejo de louvar simplesmente, mas produzir um exemplo de modelo virtuoso.

Tendo em vista que a obra estudada na presente dissertação é um panegírico fúnebre e que pertence às chamadas relações de exéquias, cabe-nos, portanto, discutir o que se convencionou chamar de *relações* para que seja possível não só pensar a estrutura de *Relação Panegyrica*, mas também entender como o tema da morte é utilizado nos epigramas da obra. Após discutidas essas primeiras questões, trataremos da análise dos epigramas de *Relação Panegyrica* considerando as seguintes categorias: a) a metapoesia e a hipérbole; b) a écfrase; c) a metáfora. De maneira geral, a maior parte dos epigramas empregam mais de uma dessas categorias em suas construções, mas acreditamos que para uma melhor exposição do emprego destes recursos nos poemas, a divisão se torna necessária. Pretendemos, a partir dessa categorização, apresentar a relação entre os epigramas selecionados, as figuras de linguagem empregadas nos poemas e a construção de uma imagem virtuosa de D. João V.

3.1 Algumas notas sobre as Relações

Se analisarmos as origens latinas de *relação*, encontramos o vocábulo *relatio* que tem como uma de suas acepções “narrar, expor e relatar” (OLD, 1968, p. 1604; FARIA, 2003, p. 855), assim como o verbo latino *refero* pode significar o relato de um assunto ou matéria a outra pessoa (OLD, 1968, p. 1549). A *relação*, portanto, está fortemente ligada à ideia de expor algo. Ao pensarmos sobre o desenvolvimento das relações, precisamos considerar o período e as circunstâncias em que esses textos puderam se desenvolver. Em razão da invenção da prensa de Gutenberg no século XV, a produção de textos de caráter informativo cujos assuntos podiam abarcar o âmbito religioso, as guerras ou as atividades monárquicas recebeu o nome de relações tanto na Espanha quanto em Portugal (ETTINGHAUSEN, 1984, p. 1). As relações surgiram como uma espécie de propaganda³¹ e eram uma descrição detalhada de determinados eventos. Ettinghausen (1984, p. 1-3) considera que o interesse por esses textos partia tanto daqueles que não estavam presentes nesses eventos relatados, mas também pelos que, tendo testemunhado todas as ocasiões dignas de relatos, se propunham a escrever programaticamente as relações e esses textos tinham um caráter informativo e, quase sempre, eram escritos em prosa. De maneira geral, Cala (2009, p. 75) explica que as relações nascem como um gênero complexo porque seu momento de criação se deu como parte da cultura dos textos impressos. Nesse sentido, a escrita das relações em lugares e sociedades diversas, o conteúdo, a forma, a própria recepção dos textos e as questões editoriais que envolviam as publicações desses textos são fatores que podem desenvolver problemas de pertencimento genérico.

Ao considerar a relação de naufrágio, Felipe (2018, p. 31) indica que as relações deste tipo são subgêneros históricos e devem ser lidas a partir das regras discursivas de seu próprio tempo, isto é, evitando a armadilha de entender esses textos como exteriores à sua própria história. Com atenção à relação de naufrágio, o estudioso (FELIPE, 2018, p. 31) defende este

³¹ O termo propaganda vem do verbo latino *propagare*. Conforme os dicionários latinos (FARIA, p. 807; OLD, 1968, p. 1789), o vocábulo *propagare* significava reproduzir, espalhar e aumentar, isto é, transmitir algo à posteridade, enquanto a *propagatio* significava alongar, estender ou prolongar-se no tempo conforme observamos nas *Discussões Tuscultas* (1.86) de Cícero. Gonçalves (2001, p. 51-56), com atenção ao período imperial severiano, entende a propaganda como construção e difusão sistemática, realizada por meio de vários suportes disponíveis, mensagens destinadas a um público difuso, “que visam criar uma imagem positiva de determinados fenômenos, articular uma imagem do governante e estimular determinados comportamentos ligados à adesão dos súditos a esse governante”. Dessa maneira, optamos pelo termo propaganda ao entendermos que as *relações* cumpriam um papel não apenas de narrar o nascimento, casamento ou a morte de um rei, mas ao fazer tais narrações e utilizando todos os dispositivos retórico-poéticos da Idade Moderna, esses textos acabavam por propagar a imagem de uma glória imperecível de determinado monarca ou da pessoa elogiada nas relações. No caso de *Relação Panegyrica*, intenta-se propagar a glória de D. João V e a sua bela morte.

tipo de texto como historicamente determinado e o conceitua a partir da compreensão de que a recepção das tópicas retóricas nas relações são particularidades histórico-retóricas que se aproveitam de lugares-comuns do epidítico e, logo, não são apenas transposições de realidades empíricas. Dessa maneira, ainda que uma relação tenha como caráter a descrição de eventos reais, não significa que o relato tem compromisso com uma verdade absoluta, porque sua escrita não está descolada das normas e preceitos retóricos de sua época. A questão sobre a veracidade ou verossimilhança das relações é também discutida por Ortiz (2015, p.10), mas, o autor, além de entrar em um debate historiográfico acerca desses textos, propõe, ainda, pensar a proximidade entre uma relação e o gênero epistolar.

As relações também eram escritas em versos e, conforme escreve Ettinghausen (1984, p. 5), alguns relatos em versos podiam ser considerados mais fantasiosos do que os escritos em prosa e, em razão disso, alguns textos em prosa denominados por relações surgiram acompanhados do adjetivo *verdadero* como forma de reforçar uma verdade dessas obras. A exemplo, a *Relacion muy verdadera del recebimiento y fiestas que se le hizieron en Inglaterra a don Iuan de Tassis, Conde de Villamediana, Embaxador ... del Rey Don Felipe tercero ... para el nueuo Rey Iacobo de Inglaterra: dase cuenta de la embaxada, y otras cosas muy notables y dignas de saberse*, de Bartolomé Gómez de Pastrana (1603); ou, ainda, *A verdadera relación de la Conquista del Perú*, de Francisco Xerez (1534). Nessas relações em prosa, a parte descritiva que é, de fato, o que dá nome a esse gênero, não parece apresentar muita variedade de línguas. Na *Relacao do novo caminho que fez per terra e mar vindo da india par portugal no anno de 1663 o padre manuel Godin da companhia de jesus*, de Manuel Godin, nem mesmo os pequenos dísticos latinos que aparecem na parte descritiva das relações como, por exemplo, em *Relação Panegyrica* (1753), ou em *Relação das grandiosas festas : que na cidade de Coimbra, hoje por nouo titulo cidade ditosa, fez o illustrissimo senhor dõ Ioão Manoel, bispo conde, á canonização de Sancta Isabel rainha de Portugal* (1625), de Nicolau Carvalho, aparecem. O caráter multilíngue das relações de exéquias, por exemplo, não parece ser uma característica de relações como a relação de Manuel Godin.

Para Cala (2009, p. 89), as relações que tratam das festividades parecem apresentar maior variedade estilística e temática. Essa diversidade é apontada por Sánchez-Pérez no que se refere às relações de sucessos. Essas relações, conforme escreve a autora (SÁNCHEZ-PÉREZ, 2015, p. 28-30), podem ser divididas em relações de sucessos históricas ou histórico-ideológica e suas temáticas são históricas, de festividades religiosas ou relativas

à monarquia; há também as relações de sucessos extraordinários ou eventuais e os temas abordam milagres ou desastres naturais. Dentre as possibilidades das relações de sucesso, a autora (SÁNCHEZ-PÉREZ, 2015, p. 28) observa que é possível estudar esse tipo de relação pela forma métrica mais comum quando essas relações são compostas em versos: as quintilhas e os romances.

A variedade observada nas relações de sucesso também é elemento característico das relações fúnebres ibéricas que, geralmente, costumam apresentar a descrição inicial em espanhol ou português. Além disso, as relações de exéquias se diferenciam das relações históricas porque as formas poéticas também são integrantes deste tipo de relação. A relação de exéquias dedicada a D. João V, *Relacion de las exequias, y funebre pompa, que a la memoria del muy alto, y muy poderoso señor, el señor D. Juan V. el Fidelissimo, Rey de Portugal, y de los Algarbes,,: mando erigir en esta capital de los Reyes el dia 8. de febrero de 1752 [...]*, de José Bravo de Rivero, assim como a *Relação Panegyrica*, possui a descrição da pompa fúnebre em prosa, várias formas poéticas antigas e modernas e a variedade de línguas excede a *Relação Panegyrica*, uma vez que os poemas da obra de Rivero também são escritos em italiano e francês. A respeito da escrita de relações poéticas fúnebres, não encontramos muito debate teórico acerca desses textos. A menção às relações poéticas aparece na obra *Arte nuevo de hacer comedias*, de Félix Lope de Vega, mas o preceptista não esclarece o que ele entende por relações, apenas diz que esses textos são próprios para os versos dos romances (VEGA, *Arte Nuevo*. 2012 [1609], p. 42). Em uma anotação ao lado, da edição a que tivemos acesso, as relações são indicadas como narrativa factual. Luzán (1737, II.3, p. 67), em sua *Poética*, discute as considerações acerca da poesia que Vega faz na *Arte nuevo de hacer comedias*, dissertando sobre os vínculos entre a versificação e os gêneros poéticos e como eles se adequam à matéria a partir das considerações de Vega e, nesse sentido, a discussão sobre as relações aparece como uma citação quase direta da poética de Vega e, ao fim, a conclusão de Luzán é que as relações são descrições, isto é, narrativas.

O que podemos afirmar quanto às relações é que esses textos tiveram seu princípio a partir do século XV e que existem publicações dessas obras até o século XVIII, bem como há uma ampla gama de subdivisões desse gênero com temáticas, metros e características retórico-poéticas próprias para cada uma dessas relações. Apesar das relações de exéquias compartilharem uma variedade semelhante às relações de festividades, as autoras como Sánchez-Pérez (2015) e Cala (2009) não mencionam as temáticas fúnebres nas relações por

elas estudadas, tampouco apontam para as relações de exéquias como parte das relações festivas. Segundo Santos (2016, p. 62), alguns estudiosos, como Affonso Ávila, José Aderaldo Castello e João José Reis, definiram as cerimônias fúnebres que aconteciam na América Portuguesa como festas que tinham como objetivo a exaltação da monarquia portuguesa e de suas autoridades. Esse posicionamento é contrário ao de Santos (2016, p. 62), porque a autora defende que os estudos sobre as relações e os elogios fúnebres produzidos por religiosos durante os séculos XVI-XVIII são indicativos de que essas cerimônias não eram uma celebração, mas sim a manifestação de dor e pesar, bem como a propagação de lições morais sobre a morte a partir dos exemplos de vida do elogiado. Da argumentação de Santos, concordamos que o louvor fúnebre desses textos é, de fato, construído ressaltando as virtudes e os exemplos de boa morte.

3.2 A morte na poesia do século XVIII

Para Cummings (2017, p. 84), o tema da morte é um tópico rico para a poesia desde a Antiguidade. Esse tema, de acordo com Pernot (2015, p. 34), tem seu lugar nas orações funerárias e, nesse *tópos*³², a discussão da matéria fúnebre comparece nas competições funerárias³³, na ilustração dos descendentes, nas honras divinas, nos decretos, nas estátuas e até mesmo na sobrevivência das habilidades intelectuais através de trabalhos literários. Os monumentos, os epitáfios e as matérias que tratam da morte na literatura latina, segundo Hope (2011, p. xi), proporcionam a reflexão de como as normas sociais no mundo romano foram construídas, desafiadas e até mesmo transgredidas.

³² Segundo Pernot (2015, p. 29), os meios para encontrar ideias, isto é, para encontrar a invenção retórica, são governados pelo sistema de *tópoi*. Para Aristóteles, os *tópoi* referem-se a um lugar dialético ou retórico, para o qual a linguagem é a sede dos argumentos (ARISTÓTELES, *Tóp.* VII, 155a). Os retores latinos, como Cícero e Quintiliano, além de traduzirem o termo grego para *loci communes* (*Inst. Or.*, 11, 2, 1) consideraram a memória, uma das partes da retórica que é dividida em: invenção (*inventio*), disposição (*dispositio*), elocução (*elocutio*), memória (*memoria*) e ação (*actio*), como fundamental, pois esta permite ao orador pensar e acessar determinados temas, palavras, bem como outros aspectos de sua oratória caros ao discurso. Assim, o pensamento, com o auxílio da memória, existe por meio de imagens de lugares (CIC, *Do orador*, 1. 18; Quin, *Inst.Or.* 3.3.2). Se a partir do século XIX, a noção de lugares comuns teve, muitas vezes, sentido pejorativo como clichês (HANSEN, 2012, p. 159), para a poesia latina, a utilização de *tópoi* revelava a originalidade do poeta através da seleção, expressão e combinação de possibilidades imprevistas dentro do uso tradicional (ACHCAR, 1994, p. 29).

³³ Um exemplo de competições funerárias que aparece na literatura é o jogo fúnebre organizado por Aquiles, na *Iliada* (XXIII, vv. 262-897), em homenagem a Pátroclo. Para Kyle (2013, p. 22), os exemplos homéricos dos jogos fúnebres já se apresentavam complexos e variados e influenciaram culturalmente o fenômeno do atletismo grego, na Grécia arcaica, que era ainda mais complexo. As competições atléticas gregas foram associadas às competições por glória, status, militarismo, erotismo e consumo e exibição conspícuos e têm como muitas de suas fontes culturais os jogos fúnebres. Na literatura latina, citamos o quinto livro da *Eneida* (V. vv. 105-603) como exemplo de jogos fúnebres, em que Eneias organiza os ludi fúnebres em honra de seu Pai, Anquises. Minowa (2007, p. 279) escreve que os jogos fúnebres romanos envolveram sacrifícios humanos e mortes sangrentas e se tornaram um espetáculo, parte do entretenimento cultural romano.

Araújo (2001, p. 17) esclarece que, a partir da Contra Reforma, os gestos que ordenam os modelos de encenação ritual fúnebre estão intimamente vinculados com a organização do espaço simbólico de comunicação entre os vivos e os mortos. A Igreja desenvolveu um papel fundamental na mediação dessa comunicação, porquanto disseminou uma visão fantasiosa de lugares transitórios como o purgatório, em que supostamente cumpriam-se as punições e castigos, lugar pelo qual os pecadores passariam até à conquista da glória celestial (ARAÚJO, 2001, p. 17). Bradley (2011, p. 59) sugere que houve uma mudança de atitude em relação à morte a partir do século IX, porquanto os mortos já não eram separados dos vivos, já que na doutrina da vida eterna e da ressurreição do corpo estava a ideia de que os mortos não eram prejudiciais aos vivos. É nessa aproximação do mundo dos mortos e dos vivos que DeLuca (2016, p. 239) argumenta que é possível observar algumas representações macabras da morte no período medieval. Essas representações apontavam para a possível transgressão da morte no mundo dos vivos e a possibilidade de interação dos vivos no mundo dos mortos. A partir dessa percepção acerca da morte e vida no medievo, as pinturas macabras acabaram por serem consideradas um novo gênero de pintura já que sua característica principal era representar um cadáver com alto nível de detalhes. O surgimento desse gênero é associado também à crescente obsessão com a decadência e a podridão e com um medo correspondente do inferno e da condenação encontrado na arte medieval a partir do século XII (DELUCA, 2016, p. 242). Quanto a esse conceito de morte na literatura, citamos a *Divina Comédia* de Dante que é considerada como uma obra que foca nos pecados demonstrando que a culpa fora uma preocupação da elite, enquanto os sermões seguiam uma estrutura quase invariável de três pontos: o sofrimento corporal dos condenados; a dor espiritual dos transgressores e, por fim, a eternidade desta dupla punição (WORCESTER, 1999, p. 160).

É de modo bastante similar que a morte, nos poemas funerários da Idade Moderna, também evidencia o pensamento cristão da época: o destino da alma após a morte, em que o exemplo de uma vida virtuosa em Cristo garante a imortalidade do espírito em gozo celestial e à vida viciosa é reservada a agonia e tormento eternos. Ariès (2012, p. 53) destaca que, durante os séculos XV ao XVI, houve uma nova iconografia que ressignificou o modelo tradicional de morte presente em obras que tratavam da arte de bem morrer (*artes moriendi*). Nessa nova iconografia, a salvação da alma já não ocorria durante o juízo final, mas no quarto e à volta do moribundo. Assim, Ariès (2012, p. 54-55) aponta para duas interpretações possíveis: a primeira é a luta cósmica entre as potências do bem e do mal que disputariam a posse do moribundo e a este caberia apenas assistir o embate; a segunda consiste na presença de Deus

e sua corte que têm como objetivo constatar como o jacente se comportará frente à última prova que lhe é proposta e que determinará sua sorte na eternidade. Essa sorte particular do moribundo não era considerada motivo de preocupação uma vez que esta seria inescapável a todos os homens; o juízo, por outro lado, era particular a cada indivíduo e ninguém poderia conhecer a sua sorte antes que o juiz a determinasse.

Esse pensamento disseminado pelas *artes moriendi* não se manteve durante os séculos XVII e XVIII. Ariés (2012, p. 57) afirma que alguns autores religiosos, sob a Reforma católica, lutaram para dismantelar a ideia de que não era necessário manter uma vida virtuosa quando uma boa morte³⁴ poderia resgatar todos os erros. Nesse sentido, Pécora (2016, p. 51), ao tratar dos sermões de Vieira, esclarece que o jesuíta, em oposição às *artes moriendi*, propõe uma arte de morrer em que a salvação já não é decidida durante os momentos finais de alguém, mas sim pelas suas escolhas e ações ao longo de toda uma vida. Para Vieira (*Serm.* VI.3), não é a morte que deve ser temida, mas a imortalidade, pois, após a morte, apenas dois destinos seriam reservados à alma: o céu ou o inferno. Assim como Vieira, Gracián também parece se opor às *artes moriendi*, porque, na *Arte da Prudência* (1647, 90), ao tratar da boa morte, o preceptista considera que a virtude é a recompensa e os vícios são o castigo. Aquele que, por sua vez, vive uma vida de vícios, encontra seu fim mais rápido, o que vive virtuosamente, nunca morre. Dessa forma, a imortalidade de uma vida para Gracián é o resultado de uma jornada virtuosa desde seu princípio. Pode-se afirmar, então, que as representações da morte desde a Antiguidade até a Idade Moderna estão ligadas à conduta moral e às condições da morte do moribundo.

De acordo com Luz (2013, p. 133-134), a boa morte também é um lugar político na poesia moderna e a valorização da glória celestial, honra e bem-aventurança sobre a riqueza e a vida mundana são *tópoi* comuns dos gêneros laudatórios na Modernidade. Se o morrer pacífica e dignamente era considerado um exemplo de boa morte para os governantes romanos, para a Idade Moderna, a morte apresenta-se como uma imagem pedagógica direcionada, especialmente, aos que ocupavam cargos mais altos e, dessa maneira, “os reis, os príncipes, os nobres e os altos funcionários da Coroa deveriam, ao morrer, mostrar-se dignos do céu e, nisso, fazer-se exemplos para os seus sucessores” (LUZ, 2013, p. 135). Sobre os princípios da

³⁴ De acordo com Noy (2011, p. 1), o exemplo de boa morte já aparecia na literatura latina com o falecimento do imperador Augusto (27 a.C. - 14 d.C.) descrito por Suetônio. O governante teria morrido em paz e com pessoas rodeadas à sua volta, enquanto Júlio César (100 a.C. - 44 a.C.) teria morrido de forma violenta. Dessa forma, a morte de Augusto seria um exemplo mais satisfatório na sociedade romana para os que não eram adeptos da violência, bem como para os imperadores posteriores (NOY, 2011, p. 1).

poesia, Freire (*Arte Poética*, I. IV. 28) afirma que os poetas são como reguladores de uma filosofia moral, isso porque o autor entende a poesia e a filosofia moral como uma mesma arte expressa por diferentes nomes, assim, a poesia para o preceptista deve comover e deleitar, a partir da perfeita imitação, mas também instruir (FREIRE, *Arte Poética*, I. V. 30).

Em *Relação Panegyrica*, percebemos que o discurso elogioso a D. João V e suas virtudes realça as características de uma vida virtuosa do monarca indicando que tal conduta lhe garantiu a morada celestial e vida eterna:

Assim que recebeu a honra real, aos povos João deu leis.
Imediatamente, começa a paz, depõem-se as armas.
A púrpura avermelhada pelo sangue não ornou seus ombros,
Nem cetros sanguinolentos, suas mãos.
Eu posso imaginar que seu caminho aos astros foi feito de leite, 5
Quando rejeitou ir aos céus através de um caminho de sangue.

Vix iniit Regale decus, populisque Joannes
Jura dedit, subito pax subit, arma cadunt.
Purpura non humeros illi rubefacta cruore,
Sceptra nec ornarunt sanguinolenta manus.
Lactea (crediderim) facta est ad sidera, quando 5
Sanguinea ad Superos respuit ire via.
(Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia, *RP*, p. 161)

No epigrama “Ao digníssimo sereníssimo Conciliador de Paz D. João V” (*Serenissimo D. D. Joanni V. Pacis Conciliatori*), de autoria do Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia, o louvor ao monarca e que demonstra também as virtudes de uma boa morte é expresso pela indicação de que o rei teria trazido paz para o seu povo. A mão generosa no poema que explicamos no capítulo segundo, agora é também uma mão de paz que não se suja com sangue. As virtudes do rei são sempre expostas em comparação com outros elementos que são enroupados de vícios e, portanto, o ideal de bela morte nunca se ausenta nos poemas. Ao falar sobre a boa morte, Felipe escreve que

produz-se, artificialmente, uma “boa morte” enquanto finalidade última a ser almejada por homens prudentes: neste caso, ornar a morte de uma personagem histórica e cogitar a consequente salvação indica um efeito pedagógico, pois ensina que o destemor e o respeito às hierarquias evitam qualquer possibilidade de morte, enquanto fim, o que sugere um novo início, medida providencial estipulada àqueles que são merecedores (FELIPE, 2018, p. 243)

A realização da boa morte encontra seu lugar nos epigramas a D. João V e é evidenciada desde o louvor ao seu nascimento, trabalho como governante do povo luso-brasileiro até à

sua vida virtuosa e cristã. Nas palavras de Vernant (1978, p. 42), com atenção à poesia épica, o autor considera que a bela morte só adquire sentido quando encontra lugar no canto, quando o herói é digno de ser cantado. Em *Relação Panegyrica*, o epigrama se torna o meio pelo qual é concebido o louvor às virtudes do monarca português, o modelo de ensino à posteridade e o desenho de uma glória imperecível. O canto se torna louvor e o epigrama se torna o gênero poético responsável por conferir uma glória eterna a D. João V justificada pela sua bela morte.

O louvor ao lugar de nascimento, à causa da morte e ao ofício do elogiado são importantes características importantes e indispensáveis para os epigramas da Antiguidade (AMARAL, 2016, p. 199) e que, ao nosso ver, são recuperados em diversos epigramas da obra por nós estudada. De acordo com Furtado (2001, p. 368) todos os momentos da vida pública e privada serviam para rememorar e introjetar o lugar social e a função de cada um na sociedade. Assim, a morte era o último momento para que esses aspectos fossem exteriorizados, preservando e reafirmando as hierarquias. Acreditamos que há, nos poemas de *Relação Panegyrica*, um resgate do material antigo que auxilia a construção da narração da morte e das exéquias de D. João V evidenciando também suas virtudes que são necessárias para o ideal de boa morte no século XVIII. Para que seja possível analisar como a recepção dos gêneros retórico-poéticos nos epigramas são utilizados na construção da imagem do monarca, discutiremos, a seguir, sobre as categorias retórico-poéticas utilizada nos epigramas para este fim.

3.3 As categorias epigramáticas

Desde o primeiro capítulo, a discussão até aqui proposta considerou que as práticas letradas coloniais da América Portuguesa estão fortemente ancoradas em seus determinantes históricos e sociais. Dessa forma, pretendemos a partir de agora exemplificar como a recepção da antiguidade clássica, em especial as figuras de linguagem caras ao gênero epigramático e epidítico em *Relação Panegyrica* auxilia na narrativa das exéquias. Entendemos que os poemas latinos da obra estudada apresentam uma performance retórica carregada de símbolos e imagens que se relacionam tanto à tradição epigramática antiga, como também não se descola de sua temporalidade. É nesse sentido que acreditamos que os poemas não só respondem retórico e poeticamente, como também não escondem os ideais políticos e religiosos, valores, práticas e ações de sua época. No entanto, precisamos esclarecer que não compreendemos que esses valores e ideais correspondem verdadeira e

absolutamente aos valores sociais do século XVIII. Nesse sentido, concordamos com Hansen (1995, p. 156) porque partilhamos da mesma compreensão de que o discurso das letras da América Lusitana não reflete a realidade dessas sociedades, mas uma prática de seu próprio tempo.

Em nossa análise, separamos algumas figuras de linguagem, tais como a metáfora, a hipérbole e a écfrase que são utilizados a serviço do discurso epidítico da *Relação Panegyrica*. Em nossa categorização, percebemos que esses discursos são bem quistos tanto na Antiguidade como também na Modernidade, porque o emprego desses artifícios é orientado nas poéticas modernas como mencionamos ao fim do segundo capítulo.

3.3.1 “*Nusquam plus habuit pelagus, quam liber ille, Salis.*” - a metapoesia e a hipérbole

O livrinho que o labor roendo a unha tinha composto
 A náufraga popa enterrou nas águas do mar.
 Por inveja, creio, os mares se enfureceram: em parte alguma,
 Um pélago teve mais sal do que aquele livro.
 Eu até posso acreditar, se penso sobre o seu valor, 5
 Que aquele navio não estava à altura de tamanho peso.
 Que eu não duvide que o navio rangia com o peso do livro;
 De tamanha grandeza, quem acreditaria o peso leve?
 Estas coisas sucedem, creio que essas coisas são verdadeiras: mas,
 Tendo lido o nome do autor, mais verdadeiras eu as creio. 10
 Quem, pois, negará o sal, o peso e valor de um livrinho,
 Que tua culta mão direita abençoa, ó João?
 Tendo sido, porém, perdido, a inspiração novamente te incita, João,
 E ignorando o trabalho, novos escritos agradam.
 É apropriado que te dediques mais uma vez, e não fujas do trabalho; 15
 Há pouco a sorte astuta decidiu pela tua glória.
 Decidiu, e ordena escrever um livro duplo:
 Assim todo espaço se abre aos teus louvores.
 Para que não haja lugar no mundo em que tua fama não percorra
 Que este livro fique para a terra, e aquele para o mar. 20

*Quem labor arroso construxerat ungue libellum,
 Abdidit aequoreis naufraga puppis aquis.
 Invidiosa, puto, tumuerunt aequora: nusquam
 Plus habuit pelagus, quam liber ille, Salis.
 Vel modo crediderim, pretium si mente revolve, 5
 Par oneri tanto non erat illa ratis.
 Nec dubitem, librei gemeret quin pondere navis;
 Qui fuerat tanti, quis leve credet onus?
 Haec subeunt, haec vera puto: sed, nomine lecto
 Authoris, sane plus ego vera puto. 10
 Quis neget ergo sales, pondus, pretiumque libello,
 Quem tua, Joannes, dextera culta beat?
 Quo tamen amisso, rursus te suscitatur ardor,
 Et nova despecto Scripta labore placent.
 Invigiles iterum fas est, nec parce labori; 15
 Consuluit laudi sors modo vafra tuae.
 Consuluit, duplicemque jubet conscribere librum:
 Sic patet in laudes area tota tuas.*

O poema exposto acima, de autoria de Emmanuel Ferreira Neves e intitulado “*O livro, que o autor enviara para Lisboa para ser impresso, é perdido em um naufrágio e um segundo é novamente composto*” (*Liber, quem Author Ulyssipponem miserat Typis mandandum, naufragio amittitur, & secundos denuo elucubratur*) é o primeiro epigrama latino de *Relação Panegyrica* que faz parte do conjunto de poemas de abertura da obra sucedendo as advertências ao leitor e um soneto em português. Este epigrama é o mais extenso dentre a coleção de epigramas latinos, porque contém vinte versos, e faz parte dos epigramas metapoéticos da obra.

A metapoesia é um conceito que envolve a reflexão do fazer poético e o reconhecimento deste constructo em seu aspecto teatral, ficcional, textual ou intertextual (TORRANCE, 2013, p. 4). Cesila (2017, p. 14) destaca que muitos poetas e prosadores desde a Antiguidade até o nosso tempo incluíram em suas obras a reflexão acerca do fazer literário – é dentro, pois, do interior de poemas, romances, contos e outros gêneros que as considerações que envolvem a literatura e o fazer poético se caracterizam como a poesia que fala de si, a metapoesia. Neste poema de Neves, o elogio não é feito diretamente a D. João V, mas a João Borges de Barros, o organizador do livro.

Já no primeiro verso do epigrama “*Quem labor arroso construxerat ungue libellum/ O livrinho que o labor roendo a unha tinha composto*”, há uma alusão à imagem horaciana proposta na *Arte Poética* (*Ars. Poet.* vv. 289-294), em que Horácio compara o fazer poético com a escultura indicando, assim, que é necessário à poesia dispensar tempo e a reescritura dos textos deve ser feita ao corte das unhas para que a perfeição seja atingida. Apesar da imagem trazida por Neves aludir à *Arte Poética* de Horácio, é talvez a imagem proposta por Pérsio em sua sátira I. vv. 105-106 que mais se aproxima do epigrama neolatino: “isto nada nos lábios e estão no molhado a Mênade e Átis; não pesou na prateleira nem tem sabor de unha roída/ *hoc natat in labris, et in udo est Maenas et Attis, nec pluteum caedit nec demorsos sapit unguis.*”³⁵ (PER. Sát. I, vv. 105-106). O roer das unhas apresentado por Neves com *arroso ungue* se assemelha ao uso de *demorsos unguis* de Pérsio. Conforme Cairolli (2016, p. 390), para além da crítica do satirista aos poetas que dispensam pouco tempo ao trabalho poético, a imagem satírica é a de uma composição poética que mal foi terminada e

³⁵ Tradução de Fábio Paifer Cairolli.

seu autor já começa a roer a unha enquanto repensa a confecção do verso. Essa ideia de uma obra tão arduamente trabalhada é fechada no segundo verso com a informação de que uma primeira versão de *Relação Panegyrica* foi perdida em um naufrágio. Assim, pode-se depreender que a primeira versão tão logo tinha sido finalizada quando uma segunda foi reescrita. O segundo verso do poema de Neves “*Abdidit aequoreis naufraga puppis aquis./A náufraga popa enterrou nas águas do mar.*” encerra a discussão acerca da lima da primeira versão da obra e então somos apresentados à questão sobre o retrabalho dos novos versos da segunda versão, a partir da retomada da tópica de naufrágio. Como já abordamos na introdução desta dissertação, os indícios de que de fato houve uma primeira versão de *Relação Panegyrica* é abordado nas advertências ao leitor, texto que integra as primeiras páginas do livro. Interessa-nos, porém, o trabalho em cima deste fato que se pressupõe verdadeiro dentro da discussão metapoética do epigrama.

Na literatura, a tópica de naufrágio percorre diferentes gêneros poéticos tais como as épicas, em que os heróis enfrentam tempestades e perigos diversos em alto mar, a exemplo, a *Odisseia* (V. vv. 360-371)³⁶ e a *Eneida* (I. vv. 65-69)³⁷. Dessa maneira, o recuperar da tópica de naufrágio apresentado no primeiro dístico do poema está a serviço da abertura de um jogo metapoético que, no segundo dístico, brinca com o equilíbrio entre o sal do mar e o sal, isto é, a agudeza, da *Relação Panegyrica*: “*Invidiosa, puto, tumuerunt aequora: nusquam /Plus habuit pelagus, quam liber ille, Salis./Por inveja, creio, os mares se enfureceram: em parte alguma/ Um pélogo teve mais sal do que aquele livro.*”. No segundo capítulo desta dissertação, mencionamos sobre como o sal é um elemento importante para o gênero epigramático. Diante disso, cabe-nos, neste momento, retomar a concepção de discurso salgado elaborada por Quintiliano em sua *Instituição Oratória* e que se relaciona ao sal de *Relação Panegyrica*. Quintiliano (*Inst. Or.* VI. 3.19) define o discurso que contém o Sal, como aquele que anima o discurso e não o deixa cansativo, o discurso agudo, em que o sal é

³⁶ “Antes farei doutro modo, que mais vantajoso parece:/ por quanto tempo no engaste ficarem as tábuas seguras,/ continuarei na jangada, a sofrer até o fim os trabalhos;/ mas, depois que pelas ondas divinas for toda desfeita,/ hei de nada, pois não sei de outro plano mais eficiência./ No coração e no espírito dessa maneira reflete./ Faz surgir logo Posido, que a terra sacode, uma vaga/ cheia de grandes perigos, que se arca e sobre ele desaba./ Bem como o vento impetuoso, que monte de palha desmancha,/ para levá-lo em remoinho de um lado para outro desfeito:/ dessa maneira o mar forte e os pranchões espalhou” (HOM. *Od.* V. 360-371, tradução de Carlos Alberto Nunes)

³⁷ “Éolo, a quem deu o pai e monarca dos deuses e do homem/ as ondas bravas a deter e acalmar a insolência dos ventos,/ gente inimiga me sulca o Tirreno, levando consigo/ Troia e os vencidos Penates em busca da Itália distante./ Força nos ventos insufla; submerge essas naus alquebradas/ ou as dispersa no mar infinito e os seus corpos afunda.” (VERG, *En.* I. vv. 65-69).

Original: Aeole, namque tibi diuum pater atque hominum rex/ et mulcere dedit fluctus et tollere uento,/ gens inimica mihi Tyrrhenum nauigat aequor/ Ilium in Italiam portans uictosque Penates:/ incute uim uentis submersasque obrue puppes,/ aut age diuersos et disiice corpora ponto.” (VERG, *En.* I. vv. 65-69).

o tempero natural da linguagem se opondo ao *Insulsus*, ou seja, se opondo ao discurso sem gosto, sem agudeza.

O poeta ao afirmar que *Relação Panegyrica* tem mais sal que o pélagos já sinaliza que há engenho e agudeza nos poemas, bem como determina o caráter elocutivo da obra. A recepção da tópica do naufrágio serve como pano de fundo para que a matéria poética seja explorada, demarcando os preceitos poéticos que regem a *Relação Panegyrica* e incorporando outros elementos caros à retórica epidítica tais como a hipérbole. A hipérbole, como veremos a seguir, serve não só para sustentar a tópica de naufrágio como também para exaltar a excelência da obra.

A partir do terceiro dístico do poema de Neves, “Eu até posso acreditar, se penso sobre o seu valor,/ Que aquele navio não estava à altura de tamanho peso./ Que eu não duvide que o navio rangia com o peso do livro;/ De tamanha grandeza, quem acreditaria o peso leve?” “*Vel modo crediderim, pretium si mente revolvo,/ Par oneri tanto non erat illa ratis./ Nec dubitem, librei gemeret quin pondere navis;/ Qui fuerat tanti, quis leve credet onus?*”, o poeta se coloca a refletir sobre o valor e peso da obra que era tamanha a ponto de tornar o navio, responsável por carregar o livro, em um barquinho. Nesse sentido, a superioridade do livro se sobressai não apenas ao mar, mas também ao próprio navio que não faz jus ao material que carrega. De acordo com Huxley (1952, p. 120), o contraste usual proposto nas tópicas de naufrágio é a comparação de um mar vasto (*vastum*) e imenso (*immensum*) com a de um barquinho. Neves, porém, redimensiona esse contraste do mar e navio colocando esses elementos em pé de igualdade, porque importa evidenciar a grandeza da matéria elogiada que, guardada neste navio, almejava atravessar o vasto mar.

O uso do recurso da hipérbole é comentado por Cícero (*De Or.*, 40.139), quando o orador disserta sobre as virtudes da eloquência e enfatiza que, muitas vezes, por meio do discurso, o assunto poderá ser amplificado, sendo essa amplificação do discurso expressa por meio de hipérboles. Para Quintiliano (*Inst. Or.* VIII. 6.73), a hipérbole ou superlação (*superlatio*) envolve o incrível e possibilita um caminho mais fácil para comover a audiência. Contudo, o orador (*Inst. Or.* VIII. 6. 74) adverte que o uso desse recurso deve ser feito com cuidado, pois, quando utilizado desmedidamente, a persuasão da audiência não será alcançada. Quintiliano esclarece, ainda, que a hipérbole é uma virtude quando a matéria tratada é anormal, porque se a magnitude dos fatos for maior que as palavras, o orador pode amplificar seu discurso ultrapassando os limites da verdade. Esse extrapolar dos limites do verossímil

por meio da hipérbole, conforme o autor anônimo de *Retórica a Herênio* (IV.44), é o aparato que possibilita diminuir ou aumentar alguma coisa no discurso. Além disso, a hipérbole pode ser empregada isoladamente em um texto ou com comparação. Neste último caso, a comparação é feita pela igualdade ou superioridade.

Mayoral (1994, p. 234) observa, no entanto, que o uso da *superlação* não é unicamente quantitativo, ou seja, não se restringe apenas a uma igualdade ou superioridade, mas é também valorativo porque apresenta uma dimensão enaltecedora ou degradadora. Essa dimensão valorativa apontada por Mayoral é exemplificada já na Idade Moderna por Baltasar Gracián (*Agud. Eng.* 1725, XIX, p. 75) em que o preceptista afirma que se deve enfatizar cuidadosamente a grandeza de um objeto seja no panegírico ou em uma sátira. O caráter enaltecedor aparece no epigrama a partir do elogio ao organizador da obra João Borges de Barros. O agudo livrinho que fora perdido tinha tamanho peso, porque seu organizador possuía excelente engenho poético:

Estas coisas sucedem, creio que essas coisas são verdadeiras: mas,
Tendo lido o nome do autor, mais verdadeiras eu as creio.
Quem, pois, negará o sal, o peso e valor de um livrinho,
Que tua culta mão direita abençoa, ó João?

Haec subeunt, haec vera puto: sed, nomine lecto,
Authoris, sane plus ego vera puto.
Quis neget ergo sales, pondus, pretiumque libello,
Quem tua, Joannes, dextera culta beat?

Nos parece que, nos versos acima, o exagero na comparação entre o mar, o barco e o livro quase leva o poeta a duvidar se tamanhos fatos seriam verdadeiros. A veracidade, no entanto, é imediatamente reforçada principalmente porque as habilidades poéticas do organizador da obra já são conhecidas. Esse elogio ao organizador de *Relação Panegyrica* proporciona a retomada da ideia de um fazer poético limado, é o retorno à imagem tanto de Horácio quanto de Pérsio, ao corte ou ao roer das unhas: “Quem, pois, negará o sal, o peso e valor de um livrinho,/ Que tua culta mão direita abençoa, ó João? [...] É apropriado que te dediques mais uma vez, e não fuja do trabalho;/ Há pouco a sorte astuta decidiu pela tua glória.” “*Quis neget ergo sales, pondus, pretiumque libello,/ Quem tua, Joannes, dextera culta beat?[...] Invigiles iterum fas est, nec parce labori;/ Consuluit laudi sors modo vafra tuae.*”. Assim como a primeira versão da obra foi laboriosamente composta, o poeta enfatiza que a dedicação para com a segunda composição também é crucial.

No dístico final do epigrama, “Para que não haja lugar no mundo em que tua fama não percorra/ Que este livro fique para a terra, e aquele para o mar.” “*Ne sit orbe locus, quem tua fama non pererret,/ Sit liber hic terris, sit liber ille mari.*”, o louvor ao engenho poético de João Borges de Barros é tamanho que o poeta deseja que sua fama seja propagada tanto pela terra quanto pelo mar. O uso da tópica de naufrágio subverte também a imagética aparente nos epigramas de Marcial como, por exemplo, o poema III.2.7³⁸, em que a poesia de má qualidade reserva ao livro que a abriga um destino de embrulhar atuns, ou que o destino de uma poesia ruim é água, conforme Marcial IX. 58.8³⁹. Nesse sentido, devemos relembrar que os epigramas de *Relação Panegyrica* são elogiosos e já ditam sua elocução no início do poema. O sal dos epigramas não é aquele que desperta o riso, mas o que é agudo. Importa, assim, o domínio das figuras retóricas em prol do louvor e não do vitupério. A alusão a essa imagem de Marcial e o retrabalho dela condiz com os preceitos que regem os manuais de retórica moderna dos quais tratamos no capítulo anterior em que os preceptistas reconhecem a agudeza de Marcial a importância de seus modelos (GRÁCIAN, *Agud & Ing.* ANO, LI, p. 193), mas sugerem um discurso mais suave (FREIRE, *Arte Poética*, 1748, I. III, p. 25).

O destino final das duas versões da obra em questão é ainda comentado no segundo epigrama latino e metapoético de *Relação Panegyrica*, escrito por Emmanuel Pereira do Lago, e que sucede sete sonetos em espanhol e português, além de um romance e décimas, sendo todos estes poemas integrantes da abertura do livro e parte que precede as Licenças do Santo Ofício. Diferentemente do poema de Neves, o epigrama de Lago, intitulado “*Ao autor de*

³⁸ “Para quem você quer, livrinho, ser um presente?/ Apresse-se em obter para você um protetor,/ para que, arrebatado muito depressa para a escura cozinha,/ não venha a embrulhar atuns com o úmido papiro/ ou de incensos ou pimentas tornar-se o cartucho./ Você foge para o seio de Faustino? É sensato!/ *Agora sim, você pode passear, untado de cedro,*/ e, elegante com os adornos das duas extremidades,/ empavonar-se com teus cilindros coloridos;/ então, que a púrpura delicada te cubra/ e se avermelhe com a grã o orgulhoso título/ Com esse protetor, nem a Probo você precisará temer”. (MARCIAL. III.2, grifo nosso, tradução de Robson Tadeu Cesila)

Original: *Cuius uis fieri, libelle, munus?/ Festina tibi uindice parare,/ ne nigram cito raptus in culinam/ cordylas madida tegas papyro/ uel turis piperisue sis cucullus. / Faustini fugis in sinum? sapisti./ Cedro nunc licet ambules perunctus/ et frontis gemino decens honore/ pictis luxurieris umbilicis,/ et te purpura delicata uelet,/ et cocco rubeat superbus index./ Illo uindice nec Probum timeto* (MARCIAL. III.2).

³⁹ “Ninfa, rainha de sagrado lago, a quem Sabino agradável/ e imortais templos dedicou como piedoso presente,/ que a montanhosa Úmbria venere sempre as tuas fontes/ e que a tua Sársina não prefira as águas de Baias:/ recebe de bom grado estes tímidos livrinhos, minhas ofertas; / tu serás para minhas Musas a nascente de Pégaso./ “Quem aos templos das Ninfas seus poemas oferece,/ está ele próprio a aconselhar o que se deve fazer com seus livros.” (MARCIAL. IX.58, Tradução de Robson Tadeu Cesila).

Original: “*Nympha sacri regina lacus, cui grata Sabinus/ et mansura pio munere templa dedit,/ sic montana tuos/ semper colat Vmbria fontes/ nec tua Baianas Sassina malit aquas:/ excipe sollicitos placide, mea dona, libellos;/ tu fueris Musis Pegasis unda meis. —/ “Nympharum templis quisquis sua carmina donat,/quid fieri libris debeat ipse monet.*” (MARCIAL. IX. 58)

exéquias que escreve novamente um livro” (Auctori Exequiarum librum denuo scribenti), tem apenas seis versos, mas resume em seus dísticos os temas abordados pelo poema predecessor.

O livro, João, que tua mão tinha produzido,
dizem que o coro das Nereidas o roubou.
Novamente a Musa te agrada e te agrada também compor um livro:
Envia, que este livro viaje contra a vontade do mar.
Primeiro, as Nereidas roubam o primeiro para aprender os poemas: 5
Que este segundo ensine.

*Quem tua, Joannes, dictarat dextera librum,
Fama est Nereidum surripuisse choros.
Rursus Musa placet, placet & componere librum:
Hic maris invidia, mittito, liber eat.
Nereides rapiunt, ut discant carmina, primum: 5
Qui doceat Musas, iste secundus erit.*

No primeiro dístico, o interlocutor do poema já é apontado como aquele que produziu o livro e a tópica de naufrágio é recuperada a partir da informação de que as Nereidas teriam roubado a primeira versão da obra. No segundo dístico há duas retomadas de recursos épicos: a primeira é a referência à Musa, personagem frequentemente invocada nas épicas, que inspira o organizador de *Relação Panegyrica* em sua laboriosa tarefa de compor novamente outro panegírico a D. João V; a segunda, porém, é uma repetição de uma ideia de um pélagos vicioso. Na *Eneida* (I. vv. 65-70), o ódio de Juno contra os troianos faz com que a deusa incite uma tempestade cujo resultado é o naufrágio dos companheiros de Eneias (*En*, I. vv. 102-103), enquanto no poema de Lago o mar é quem assume esse papel um tanto vicioso e que poderia também levar *Relação Panegyrica* a um segundo naufrágio.

O naufrágio apresentado no segundo verso com o roubo das Nereidas é retomado no dístico final e, assim como no décimo sexto verso do epigrama anterior, prenuncia a glória do autor por tamanha obra: o homem que ensina às musas será fecundo. A composição de ambos os livros concede glória ao organizador da obra, mas também implica um domínio de *Relação Panegyrica* tanto no mar quanto na terra. Nesse sentido, é importante ressaltar que a obra organizada por Barros é antes de tudo um elogio a D. João V, o domínio sobre mar e terra é do monarca, pois é a boa morte do governante que dará exemplos de virtude aos súditos. O organizador da obra é o instrumento pelo qual as virtudes do rei serão disseminadas nos limites do Orbe.

Ao pensarmos na presente categoria, “metapoesia e hipérbole”, percebemos que, principalmente no primeiro poema, de Neves, a hipérbole, figura muito importante para a retórica epídica, foi fundamental para a construção do caráter metapoético do primeiro

epigrama latino de *Relação Panegyrica*, porquanto permitiu a discussão acerca da agudeza do poema, como também auxiliou no elogio ao organizador da obra. Esse recurso da amplificação também é utilizado em outros poemas da obra em que sempre há um demasiado exagero ao descrever D. João V e seus feitos.

3.3.2 “*Sol cadit, ille cadit!*” - a écfrase

Para a presente categoria de análise, percebemos que alguns poemas ecfrásticos de autoria da Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia podem ser divididos por temáticas distintas dado o feito particular ao recuperar os elementos antigos nos poemas que serão analisados. Alguns epigramas descrevem a hora e o momento em que o rei teria falecido, outros descrevem a estação estiva e o mês em que ele morreu. Em ambas as temáticas, podemos encontrar o recurso da écfrase, mas, para esta categoria, selecionamos alguns poemas em que as imagens do Sol, da luz e da escuridão são desenhadas nos epigramas. Conforme Élio Teão (*Prog.* 118), a écfrase é um discurso descritivo que apresenta vividamente o assunto mostrado perante os olhos. Esse recurso pode ser empregado para descrever pessoas, eventos, lugares e épocas. Segundo Martins (2013, p. 39-40), é fundamental dispensar atenção aos termos *vividamente* e *claramente diante dos olhos* quando tratamos da écfrase, porque são estes elementos que tornam a descrição ecfrástica diferente de uma descrição comum e, dessa forma, os elementos descritos que apresentam aspectos singulares e significativos à visão – cores, tons e luz – são essenciais à écfrase.

Desconheço, quais acordos com o brilhante Febo ou qual
 Aliança com o Príncipe dos Planetas tem o Rei.
 Enquanto, na verdade, o Sol brilha no meio do céu, ele resplandece
 Mais brilhante na terra: o Sol se põe, ele se põe.
 Não é evidente que, tendo morrido o rei dos lusos, o sobrevivente Sol 5
 Se recusou a continuar o brilhante dia?
 Acaso Febo perdeu suas luzes mais brilhantes, depois de morto
 o rei de onde antes extraía seus raios?

*Nescio, cum rutilo quae Rex commercia Phoebos,
 Quod-ve Planetarum Principe foedus habet.
 Nam dum Coelesti Sol emicat axe, refulget
 Clarior ille solo: Sol cadit, ille cadit.
 Nunquid Lusitani Rege emoriente, superstes 5
 Sol renuit nitidum continuare diem?
 Perdidit an Phoebus clarissima lumina, Rege
 Extincto, radios hauserat unde suos?*
 (Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia, *RP*, p. 152)

O poema acima, intitulado “*Morre, de forma muito abençoada, o augustíssimo Digníssimo D. João V, Rei de Portugal, pondo-se o Sol*” (*Augustissimus D. D. Joannes V. Portugallia Rex,*

Sole in occasum vergente, felicissime emoritur), é o primeiro poema dos sete epigramas que têm a figura de Febo utilizada para representar o fim do dia em que D. João V morreu. No primeiro dístico, temos duas referências às divindades romanas: no primeiro verso, ao questionar quais alianças teria o rei com o príncipe dos planetas, podemos interpretar como uma referência a Júpiter que é lido na literatura latina como o grande deus do panteão romano (GRIMAL, 2005, p. 261).

Essa referência a Júpiter aparece em outros poemas a partir da relação com o próprio planeta do sistema solar que recebe o nome do deus. Isso porque a posição do planeta no sistema solar é a quinta, assim, o jogo entre o planeta, o deus romano e D. João V é elaborado através da questão numérica. A referência a Júpiter enquanto deus e também como quinto planeta do sistema solar, bem como sua associação a D. João V aparece mais nitidamente em um soneto escrito em português de Joseph da Torres Sylva: ‘[...] Do quinto João falece a Majestade, a que o quinto Planeta mais temia; [...] Para que por alívio à Lisa gente, no quinto Céu sejais Planeta Quinto, se na terra à saudade a quinta essência’ (RP, 1753, p. 99).

Acreditamos que a relação entre Júpiter, o deus romano, e Júpiter, o planeta, ocorre não só porque, nos poemas em português, essa associação é mais explícita, mas também porque o jogo numérico entre esses elementos pode ser explicado, ainda, se considerarmos que houve, no imaginário régio da sociedade do século XVIII, a ideia de um Quinto Império, em que o Orbe inteiro seria unido pelo destino português e a figura de D. João V como tem grande importância nesse imaginário. De acordo com Araújo (1989, p. 154), as primeiras manifestações de mundivivência imperial messiânica e sebastianista surgiram na obra *O céu aberto na terra: história das sagradas congregações e de S. João Evangelista*, escrita em 1697 por Francisco de Santa Maria. Nesta obra, D. João V é antevisto, antes mesmo de ser aclamado, com uma coroa e com o diadema do quinto e Universal Império em que este Império é visto como a promessa de Deus aos descendentes do rei D. Affonso.

Na pintura da obra que acompanha o texto, Araújo observa que desenrola-se na cena principal duas colunas ladeadas com os nomes insígnies da congregação, o que nos importa, principalmente, é a retomada de um céu aberto que faz menção ao texto de Apocalipse (19.11), em que o apóstolo João descreve a chegada de um fiel e verdadeiro ser, chegada esta esplendorosa do único que é capaz de julgar com justiça. Essa imagem é importante porque é a partir dela que temos a descrição da chegada de D. João V. É no ponto mais alto do céu que há o desenho de um raio de luz e é o monarca que preenche o centro. O futuro rei é posto

sobre um dossel de um trono, ao lado de dois leões e envergando um ceptro na mão esquerda, acolhendo a luz divina que é refletida em um escudo colocado à sua frente e o brilho do sol que desponta no horizonte não é maior que a luz do céu que toca o monarca (ARAÚJO, 1989, p. 155).



Figura 1- D João V enquanto príncipe e futuro rei de Portugal. Fonte: *O céu aberto*, de Francisco de Santa Maria, 1697.

A nossa retomada à imagem apresentada na obra de Francisco de Santa Maria não se dá tão somente para explicar a ideia de Quinto Império, mas também porque é nessa pintura que percebemos alguns elementos em comum com os epigramas de *Relação Panegyrica*. Após a menção de Júpiter, a figura de Febo é introduzida a partir do primeiro verso em que a associação entre o deus romano e D. João V é utilizada para um efeito de comparação entre o brilho do monarca português e o brilho da divindade pagã, assim como para amplificar a imagem de D. João V em que o rei, hiperbolicamente, se torna mais brilhante que o próprio sol, isto é, mais brilhante que Febo: “pois, enquanto o Sol brilha no meio do céu, ele resplandece/ mais brilhante na terra”.

Febo, o brilhante, é um epíteto de Apolo muito utilizado na literatura latina (GRIMAL, 2005, p. 167) e este uso nos poemas de *Relação Panegyrica* serve também como um contraste de imagens: enquanto vivo o rei, a luz resplandecia no Império Português; quando morto, as trevas dominavam as terras um dia governadas pelo monarca. Esse contraste de cores é descrito ecfrásticamente a partir do segundo dístico do epigrama em que o leitor é levado a visualizar, por meio de verbos no indicativo presente *emicat* e *refulget*, a projeção do sol no meio do céu, de um sol a pino, e apenas no final do dístico é que temos a projeção de outra imagem, a imagem do pôr do sol que finda o dia: “o sol se põe, ele se põe”. Para Rodolfo, (2012, p. 22), a écfrase é como um processo descritivo detalhado por meio do qual se pode produzir um quadro do objeto da descrição. Esse fenômeno retórico-poético está vinculado à elaboração narrativa a partir da qual se produz a *enargia* ou evidência que conferem vivacidade à imagem verbal. Em relação à *enargia*, Quintiliano (*Inst.Or.* VIII.3.61) explica que este procedimento é o que possibilita a exposição diante dos olhos, tornando o que é exposto claro tanto em favor do ornato quanto em favor de uma causa, a fim de que esta pareça mais verdadeira. A evidência também consiste na prática do retrato permitindo ao leitor ou ouvinte a visualização de um retrato a partir da descrição detalhada de um objeto (RODOLFO, 2012, p.29). A visualização proposta no poema é um exemplo do que Hansen (2006, p. 86) defende quanto à descrição écfrástica propor uma imagem fictícia trabalhada sobre *topoi* conhecidos: a imagem de D. João V enquanto mais brilhante do que o sol é uma imagem amplificada, fictícia, mas ela é trabalhada sobre um *topos* que já era difundido, o *topos* do rei enquanto portador da luz divina, o rei sol.

É interessante notar ainda que a imagem do pôr do sol, ao fim do segundo dístico, faz referência ao horário em que D. João V teria morrido, isto é, às sete da noite⁴⁰. Essa informação aparece em outros poemas como, por exemplo, o epigrama “Na sétima hora após o ocaso do sol, ele submeteu-se ao seu destino” (*Hora septima post Solis Occasum fato concessit*), também de autoria da Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia.

A Sétima hora que tinha enterrado Febo na urna cristalina,
 Fechou o último dia do Príncipe.
 Fechou, e como a meta dos labores foi atingida, dá descanso
 Ao gentil morto e permite que ele aproveite essa paz.
 O repouso final parece igualar os mortais; 5
 Este colheu João para o excelso Deus.
 Pois, a sétima luz antes tinha levado o descanso para Deus, descanso que a hora,
 Com o mesmo número ao mesmo tempo, levou para o Rei.

*Septima, quae vitrea Phoebum tumulaverat urna,
 Extremam clausit Principis hora diem.
 Clausit, & extincto dum facta est meta laborum,
 Dat placido requiem, datque quiete frui.
 Ultima mortales requies aequare videtur; 5
 Joannem excelso contulit ista Deo.
 Septima namque Deo tulerat lux ante quietem,
 Quam Regi numero par simul hora tulit.*
 (Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia, RP, p. 159)

Nos dois primeiros versos deste epigrama, novamente a ideia do pôr do sol aparece com a indicação de que Febo teria sido enterrado na urna cristalina, ou seja, nas águas. Diferente do primeiro poema em que a menção ao deus romano apenas sugere o fim do dia, neste epigrama em questão, a hora em que o monarca teria falecido é devidamente expressa como a sétima hora, pois é na sétima hora em que as águas teriam enterrado Febo.

O jogo elaborado nesse epigrama para tratar do horário de falecimento de D. João V brinca com a simbologia bíblica do número sete, porquanto faz referência ao sétimo dia de descanso de Deus, em que após todo o trabalho divino da criação do mundo, o sétimo dia se tornou o dia em que o deus cristão descansou (*Gn.* 2. 1-3). Assim também D. João V teria recebido descanso depois de todo o seu trabalho em vida nos versos três e quatro: “Fechou, e como a meta dos labores foi atingida, dá descanso, Ao gentil morto e permite que ele aproveite essa

⁴⁰ Segundo um documento de um comerciante português, Pedro Mendes da Costa, D. João V teria morrido no dia 31 de julho de 1750, às sete e vinte da noite: “Em trinta e um de julho de mil setecentos e cinquenta, faleceu o Nosso Rei na última sexta-feira em dia de Santo Ignácio de tarde pelas sete horas em vinte [...]”. O documento transcrito pelos pesquisadores Angelo Alves Carrara e Lucas Nascimento Moreira causa estranhamento pelo fato de que tal descrição acerca da morte de D. João V e da aclamação de D. José I faz parte de um livro de contas de mercadores sob custódia na Torre do Tombo, em Lisboa, no século XVIII (CARRARA; MOREIRA, 2016, p. 1).

paz” (*Clausit, & extincto dum facta est meta laborum, Dat placido requiem, datque quiete frui*). Essa analogia é fechada com o último dístico mostrando que a sétima hora então se refere ao número sete, ao tempo de descanso: “Pois, a sétima luz antes tinha levado o descanso para Deus, descanso que a hora, Com o mesmo número ao mesmo tempo, levou para o Rei (*Septima namque Deo tulerat lux ante quietem, Quam Regi numero par simul hora tulit*)”. O descanso de D. João V após seus trabalhos é mencionado em outros epigramas como no poema da Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia (*Relação Panegyrica*, 1753, p. 162) que apresentamos no segundo capítulo desta dissertação em nossa argumentação acerca dos lugares argumentativos do gênero epidítico: D. João V ascende aos céus após feitos os trabalhos para Deus, ele é um representante da divindade cristã na terra e trabalha duplamente para o seu povo e para seu Criador. Se compararmos os dois poemas discutidos até agora, perceberemos que há uma diferença no tratamento das divindades, porque, no primeiro epigrama, as divindades pagãs servem como uma introdução ao imaginário de D. João V enquanto rei sol, é uma conversa com os textos da Antiguidade clássica, todavia, o brilho e até mesmo o poder dessas divindades não se comparam ao monarca português. A exemplo, o brilho de Febo é inferior ao do rei, mas, nos epigramas em que algumas tópicas cristãs são resgatadas, o monarca não supera de forma alguma o celestial cristão, ele é apenas aquele que cumpre a vontade de Deus na terra e é por sua obediência e serviço que ele ganha o céu que a ele foi prometido. Hansen (2019, p. 42) considera que para a representação das letras coloniais, há um conceito indeterminado de Deus, sempre pressuposto na invenção do discurso e como consequência da política católica da Monarquia Portuguesa, a partir do Concílio de Trento, a identidade divina é causa primeira do tempo e, logo, de todos os seres e eventos finitos da natureza e da história. Porque o tempo é criado, nenhum dos seres e eventos tem relação de igualdade com Deus, mas apresentam certa proporcionalidade entre a sua própria natureza inferior e a substância metafísica incriada (HANSEN, 2019, p. 42).

Nos conjuntos de epigramas de autoria da Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia, o deus sol, isto é, Febo, é descrito como aquele que se esconde ou mergulha nas águas como, por exemplo, no poema “O Inclito Rei de Portugal morreu nas praias ocidentais,/ Febo precipitado vai às águas ocidentais./ Mas também teria caído do meio do céu para dentro das águas/ Se naquele momento por acaso estivesse no meio do seu caminho [...]” (*Occiduis periit Lysiae Rex inclitus oris,/ Phoebus it occiduas praecipitatus aquas./ Vel quoque de medio cecidisset in aequora Coelo,/ Si tunc per medium fortè teneret iter [...]*) (RP, 1753, p. 153). Essa imagem, assim como a imagem do primeiro dístico do poema da Sétima hora em

que Febo é enterrado na urna cristalina, propõe a ideia do sol se ocultando no horizonte e, à vista humana, desaparecendo nas águas. Em outro epigrama, essa mesma imagem aparece para representar o pôr do sol a partir da indicação de que o astro escondeu sua cabeça trazendo, assim, à noite:

O Sol esconde a cabeça: ó Grande Soberano, com ti perecendo,
O céu é coberto pelas trevas da noite.
Eis que o cortejo sepulcral é preparado pelo céu para ti,
Eis aqui a funérea exéquias construída para ti:
O próprio céu coberto pelo manto da noite já está pronto 5
No lugar do túmulo: que brilhem os astros como tuas tochas.

Sol caput abscondit: Regnator Maxime, noctis
Velatur tenebris, te pereunte, polus.
Ecce sepulchralis Coelo tibi pompa paratur,
En tibi structus adest exequialis honos:
Stat modo pro tumulo noctis coopertus amictu 5
Ipse polus; radiant sidera pro facibus.
(Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia, *RP*, p. 152)

A imagem do sol escondendo sua cabeça é muito semelhante à descrita nas *Metamorfoses*: “Imaculado, o sol tinha mergulhado sua radiosa cabeça no Oceano; a noite tinha erguido a face pejada de estrelas” (“*candidus Oceano nitidum caput abdiderat Sol,/ et caput extulerat densissima sidereum Nox;*” Ovídio, *Met.* XV. vv. 30-31). A recepção da imagem de Febo é trazida nos epigramas tanto como forma de descrever detalhadamente o ocaso, a hora em que D. João V faleceu quanto de retomar a própria ideia do monarca enquanto portador de tamanho brilho divino, luz esta que já era desenhada antes mesmo de sua proclamação enquanto rei e que alude também à metáfora do poder régio. O brilho de D. João V não supera o brilho do Deus cristão e, nesse sentido, a recepção da imagem de Febo é utilizada justamente para estabelecer o monarca como o Sol do Império Português, porque o rei não só pode ser comparado à divindade pagã como ele o supera. A nossa defesa de que o resgate da imagem de Febo é também uma alusão ao poder régio é justificada pelo fato de que a associação do rei português ao sol já aparecia em outros textos dos finais do século XVII e início do século XVIII como, por exemplo, no “espelho” do rei, escrito por Sebastião Pacheco Varela: “O Sol vivifica com seu benévolo aspecto, o Rei dá vida com seu benigno semblante (VILELA, 1702, p. 97-98 apud MONTEIRO, 2001, p. 136). Segundo Monteiro (2001, p. 134), essa metáfora foi característica do reinado de D. João V, porque o governante, contemplado pelos tesouros provenientes da América Portuguesa, pôde gozar de um reinado cheio de exuberâncias.

A escuridão da noite devido ao pôr do sol também é desenhada a partir de tópicos cristãos, a exemplo, o epigrama “Morre à noite” (*Nocte emoritur*), de autoria de Emmanuel Pereira do Lago. Nesse poema, não temos mais o sol como referência à hora da morte ou como o apagar do brilho do rei, porque a morte já o levou. Somos apresentados a uma cena em que o céu já foi pintado pela escuridão da noite.

Enquanto a obscura noite abraça o céu com suas asas sombrias,
Que pecado! a Parca brande dardos ao Rei.
Cautelosa consigo mesma, ela teme aos povos que amam o Rei;
Para que não a frustrem, ela, como um ladrão, rapta o Rei à noite.

Dum nox atra polum moestis amplectitur alis,
Pro scelus! in Regem spicula Parca vibrat.
Cauta sibi populos Regis formidat amantes;
Ne frustrent, Regem ceu latro nocte rapit.
(Lago, *RP*, p. 186)

Após a descrição da noite que cobre os céus, há uma mistura de referências pagãs e cristãs. De novo, a parca aparece como aquela que dará fim ao rei, mas ela também é vinculada à imagem cristã em que na volta do senhor, há a promessa do retorno de Cristo como um ladrão à noite e que, nesse dia escolhido, pegará a todos de surpresa (*Tess.* I. 5). A inversão do mito cristão se dá apenas pela troca da personagem e das circunstâncias, é a parca que surpreende o povo lusitano para buscar o rei deixando seu povo na escuridão.

Se até agora discutimos os epigramas que usam a écfrase para desenhar o fim do dia, trataremos, agora, de um poema em que essa mesma temática não mais é utilizada para descrever o dia, mas para descrever um suposto quadro, uma pintura. O efeito de maravilha na descrição ecfástica de um poema é indicado por Freire (*Arte Poética*, 1759, p. 85-86), ao entender que a fantasia é a fonte mais fecunda da maravilha e beleza poética e para o seu uso, é necessário que todo o objeto representado, seja este ou uma imagem ou uma semelhança de si mesmo, seja exposto a todos os sentidos, isto é, aos olhos, aos ouvidos e à mente. No poema abaixo, o leitor é levado a imaginar a figura do rei a partir da descrição que desenha o monarca no epigrama. Passa-se, então, à narração do rei a partir do destaque à forma das sobranceiras afáveis, do rosto amigável, mas a morte dá o toque final da pintura.

Quão bem, como imagem pintada, o retrato representará o rei,
E o retrato dá imagens para o mundo dos reis.
Pois a vida do rei dá as cores belas da moral.
E as mãos reais estampam feitos régios.
A grande beleza suaviza a austeridade, 5
O rosto amigável oferece toda ajuda pacífica.

Falta a sombra, e a morte adicionou à noite suas sombras,
Para que a imagem real seja sombreada.

Quam bene depicta referet sub imagine Regem,
Qui mundo Regum dat simulacra, typus!
Nam pulchros morum dat regia vita colores,
Signant regales regia facta manus.
Forma supercilium pulcherrima temperat, omnem 5
Offert pacificam vultus amicus opem.
Umbra deest, noctuque suas mors addidit umbras,
Ut sit adumbrato regia forma typo.
(Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia, *RP*, p. 154)

No dístico final do epigrama, a morte adiciona apenas uma cor na pintura do rei, a cor da noite, sombreando o quadro. Luzan (*Arte Poética*, 1737, p. 124) esclarece que para que a fantasia seja bem sucedida, é preciso que ela envolva alguma verdade para que as imagens sejam produzidas na imaginação. O recurso da écfrase nos poemas em que há associação de D. João V ao sol ou nos quais a morte do rei é marcada com a chegada da noite já possibilita a construção fantasiosa de um contraste de cores. Essa concepção de fantasia aparece também na retórica antiga. A descrição detalhada pela écfrase não desencadeia apenas a *enargia*, mas também a fantasia que, para Quintiliano (*Inst.Or.* VI. 2,29), é o meio pelo qual as coisas ausentes são representadas na imaginação com tanta vividez como se as tivéssemos diante do olhar. Rodolfo (2012, p. 22-23) afirma que este recurso que se relaciona com os mecanismos ecfrásticos contribui para assimilação visual de um elemento que é lido, ajudando a alcançar a persuasão do que é enunciado no discurso.

Dentre os poemas ecfrásticos, há também os que descrevem o mausoléu construído para o rei na Bahia como, por exemplo, o poema intitulado “Sobre o magnificentíssimo cenotáfio de maravilhosa estrutura construído na Igreja Catedral da Cidade da Bahia para as exéquias do sereníssimo Rei que hão de ser celebradas” (*De magnificentissimo, mirabilisque structurae cenotaphio in Cathedrali Bahiensis Civitatis Ecclesia pro Serenissimi Regis exequiis celebrandis erecto*,).

Surge certa máquina êmula do círculo dos astros,
Imitando em sua volta as luzes Celestiais .
Supera as sete maravilhas em augusto orgulho.
Julgarias ultrapassar as obras da natureza e da arte.
Por que, ou porque íngreme busca as Olímpicas moradas com seu alto pico, 5
Porque pareceu ter escondido a cabeça nos astros,
Ou porque cõnsua de si, representa as pompas régias,
(Por ela, a terra do Brasil prepara exéquias do Reino)
Orgulha-se de si e das terras, com grande massa,
E se compraz em se aproximar das plagas etéreas com seu topo? 10
Ou porque a Urna não conteria de tão grande Rei nem os restos mortais

Nem as ínclitas cinzas, se ela não fosse tão grande?
 Eu acreditaria que a Corte Celestial percebe o poder do extinto Rei
 Enquanto, ele, de tantos méritos, sobe ao céu.
 Por isso, como os gigantes no vale de Palene, superpostas as montanhas 15
 Lutaram para ir às altas moradas.
 Assim, para João assaltando os reinos celestes, este monumento
 Oferece o fácil caminho aos astros.

Quaenam sidereo consurgit machina circo
 AEmula, Coelestes circum imitata faces.
 Septena augusto superat miracula fastu:
 Naturae credas vincere, & artis opes.
 Quid, quod Olympicas summo petit ardua sedes 5
 Culmine, quod visa est condere in astra caput.
 An, quod Regales sibi conscia adumbrat honores,
 (hac Regni inferias Brasila terra parat)
 Se super & terras elatâ mole superbit,
 Gaudet & aethereas vertice adire plagas? 10
 Urna-vè quod tanti nec Regis funera, magnos
 Nec caperet cineres, haec nisi tanta foret?
 Crederem ab extincto *patitur vim Caelica* Rege
 Aula, tot è meritis dum subit ille polum.
 Hinc, superimpositis ut Phlegrae in valle Gigantes 15
 Pugnarunt superas montibus ire domos;
 Sic oppugnanti Caelestia Regna Joanni,
 Moles haec facilem sternit in astra viam.
 (Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia, *RP*, p. 163)

No início do poema, acompanhamos a descrição da máquina que é adjetivada como êmula ao círculo dos astros, como aquela que imita os brilhos celestiais e é íngreme como as árvores olímpicas. Essas referências ao brilho, bem como essas comparações às cidades olímpicas e aos astros ajudam a desencadear uma descrição ecfrástica que possibilita ao leitor, a partir do que é descrito no discurso, visualizar a imagem desenhada. Na segunda parte do poema, segue a narração da altiva máquina em sua subida aos céus, o uso dessa máquina é semelhante ao encontrado em Vergílio (*En.* II.45-48). Na *Eneida*, o uso de máquina é vinculado ao cavalo de Troia, pouco antes do desenrolar da guerra, já no epigrama, a máquina é referência à urna, ao cenotáfio do rei.

Desde o primeiro dístico, a narração detalhada da máquina nos permitiu elaborar fantasiosamente uma imagem de uma urna altiva que aos poucos foi suspendida até que alcançasse os céus. A referência à gigantomaquia (*Ov. Met.* I. 150-162) no penúltimo dístico tanto retomou uma imagem já difundida nas épicas latinas dessa batalha para conquistar o Olimpo, como serviu de oposição a D. João V, uma vez que este não precisou fazer esforços para conquistar as superas plagas, pois por mérito próprio o céu a ele foi dado. A confluência

dos artifícios linguísticos-argumentativos, a partir do uso da écfrase permite visualizar mentalmente a pompa fúnebre e a subida do rei lusitano aos céus.

É difícil encontrar algum epigrama de *Relação Panegyrica* que não utilize o recurso da écfrase. A presença constante desse dispositivo retórico pode ser explicada tanto pela indicação de tal recurso nos manuais de retórica Antiga, mas também pela eficácia do deleite poético defendida pelos preceptistas modernos em suas poéticas. Nas poéticas modernas que estudamos, os recursos mais indicados para a poesia são a hipérbole, a écfrase e a metáfora. Além disso, é importante destacar que os epigramas assim como os demais gêneros poéticos da obra têm como objetivo a descrição das exéquias de D. João V. A écfrase, portanto, proporciona o deleite, mas é também o mecanismo mais apropriado para propor a visualidade do relato de exéquias. Nos próximos poemas, esse recurso ainda é trabalhado com o propósito de descrever o mês em que D. João V morreu e a estação deste período. Apontaremos os versos em que a écfrase é mais evidente, mas nosso objetivo é tratar, especialmente, da metáfora.

3.3.3 “*Pacis amans*” - A metáfora

Como já mencionamos, é possível observar mais de um recurso retórico-poético na construção dos poemas, mas, em nossa análise, optamos por isolar esses recursos ainda que muitos deles sejam empregados em um mesmo poema. Neste tópico, pretendemos discutir sobre os usos da metáfora e também de como a recepção dos textos antigos auxiliou à construção de uma imagem virtuosa de D. João V. No epigrama abaixo, de autoria do Colégio da Bahia, o mito do Leão de Neméia é recuperado para descrever a estação em que o rei morreu.

No tempo, em que as searas estão secas, em que o tórrido ar
Queima, e o Leão selvagem se enfurece contra os campos:
Neste tempo, o Grande Rei recebeu as honras sepulcrais.
Neste tempo, tendo sido levado pela morte, foi às superas plagas.
Amante de Paz, quando do monstro tinha sentido as selvagens iras, 5
Lançou-se às estrelas para que do astro as fúrias apaziguasse.

Tempore, quo segetes sitiunt, quo torridus aer
Aestuat, & saevit torvus in arva Leo:
Hocce sepulchrales meruit Rex Magnus honores.
Hoc superas adiit, morte ferente, plagas.
Pacis amans, rabidas Monstri cum senserit iras, 5
Sideris ut furias mitiget, astra petit.
(Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia, *RP*, p. 156)

Os dois primeiros dísticos que descrevem o tempo seco em que o ar é tórrido são referências ao verão português. A morte de D. João V ocorreu no dia trinta e um de julho, que é também o período estivo de Portugal. A partir do terceiro verso, é indicado que, neste tempo quente, houve as celebrações das pompas funerais do rei e sua subida às altas plagas. A imagem do leão é colocada, então, como uma analogia à constelação de mesmo nome, marcando, deste modo, o mês de julho em que o rei se lança às estrelas como um promotor da paz para acalmar o leão raivoso. O uso da metáfora é orientado por Aristóteles já na *Poética* (1457a-1457b) e na *Retórica* (III. 1404b). Para o filósofo (*Poet.* 1457b), a metáfora é a designação de uma coisa mediante um nome que designa outra coisa e é nela em que se encontra clareza, agradabilidade e exotismo, ademais, seu uso não deve ser proveniente de qualquer autor (Arist. *Rhet.* III. 1405a). O discurso, a partir da perspectiva aristotélica, deve apresentar também o emprego de metáforas que provém da analogia. Aristóteles (*Poet.* 1457b) explica que a analogia ocorre quando o segundo termo está para o primeiro assim como o quarto para o terceiro. Essa transposição semântica resultante das analogias pode ser demonstrada com um dos exemplos apresentados pelo filósofo em que “a velhice está para a vida assim como a tarde para o dia”, isto é, a velhice é a tarde do dia ou o ocaso da vida. Discorrendo também sobre a metáfora, Quintiliano (*Inst. Or.* VIII. 6.6-8) observa que o uso desse dispositivo retórico é uma necessidade do orador de fazer seu discurso mais claro e mais elegante. A metáfora é um artifício que deve ser aplicado correspondentemente em todas as suas partes e circunstâncias para que ela seja uma metáfora aguda (GRACIÁN, 1725, XLIII, p. 199-201). A retomada à história do Leão de Nemeia como uma descrição do mês em que o rei morreu e também como tentativa de diferenciar por suas virtudes aparece em outros epigramas.

Que insana raiva move o Leão carregado de estrelas?
 Por que a terrível fera se enfurece contra a sagrada cabeça?
 Ela tinha visto o rei, enquanto ele sustentava o peso do Mundo gêmeo,
 Ele produz feitos dignos do nome de Hércules:
 Assim, enganado pela imagem acredita ver Alcides
 O Leão anseia lançar-se à ruína do príncipe.
 Alcides vencera o monstro: o rei pelo astro foi vencido:
 Nem por isto é menor a glória, nem menor a fama.
 Aquela vitória deu o céu para o monstro vencido;
 Essa trouxe o céu prometido para o Rei.

Quae movet astriferum rabies vesana Leonem?
 Cur furit in sacrum bellua dira Caput?
 Viderat haec Regem, gemini dum sustinet Orbis
 Pondus, & Herculeo nomine digna gerit:

Inde, quod Alciden delusus imagine credit,
Ardet in excidium Principis ire Leo.
Vicerat Alcides monstrum: Rex vincitur astro:
Nec minor hinc victo gloria, fama minor.
Illa polum victo peperit victoria monstro;
Promeritum Regi contulit ista polum

(Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia, *RP*, p. 156)

No epigrama do Colégio da Bahia, o mito do primeiro trabalho de Hércules em que a fera morre pelas mãos de herói e, assim, dá-se origem à constelação de Leão é recuperado. A partir do terceiro verso, a imagem proposta é a da fera raivosa que confunde o rei português com o filho de Júpiter e, em sua tentativa de matar o herói, acaba por ferir o rei. Dessa maneira, ao contrário de Alcides que venceu a fera (Ov. *Met.* IX.197; VERG. *En.* VIII. 295), D. João V por ela é vencida. Embora o destino do monarca tenha sido fatal assim como o do Leão, nos dois últimos dísticos, a imagem do rei se assemelha à de Alcides porque é enfatizado que a glória e fama do governante lusitano não é menor que a do herói, além disso, há, ainda, a constatação de que o céu sempre foi prometido para D. João V.

O uso dessa metáfora é acompanhado por uma sucessão de imagens. No poema acima, temos primeiro a imagem do leão (v. 1) como introdução ao mito, seguido pela indicação de que a fera viu o rei segurando duplamente o peso do mundo (v.3) e, nesse sentido, a segunda imagem evocada é a de Hércules que, por um curto período, segura os céus quando Atlas, o titã que recebeu o fardo de sustentar o mundo, colhe as maçãs de ouro que o filho de Júpiter pede (OV. *Met.* IX. 199;). Nessa segunda imagem, a associação com o rei pode ser feita pelo fato de que o monarca português também duplamente seguraria o peso do mundo por sua responsabilidade enquanto governante de Portugal e das terras que o Império Português conquistou. Essa mesma associação aparece na descrição inicial em prosa, a relação:

Um monarca, que logo na primitiva estação de seus gloriosos anos ostentou alentos de Alcides para empresas de Atlante; pois tomando em seus ombros não só a importante Esfera da sua Monarquia, mas também o formidável peso de outros Orbes, que pela iminência da ruína se viam vacilantes; foi a firmissima coluna, em que estribo permanentemente assim a felicidade dos próprios estados, como a conservação dos alheios domínios; mostrando ao mesmo tempo respeitáveis poderes de Júpiter, e persuasivas inteligências de Mercúrio, que com glória de uns, e reparo de outros, o constituirão venerado Oráculo a todas as coroas no presente século (*RP*, p. 3)

Na parte descritiva de *Relação Panegyrica* (1753, p. 10), a cabeça do mundo é atribuída a Portugal, que é a terra vista como centro ilustre de ações heroicas. Essa segunda imagem de Hércules segurando o peso do mundo introduzida no verso terceiro se confirma com o verso seguinte em que o rei, ao também segurar o peso do mundo “ele produz feitos digno do nome

de Hércules” (*Pondus, & Herculeo nomine digna gerit*). A terceira imagem é introduzida a partir do quinto verso em que o leão confunde o rei com Hércules e, desse modo, o monarca seria o alvo da fera. A quarta imagem ocorre no penúltimo dístico em que Hércules vence a fera: “Alcides vencera o monstro: o rei pelo astro foi vencido: nem menor por isto é menor a glória, nem menor a fama” (*Vicerat Alcides monstrum: Rex vincitur astro:/ Nec minor hinc victo gloria, fama minor*). É nessa imagem também que o rei que até então era associado a Hércules, todavia, não conseguiu ter o mesmo sucesso do herói. O leão que antes era descrito como a fera, agora, alude ao final do mito deste primeiro trabalho de Hércules provando um desfecho diferente: ele que foi vencido por Alcides e dado origem ao nome da constelação de Leão, se torna o algoz de D. João V marcando o período em que o rei foi vencido pela morte. Nesses dois epigramas, a retomada da imagem do Leão enquanto essa fera furiosa serve também para propor o oposto em relação ao rei português. Diferentemente do monstro, D. João V é pacífico. No primeiro epigrama deste tópico, o rei é descrito como amante de paz que ascende aos céus para acalmar o astro: “Amante de Paz, quando do monstro tinha sentido as selvagens iras (*Pacis amans, rabidas Monstri cum senserit iras,*). E neste último poema que analisamos, a fera assume também o lugar da morte, porque o leão agora é descrito por seus vícios, por sua raiva, fúria e selvageria. Essa imagem, portanto, se opõe ao rei cujas virtudes são a calma e a serenidade.

Como demonstramos, há um diálogo com os textos antigos tanto nos poemas como na parte descritiva de *Relação Panegyrica*. Os dispositivos retóricos funcionam para causar um efeito na narração da morte e das exéquias do rei, mas temos ainda a questão da construção dos sentidos. A interpretação das associações e das metáforas que trazem os textos antigos à luz nos epigramas acontece a partir do leitor. Em nossa análise, percebemos que os epigramas, de modo geral, recebem a matéria das épicas e acreditamos que as *Metamorfoses* de Ovídio é a obra mais recuperada nos poemas de *Relação Panegyrica*. A história do Leão de Neméia que é contada na obra de Ovídio e também na *Eneida*, assim como em outras obras da Antiguidade clássica perde seu sentido fixo nos epigramas. É importante lembrar que para a teoria dos Estudos de Recepção dos clássicos, estamos sempre em diálogo com o passado e essa conversa se torna uma via de mão dupla (BAKOIANNI, 2016, 115-116). Em outras palavras, quando lemos os epigramas de *Relação Panegyrica* e localizamos a recepção dos textos antigos, a construção dessa interpretação é resultado das nossas leituras anteriores historicamente determinadas. Para o leitor do século XXI, a clareza da analogia em que D. João V ocupa o lugar de Hércules sustentando o mundo e indicando o poder do Império

Português pode não fazer tanto sentido se este receptor considerar apenas Portugal do século XXI. Mas para a sociedade do século XVIII, a metáfora foi bem utilizada. Devemos considerar, ainda, que a recepção dos textos clássicos nos epigramas é feita com um propósito elogioso e para uma sociedade luso-brasileira, assim, não poderíamos dizer com certeza se um leitor francês, por exemplo, do século XVIII conseguiria entender a relação das metáforas empregadas nos epigramas e sua associação a D. João V ao Império Português.

A nossa defesa de que mesmo para as sociedades do século XVIII é necessário considerar que estamos tratando especificamente da luso-brasileira é fundamentada tanto pela nossa leitura histórica como também pela análise dos poemas em que a imagem pacífica de D. João V explicita que a paz não era um benefício de toda a Europa, mas do reino Português.

Percebes como o Vento Norte e o Vento Sul exercem forças Adversas de ambas as direções? Por isso, a terra e o mar são revolidos: não terias visto, porém, No céu, obscuros os raios do sol Da mesma forma Marte sacode a Europa por toda parte:	5
Crê-se que ela vai novamente para as rápidas correntes do mar Tantas guerras se levantam quantas são as ondas que Nereu move Quando ruge entre as águas agitadas, Aquele força conjurada não pode ferir a João; Ele não afastou o mal por Marte, mas por arte;	10
Sob tão grande Divindade, tantas lutas não perturbaram teu povo, Nem teus campos, Lusa terra. O Rei ínclito tinha visto a paz que vagava por toda a terra, Enquanto a ira da Deusa bélica se enfurecia. Para ela, ele construiu uma sede estável em seus reinos, Para que ela não abandone as terras que se arruinam.	15
Conspicis, adversas utroque ex cardine vires Ut Coelo Boreas exerat, utque Notus? Inde solumque, salumque obvolvitur: aethere Solis Nec tamen obscuras videris esse faces. Haud secus Europam Mavors quatit undique: fluctus Ire iterum in rapidos creditur illa maris Bella tot insurgunt, pelago quot commovet undas, Turbatas Nereus cum fremit inter aquas. Conjurata nequit vis illa nocere Joanni; Qui tantum haud repulit Marte, sed arte malum:	5
Praelia nec tanto populos sub Numine, campos Tot nec turbarunt, Lysia terra, tuos. Viderat errantem toto Rex inclytus Orbe Pacem, belligerae dum furit ira Deae. Huic stabilem, terras neu deserat illa ruentes, In Regnis sedem condidit ipse suis.	10
(Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia, <i>RP</i> , p. 166)	15

No poema acima, intitulado “Pinta-se o sol, de forma nenhuma obscurecido pelos ventos que se sopram por todos os lados, sob o título: a força conjurada não pode ferir. O augustíssimo e

sereníssimo Rei, enquanto quase toda a Europa com o longo calor das guerras se inquietava, governou o reino em benefício da paz em parte alguma perturbada ” (*Depingitur Sol ventis undique perflantibus minimè obscuratus, sub Lemmate: Nequit vis conjurata nocere. Augustissimus, ac Serenissimus Rex, dum universa penè Europa diuturno bellorum laboraret incendio, nusquam inturbatae pacis beneficio Regnum moderatur*), os elementos mitológicos são novamente recuperados para descrever os fenômenos da natureza e propor a imagem de uma Europa em guerra e de Portugal em paz. A imagem de ventos contrários em associação à guerra descrita no primeiro dístico aparece também na *Eneida* (II.vv. 416-418) quando somos apresentados ao embate entre os troianos e os gregos após a entrada do Cavalo de Troia. No governo joanino, algumas disputas aconteciam nos territórios vizinhos. Ferreira (2003, p. 21) escreve que a Europa assistiu à disputa pela hegemonia cultural e política nos finais do século XVII e o governo de D. João V é marcado por um certo distanciamento de importantes conflitos bélicos de suas congêneres tais como a Guerra de Sucessão da Espanha (1702-1713) e o combate na luta contra os turcos (1716-1717). A referência a Marte, deus da guerra, no quinto verso sustenta a retomada dos ventos opostos e sua analogia aos conflitos bélicos. No dístico seguinte, Nereu é mencionado como aquele que agita as águas e muitas guerras se levantam. Nereu é o velho do mar, filho de Ponto, e é considerado um benfeitor para os marinheiros. Nereu é descrito como aquele que ressoa em redor de todo o mundo (OV. *Met.* I. vv.187-188), mas, no epigrama, a imagem do velho do mar é semelhante à da *Eneida* (II. vv 418-419) em que após a narração dos contrários ventos, Nereu é aquele que agita o fundo do mar e a força da tempestade pela divindade provocada é comparada à violência dos Argivos. Essa descrição faz parte da narrativa de Eneias sobre a destruição de Troia, mas, no epigrama, nem a violência das guerras dos povos vizinhos, nem das tempestades provocadas por Nereu podem ferir D. João V. Isso porque o rei se distancia desses conflitos, ele recusa o mal trazido pela guerra em favor da arte (v. 8-10). As guerras não entram na terra Lusitana (v. 12) porque o rei é apontado como um governante de leis. No epigrama comentado neste capítulo, quando tratamos do ideal de boa morte, é dito que assim que D. João V começou a governar, foram criadas leis para o seu povo e as armas caíram: “Assim que recebeu a honra real, aos povos João deu leis, Subitamente, começa a paz, depõem-se as armas”. (*Vix iniit Regale decus, populisque Joannes Jura dedit, subito pax subit, arma cadunt*) (RP, p. 161, vv. 1-2).

Para os gêneros laudatórios dos séculos XVI-XVIII, uma boa morte é também um preceito epidítico. Luz (2013, p. 134) afirma que o tópico da boa morte prevê “um *télos* capaz de

potencializar os efeitos de bem-aventurança veiculados no herói exemplar”. D. João V é sempre descrito nos poemas como um exemplo seja pelo seu caráter pacificador ou pelo exemplo que o monarca se tornou para os seus sucessores. Na *Relação Panegyrica*, o monarca é apontado como

[...] o protótipo da heroicidade, o símbolo da grandeza, o modelo da descrição. Foi o exemplar insigne de todas as virtudes morais, políticas, e católicas, de quem os mais abalizados dos heróis, ou não passarão de ser sombra, ou só chegarão a ser figura. Ele foi o Numa Pompílio, tanto no amor da paz, na observância da religião, na prática das leis, e na civilidade dos costumes [...] (RP, p. 4)

Nos epigramas, a heroicidade de D. João V é escrita a partir da recepção dos textos clássicos, em especial os que mencionam os feitos de Hércules. É nesse sentido que podemos observar o diálogo com a Antiguidade dentro de uma linha de aproximação e de afastamento. O monarca é comparado ao filho de Júpiter por seu trabalho tão precioso de governar o Império Português, mas se distancia quando recusa lançar mão do que não convém com a paz, pois prefere ser vencido e, dessa maneira, conquista também o reino celestial cristão. Como símbolo de paz e de leis, D. João V é comparado a Numa Pompílio. Nas *Metamorfoses*, Ovídio descreve Numa como aquele que converteu um povo habituado à ferocidade da guerra às artes da paz, de igual modo o rei português age com seu povo instaurando leis, se abstendo da guerra e proporcionando a paz que nem Marte é capaz de perturbar (RP, p. 166, vv. 10-16). É interessante observar como todos os episódios recuperados dos textos clássicos estão de alguma forma vinculados a um episódio fúnebre como, por exemplo, o mito do leão de Neméia, a guerra de Tróia, bem como o episódio que comentamos no segundo capítulo acerca da descrição da doença de D. João V em que temos uma alusão à história da luta de Odisseu e Iro (HOM. *Odisseia*, XVIII. 1-107).

As metáforas empregadas nos poemas de *Relação Panegyrica* não são metáforas obscuras, porque elas são atenuadas obedecendo os princípios ciceronianos. Em *De oratore*, Cícero (III.165-167) defende a inserção de palavras semelhantes ao objeto tratado no discurso, principalmente quando este discurso corresponde a algum gênero que, geralmente, pode se valer de muitas metáforas. Assim, para o orador, Marte pode ser utilizado para referenciar a Guerra, Ceres, em lugar dos grãos, Líber, em lugar do vinho. Em *Relação Panegyrica*, o mesmo acontece com Febo no lugar do sol, o Leão como a constelação, Marte como a guerra ou violência. Partindo dos preceitos ciceronianos, ao mesmo tempo em que utilizar palavras semelhantes ao objeto tratado torna a metáfora mais clara, é também um ornato do discurso.

Na análise dos epigramas que expomos neste capítulo, mas poderíamos citar também os que tratamos nos capítulos anteriores, verificamos que o diálogo com os textos antigos é inegável, mas é a técnica retórica junto aos preceitos retóricos do século XVIII que parece modular esses textos como um material completamente novo. Luzan (*Arte Poética*, 1737, XII. p.119) esclarece que para adornar a matéria poética, é necessário o uso desses artifícios, o que faz com que o poeta seja capaz de oferecer uma matéria nova. Essa matéria nova nos epigramas da obra aqui estudada se torna a narração das exéquias de D. João V e da imagem virtuosa do monarca que está a serviço do ideal de morte do século XVIII como bem comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como relembra Hansen (2019, p. 42), as letras coloniais transformam e representam matérias do seu referencial, dos discursos de seu tempo, por meio de preceitos retóricos determinados e essa é também uma verdade para a *Relação Panegyrica*. Dessa forma, estabelecemos duas hipóteses para esta dissertação: a primeira afirmou que o resgate do gênero retórico epidítico e do gênero poético epigramático da Antiguidade, foi realizado a partir da recepção de determinados modelos antigos e da exclusão de outros. Dentre a inclusão ou exclusão de modelos, verificamos que o que determina as aproximações e afastamentos dos modelos da Antiguidade está fortemente vinculado ao conceito de poesia da Idade Moderna. Para que essa argumentação pudesse ser feita, procuramos entender, no primeiro capítulo, o contexto político, social, econômico e intelectual em que *Relação Panegyrica* foi produzida para evitar armadilhas contemporâneas. Pela compreensão da parte social, observamos que as sociedades que se formavam na América Portuguesa não se viam desgarradas ou em oposição à Metrópole, ao contrário, se enxergavam como parte integrante dela. É por isso também que não poderíamos empreender uma busca por vestígios de uma suposta nacionalidade que não a luso-brasileira, tampouco questionar uma verdade quanto ao sentimento de luto apresentado nesses poemas. Ainda no primeiro capítulo, discutimos a importância da Igreja e das instituições de ensino jesuíticas para a disseminação da língua latina nas terras luso-brasileiras, porque essa educação humanística teve forte impacto na recepção dos modelos retórico-poéticos da Antiguidade.

No segundo capítulo, tratamos, especialmente, das noções do gênero epidítico da Antiguidade e sua reformulação na Idade Moderna considerando a defesa do exercício poético, disseminado por preceptistas como Vossio, Luzán, Gracián e Freire, como aquele que demonstra um equilíbrio entre o deleite e a moralidade. Para tratarmos especificamente de nossa primeira hipótese, utilizamos os manuais de retórica antiga e as poéticas modernas para a discussão teórica e ilustramos as semelhanças e diferenças do gênero epidítico em *Relação Panegyrica* a partir da exposição de alguns epigramas da obra. Em nossa consulta aos manuais de retórica antiga como os *Progymnasmata* (109), de Élio Teão, o *Tratado* (II.369.15-20), de Menandro, a *Retórica a Herênio* (III. 10) e a *Instituição Oratória* (III. 7.10), de Quintiliano, percebemos que a matéria estabelecida para o discurso fúnebre é o louvor da vida, a educação, os antepassados, a beleza, a glória, o poder, a riqueza, a saúde, a

sorte e a influência do elogiado. Nos epigramas de *Relação Panegyrica*, temos o louvor ao poder, à riqueza, à beleza física e de caráter de D. João, e, pela morte do monarca ter ocorrido devido a uma doença, sua saúde debilitada é tratada evidenciando outras características do rei como a generosidade e a pacificidade.

Ainda no segundo capítulo, discutimos a recepção do gênero epigramático. Na modernidade, o gênero epigramático teve algumas de suas características básicas preservadas e incentivadas como a brevidade e a adoção metáforas e outros dispositivos retóricos. Contudo, uma das principais autoridades da Antiguidade, no que se refere a este gênero, foi alvo de críticas. Em função da noção de moralidade na poesia da Idade Moderna, o uso de Marcial como modelo era desencorajado por preceptistas como Luzán e Freire por causa da obscenidade do poeta antigo. Isso também é indicativo de que a poesia na Idade Moderna estava a serviço do bem comum, assim, a recomendação para o exercício poético era a imitação de matéria e modelos elevados e, assim, uma escrita suave. Contudo, apesar da crítica à obscenidade de Marcial, não foi só Gracián que reconheceu a agudeza poética do poeta, porque mesmo Freire e Luzán já apontavam para o perfeito uso de metáforas nos epigramas de Marcial. É também a partir da percepção da importância dos dispositivos retórico-poéticos nas poéticas modernas que desenvolvemos a nossa segunda hipótese. Para nós, a escolha de figuras de linguagem específicas do gênero epidítico como a hipérbole, a écfrase e a metáfora são indispensáveis para a construção da imagem virtuosa de D. João V. Além disso, essas figuras de linguagem são caras à própria descrição das exéquias do monarca, o que convém ao gênero da obra estudada que se trata de um relato.

O gênero relações se constitui como um relato de um evento. São vários os assuntos que podem ser relatados, o que torna o gênero também variado. Percebemos que para os textos que se apresentam como narrativas de exéquias, a descrição da pompa fúnebre é feita em prosa, uma vez que essa é a parte de fato considerada relação, mas os textos desse tipo também são acompanhados de variados gêneros poéticos que dentro das convenções de seus gêneros relatam os momentos da vida do elogiado, a natureza, as virtudes e também a doença. As obras panegíricas desde o século XVI já apresentavam imagens de grandeza e naufrágio, luz e sombra, vida e morte, dia e noite, emulando tópicos tanto da poesia quanto da pintura relativas à fugacidade da vida (LUZ, 2013, p. 152). Essa imagética também é evocada nos epigramas de *Relação Panegyrica* e, por isso, estabelecemos algumas categorias para que pudessemos evidenciar como esses elementos aparecem nos poemas da obra.

Porque analisamos epigramas, consideramos as categorias como a metapoesia e a hipérbole, a écfrase e a metáfora. O uso desses dispositivos retóricos é caro tanto ao gênero epidítico como também ao gênero epigramático. Na primeira categoria, discutimos o conceito de metapoesia e também o uso de hipérboles. Se isolarmos apenas os epigramas latinos de *Relação Panegyrica*, os dois poemas iniciais obedecem a uma ordem que aparece nos epigramas da Antiguidade: a abertura do livro e a discussão do fazer poético. A partir desses epigramas de abertura, destacamos alguns elementos que seriam utilizados em outros epigramas da obra com temáticas diversas. Já nos poemas metapoéticos temos a retomada de tópicos épicos e a afirmação de um tom elocutivo suave. Nesse sentido, em nossa leitura, notamos que a recepção do gênero epigramático se dá principalmente na utilização das figuras de retórica, na brevidade dos poemas e no tratar da causa da morte do elogiado, porque a recepção dos textos antigos ocorre por meio da retomada de imagens épicas e não necessariamente alusões diretas aos textos epigramáticos da Antiguidade.

O uso da écfrase, que é a nossa segunda categoria de análise, nos permite percorrer pelos espaços narrados pelo epigrama, bem como visualizar as cenas que se valem da luz e das sombras. Na categoria dos poemas ecfrásticos, há a narração poética sobre a morte de D. João V e a recepção dos textos e imagens da literatura antiga são utilizados para representar o período em que o rei morreu, bem como a construção do cenotáfio do monarca e das obras arquitetônicas como o convento de Mafra. O emprego da luz nos poemas ocorre com a recepção da imagem de Febo e sua associação a D. João V. Em razão disso, temos também o caráter de grandeza: o monarca tal como o deus antigo representa a luz, mas mesmo em condição humana, ele excede o deus. É a luz da vida de D. João V que ilumina seu povo e é a morte que traz sombra a Portugal e à América Portuguesa. A ideia do pôr do sol enquanto momento de suspensão entre a vida e a morte foi comumente utilizada em outros textos fúnebres e elogiosos dos séculos XVI-XVIII e, diante disso, Luz (2013, p. 155) considera que sem a noite que chega com a morte, o dia não tem sentido, assim como sem a morte a vida não se justifica. Os epigramas de *Relação Panegyrica* utilizam essa imagem dentro da concepção de boa morte. O bom governo, para a representação das letras coloniais, deve proporcionar a realização mística de seus objetivos, a promoção de caminhos justos e o governante deve servir de condutor desses preceitos, o exemplo da boa morte (LUZ, 2013, p. 155-156)

A nossa terceira categoria de análise é a metáfora. Em alguns poemas desse conjunto, identificamos o uso de elementos mitológicos, muitos deles recuperados das *Metamorfoses* de Ovídio, para descrever ecfrasticamente a estação em que o rei faleceu e o mês. É também nesses epigramas que há a recepção do mito do Leão de Neméia e conseguimos estabelecer as semelhanças do monarca com Hércules e também com o leão. As semelhanças com o primeiro se dão pelos atos heroicos que teve o rei para com o seu povo, mas se difere porque o rei prefere ser vencido pelo leão, que é recuperado, ainda, como referência à constelação de Leão, uma vez que a morte de D. João V se deu em 31 de julho de 1750, período regido pelo signo de leão, ao invés de engatar uma luta contra a fera. A semelhança de D. João V com o Leão é construída apenas pelo fato de que ambos são vencidos pela morte, mas é a partir da indicação de Hércules como aquele que mata a fera e do próprio leão como raivoso e selvagem, que temos os indícios de que o rei português é o completo oposto dessas características. Outros episódios épicos fúnebres também são recuperados e retrabalhados para apresentar a imagem de D. João V como pacífico e generoso. O primeiro ocorre com a recepção do episódio da *Eneida* (II. vv. 416-418) em que há o conflito entre os troianos e gregos após a entrada do Cavalo de Tróia, o episódio é reformulado como pano de fundo de uma Europa bélica do século XVIII em que a paz reina apenas nas terras lusitanas. Hansen (2019, p. 80) escreve que o princípio regente da sociedade desses séculos é, analogicamente, o corpo de membros, partes, ordens e estamentos e o rei é a cabeça ou razão suprema do Reino. É o rei que, sendo a cabeça, dirige o corpo e é por meio dele que deve ser estabelecida a harmonia e a ordem racionais do corpo.

Por seu caráter pacificador fundamentado pela recepção dos textos da Antiguidade clássica, D. João V é desenhado como o governante que conduz à paz e propõe leis para o seu povo. O segundo episódio é um episódio homérico que aborda a temática da doença do monarca. Por meio da retomada à luta de Odisseu e Iro (HOM. *Odisseia*, XVIII. 1-107) e a um jogo de adjetivos latinos, o rei é descrito como generoso, diferentemente da morte, cujo caráter avaro é reforçado. O não enfrentamento de D. João V e construção de seu caráter pacificador e generoso são virtudes que o encaixam dentro de um modelo de governante exemplar, aquele que foi virtuoso em vida e em morte deixou aos seus sucessores e ao seu povo um modelo a seguir. Os poemas retratam as virtudes de D. João V como indispensáveis para a aquisição de um novo reino, de uma nova morada, a morada celestial. Nesse sentido, ainda que o reino ao qual os epigramas de fato aludem seja o reino cristão, os textos clássicos são utilizados para aludir o caminho à essa morada. Verificamos que a Antiguidade clássica e os dispositivos

retóricos como a metáfora, a hipérbole e a écfrase são utilizados em favor da retórica epidítica no louvor a D. João V e também para a descrição narrativa das exéquias do rei.

Tal como sua suposta primeira versão, a escrita de *Relação Panegyrica* está submersa, mas em sua própria temporalidade e nos valores que social e intelectualmente regem o fazer poético da obra. E é dessa maneira que se dá o diálogo com a Antiguidade. A recepção do material antigo de maneira alguma é indicativo da ausência de originalidade ou de engenho poético, porque é justamente no lançar mão da Antiguidade que a performance retórica se forja. É também nos preceitos das retóricas modernas que a maneira como a recepção funciona na obra se torna mais clara. Frente a uma defesa vigorosa da imitação enquanto fator indispensável para a poesia, compreendemos a partir das poéticas de Vossio, Luzan, Freire e Grácian que o uso das estruturas retóricas antigas bem como dos textos é apenas um artefato pelo qual os poetas podem retrabalhar essa matéria resultando em um material completamente novo. A poética de Luzan, inclusive, destina um capítulo inteiro para abordar a possibilidade de dizer o mesmo, de resgatar o velho e transformá-lo em um novo.

A *Relação Panegyrica* se constitui como parte do espaço literário multilíngue da América Portuguesa e dentro das temáticas trabalhadas nos poemas em português, espanhol e latim, percebemos que o resgate do material antigo está fortemente vinculado à língua em que ele é expresso. A partir do estudo dos epigramas latinos de *Relação Panegyrica*, constatamos que a escrita em língua latina, para além de ser um exemplo de distinção social, uma vez que a maioria dos autores que assinam os epigramas da obra têm suas formações acadêmicas advindas do Colégio da Bahia ou da Universidade de Coimbra, é retoricamente proposital. Isso não quer dizer que não há imagens ou dispositivos retóricos antigos nos poemas vernáculos, mas sim que a recepção dessas imagens e de artifícios retóricos respeita as particularidades das convenções genéricas das formas poéticas Antigas e Modernas. Os poemas vernáculos e latinos compartilham das mesmas temáticas, mas a disposição delas acontece de maneira diversa. Há, portanto, uma régua que distância e aproxima os poemas escritos em língua vernácula e latina, e a unidade de medida dessa régua é a intenção do feito poético.

REFERÊNCIAS

1. Fontes Primárias

ALIGHIERI, Dante. **De vulgari eloquentia**. Tradução, introdução e notas de Tiago Tresoldi; Prefácio de Henrique Sagebin Bordini. Porto Alegre: Tiago Tresoldi, 2011.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2017.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

ARISTÓTELES. **Tópicos**. Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2007.

AUTOR ANÔNIMO. **Retórica a Herênio**. Tradução de Ana Paulo Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

BARROS, João Borges de. **Relação Panegyrica das Honras Funeraes, às memorias do muito alto, e muito poderoso senhor Rey Fidelissimo D. João V. Consagrou a Cidade da Bahia Corte da America Portugueza**: escrita, e dedicada ao excellentissimo, e Reverendissimo senhor D. Joseph Botelho de Mattos, Arcebispo da Bahia, primaz dos Estados do Brasil, do Conselho de Sua Magestade. Lisboa: Officina Sylviana e da Academia Real, 1753.

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus Editora, 2012, p. 2206.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Introdução e notas de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

CASCALES, Francisco. **Cartas Filológicas**. Biblioteca Virtual Universal.

CATULO. **O livro de Catulo**. Tradução, introdução e notas de João Oliva Neto. São Paulo: Edusp, 1996.

CÍCERO. **República**. In: BERNARDO, Isadora Prévide. O De República de Cícero: natureza, política e histórica. 215f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação da Universidade São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

CÍCERO. **Do Orador**. SCATOLIN, Adriano. A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23. 2009. 308f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CÍCERO. **Pro Archia**. Tradução de Maximiano Augusto Gonçalves. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1955.

CÍCERO. **Discussões Tuscultas**. Tradução de Bruno Fregni Bassetto. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FREIRE, Francisco Leitão. **Arte Poética ou Regras da Verdadeira poesia em geral, e de todas as suas espécies principais tratadas com juízo crítico**. Lisboa: Na officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759, 2ª edição.

GRÁCIAN, Baltasar y Morales. **Agudeza y Arte de ingenio en que se explican todos los modos y diferencias de concetos, con exemplares escogidos de todo lo mas bien dicho, assi sacro, como humano. En casa de Juan Bautista Verdussen, Impressor y Mercader de Libros**, 1725.

GRACIÁN, Baltasar. **A arte da Prudência**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, 2ª ed. [1647]

HOMERO. **Odisseia**. Tradução e prefácio de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

HOMERO. **Ilíada**. Tradução e prefácio de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

HORÁCIO. **Arte Poética**. Tradução de Guilherme Gontijo Flores. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HORÁCIO. **Sátiras**. Tradução de António Luís Seabra. São Paulo: Edipro, 2011.

LUZAN, Ignácio. **La poética: o, Reglas de la poesía en general y de sus principales especies**. Introducción y notas por Isabel M. Cid. de Sirgado. Universidad de Hofstra. Madrid: Cátedra ediciones S.A, 1974. [1737]

OVÍDIO. **Metamorfoses**. Tradução, introdução e notas de Domingos Lucas Dias. Apresentação de João Angelo Oliva Neto. São Paulo: Editora 34, 2017.

OVÍDIO. **Fastos**. Tradução de Maria Lia Leal Soares. In: SOARES, Maria Lia Leal. Ovídio e o poema calendário: os Fastos, livro II, o mês das expiações. 85f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PÉRSIO. **Sátiras**. Tradução de Marihá Barbosa e Castro. In: CASTRO, Marihá Barbosa e. Metáforas do corpo nas Saturae de Aulo Pérsio Flaco. 193f. Dissertação (Doutorado em

Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

PROPÉRCIO. **Elegias**. Tradução de Guilherme Gontijo Flores. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

QUINTILIANO, Marcos Fábio. **Instituição Oratória**. Tradução, apresentação e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

QUINTILIANUS, Marcus Fabius. **Institutio Oratoria**. Edited and translated by Donald A. Russell. Cambridge: Harvard University, 2002, v. III, 6-8.

THEON, Aelius. The Exercises of Aelius Theon. In: KENNEDY, George Alexander. **Progymnasmata: Greek Textbooks of Prose Composition and Rhetoric**. Translated by George Alexander. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003. p. 1-72.

VEGA, Félix Lope de. **Rimas: rimas sacras, la filomena, la circe, rimas humanas y divinas del licenciado Tomé de Burguillos**. Barcelona: Planeta, 1969. [1604]

VERNEY, Luís António. **O verdadeiro método de estudar**. Edição organizada por António Salgado Júnior. Lisboa: Sá da Costa, 1949-1953. [1746]

VERGÍLIO. **Eneida**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Organização, apresentação e notas de João Angelo Oliva Neto. São Paulo: Editora 34, 2016.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º arcebispo do dito arcebispado, e do conselho de sua majestade: propostas, e aceitas em que o sínodo diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707**. São Paulo: Na tipografia de Antonio Louzada Antunes, 1853. [Lisboa, 1719; Coimbra, 1720]

VOSSIO, Gerardo João. **Poeticae institutiones libri tres**. Edition, translation and commentary by Jan Bloemendal. Leiden-Boston: Brill, 2010. [1647]

2. Referências bibliográficas

AMARAL, Flávia Vasconcellos. Marcial, Meleagro e alguns tópoi do epigrama. **Organon**, v.3, n.60, 2016, pp. 187-204.

ANDRÉ, Carlos Ascenso. O Humanismo Português, a sua identidade e as suas contradições. In: **Humanismo, diáspora e ciência: séculos XVI e XVII**. Porto: Biblioteca Municipal do Porto, 2013, p. 17-40.

- ARAÚJO, Ana Cristina. **A cultura das Luzes em Portugal:** temas e problemas. Lisboa: Horizonte, 2003.
- ARAÚJO, Ana Cristina. Despedidas triunfais: celebração da morte e cultos de memória no século XVIII. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. **Festa:** cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Edusp, 2001.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente:** idade média aos nossos dias. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BAKOIANNI, Anastasia. O que há de tão ‘clássico’ na recepção dos clássicos? Teorias, metodologias e perspectivas futuras. **Revista Codex**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 2016, pp. 114-131.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; Gouvêa, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2001.
- BINATO, Cláudia Valéria Pavanel. O latim no contexto letrado do Brasil Colônia. **Patrimônio e Memória**, v.3, n.2, pp. 3-13, 2007.
- BINATO, Cláudia Valéria Peneval; FONDA, Enio Aloisio; ROCHA, Mirtes. O estudo atual do acervo dos manuscritos junto ao Archivum Generale Poetarum Latinorum Brasiliensium. **Patrimônio e Memória**, vol. 3, n. 1, 2007, pp. 186-194.
- BINATO, Cláudia Valéria Peneval. **Os poetas latinos da academia brasílica dos renascidos**. 257f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras - Campus Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2000.
- BLAIR, Hugh. **Lectures on rhetoric and Belles lettres**. London: Baynes and Son, Paternoster row, 1823.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, vol. 3.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, vol. 5.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1990, vol. 6.
- BLOEMENDAL, Jan. Introduction: Bilingualism, Multilingualism and the Formation of Europe. In: BLOEMENDAL, Jan (Ed.). **Latin and Vernacular Cultures, Examples of Bilingualism and Multilingualism c.1300 – 1800**. Boston: Brill, 2015.

- BLOEMENDAL, Jan. Dynamics of Neo-Latin and the Vernacular: Some Thoughts Regarding Its Approach. In: DENEIRE, Tom (ed.). **Dynamics of Neo-Latin and the Vernacular: Language and Poetics, Translation and Transfer**. Leiden: Brill, 2014. p.18-29.
- BLOEMENDAL, Jan. The Epigram in Early Modern Literary Theory: Vossius's Poeticae Institutiones. In: BEER, Susanna De; ENENKEL, Karl. A.E; RIJSER, David (eds.). **The Neo-Latin Epigram: a learned and witty genre**. Belgium: Leuven University, 2009.
- BORGES, Eduardo José Santos. As academias literárias e a possibilidade de produção do conhecimento autônomo em território colonial (Bahia, século XVIII). **Saeculum, Revista de História**, n. 34, João Pessoa, pp. 105-121, 2016.
- BOXER, Charles R. **A Igreja militante e a expansão ibérica 1440-1770**. Tradução de Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BRADLEY, Jill. The Changing Face of Death: The Iconography of the Personification of Death in the Early Middle Ages. In: KRÖTZL, Christian; MUSTAKALLIO, Katarina (eds.). **On Old Age: Approaching Death in Antiquity and the Middle Ages**. Turnhout, Belgium: Brepols, 2011.
- BRITTO, Paulo Henriques. **A tradução literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BRODER, Michael. Tradition vs. Reception as Models for Studying the Great Books. **Classical World**, vol. 106, n. 3, 2013, pp. 505-515.
- BROWN, G. J. Lope de Vega's Epigrammatic Poetic for the Sonnet. **MNL**, vol. 93, n. 2, 1798, pp. 218-232.
- BURKE, Peter. **Language and communities in Early Europe**. Cambridge: Cambridge University, 2004.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 50 ed. São Paulo: Cultrix, 2015. [1970].
- CAIROLI, Fábio. Pérsio, sátira 4: uma proposta de tradução. **Estudos linguísticos e literários**, n. 55, 2016, pp. 368-397.
- CALA, Carmen Espejo. Relaciones de Sucesos Sevillanas: un modelo de producción bajo el siglo de la decadencia. In: BÉRGRAND, Patrick (Org.). **Representaciones de la alteridad, ideológica, religiosa, humana y espacial en las relaciones de sucesos** (siglos XVI - XVIII), V congreso internacional Siers. Besançon, FR: PU de Franche-Comté, 2009.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. [1959]

CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. Contra a agudeza. **Floema**, vol. 8, n. 10, 2014, pp. 91-112.

CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes. **Poesia de agudeza em Portugal**. São Paulo: Humanitas Editorial; Edusp; Fapesp, 2007.

CASTRO, Marihá Barbosa e. **Metáforas do corpo nas Saturae de Aulo Pérsio Flaco**. 193f. Dissertação (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

CESILA, Robson Tadeu. O princeps e o poeta: considerações sobre a estrutura e o arranjo interno do livro 8 de Marcial. **Ágora: estudos clássicos em debate**, vol. 20, 2018, pp. 107-134.

CESILA, Robson Tadeu. **Epigrama: Catulo e Marcial**. São Paulo: Editora Unicamp, 2017.

CESILA, Robson Tadeu. **Metapoesia nos epigramas de Marcial**: tradução e análise. 392f. Dissertação (Mestrado em Linguística na área de Estudos Clássicos). Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, São Paulo, 2004.

COSTA, Rafael Ferreira. A construção do “Orbe seráfico”: a emblemática do século XVI e XVII e a representação alegórica dos quatro continentes na Iconografia franciscana no nordeste do Brasil. **Anpuh - Brasil: 31º Simpósio Nacional de História**, 2021, pp. 1-17

COUTINHO, Afrânio. **Conceito de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

CLASSEN, Albrecht. Introduction. In: CLASSEN, Albrecht (ed.). **Death in the Middle Ages and Early Modern Times: The Material and Spiritual Conditions of the Culture Death**. Berlin: De Gruyter, 2016.

CUMMINGS, Robert. Epigram. In: MOUL, Victoria (ed.). **A guide to Neo-Latin Literature**. London: Cambridge University Press, 2017.

DELUCA, Dominique. Bonum est mortis meditari: Meanings and Functions of the Medieval Double Macabre Portrait. In: CLASSEN, Albrecht (ed.). **Death in the Middle Ages and Early Modern Times: The Material and Spiritual Conditions of the Culture Death**. Berlin: De Gruyter, 2016.

ELIAS; Simone Santana R; MARTINS, Décio Ruivo; MOREIRA, Ildeu de Castro. Não à criação de uma universidade no Brasil: análise de um documento do século XVII. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, pp 201-210, 2017.

ELLIOT, T. S. Tradução e talento individual. In: JUNQUEIRA, Ivan. **Ensaio**. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo: Art Editora, 1989. [1934]

ENENKEL, Karl. Introduction: The Neo-Latin Epigram: Humanist Self-definition in a Learned and Witty Discourse. In: BEER, Susanna De; ENENKEL, Karl. A.E; RIJSER, David (eds.). **The Neo-Latin Epigram: a learned and witty genre**. Belgium: Leuven University Press, 2009.

ETTINGHAUSEN, Henry. The News in Spain: Relaciones de sucesos in the Reigns of Philip III and IV. **European History Quarterly**, vol. 14, 1984, pp. 1-20.

FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. Uma metrópole no ultramar português: a Igreja de São Salvador da Bahia de Todos os Santos. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo R. (Orgs.). **Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2016.

FELDHERR, A. Non inter nota sepulcra Catullus 101 and Roman funerary ritual. **Classical Antiquity**, vol 19, pp. 209-231.

FELIPE, Cleber Vinicius do Amaral. A retórica do naufrágio. **História Revista**, vol. 23, n. 3, 2019, pp. 26-44.

FELIPE, Cleber Vinicius do Amaral. **Heroísmo na singradura dos mares: histórias de naufrágios e epopeias nas conquistas ultramarinas portuguesas**. 1ed. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

FERLINE, Vera Lucia Amaral. **Açúcar e Colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.

FERREIRA, José Manuel da Costa. **Os discursos fúnebres a propósito de D. João V como proposta de (re)construção biográfica**. 171f. Dissertação (Mestrado em Estudos Históricos e Europeus), Universidade de Évora, 2003.

FERRO, João Pedro; REGO, Manuela. D. João V e a lisonja. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, n. 6, 1992, pp. 161-176.

FUMAROLI, Marc. **La Repubblica delle Lettere**. Traduzione di Laura Frausin Guarino. Milano: Adelphi Edizioni S.P.A., 2018.

FURTADO, Júnia Ferreira. D. João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e novas práticas letradas. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial 1720 a 1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FURTADO, Júnia Ferreira. Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas minas setecentistas. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. 1aed, São Paulo: Edusp/Hucitec, 2001, pp. 397-416.

GIESEN, Kátia Regina. **O epidítico como recurso para a representação dos contemporâneos na epistolografia de Plínio, o Jovem**. 2016. 216f. Dissertação (Mestrado

em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

GILBERT, Allan H. Mock Accents in Renaissance and Modern Latin. **Modern Language Association**, vol. 54, n. 2, 1939, pp. 608-610.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Poder e propaganda no império severiano: a construção da imagem imperial. **Politeia: história e sociedade**, Vitória da Conquista, v. 01, n. 01, p. 53-68, 2001.

GRAESSE, J. G. Th; BENEDICT, F. **Orbis Latinus**: oder Verzeichnis der wichtigsten lateinischen Orts-und Ländernamen. Berlin: Richard Carl Schmidt & Co, 1900.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário de mitologia grega e romana**. Tradução de Victor Jabouille. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2005, 5ª edição.

HANSEN, João Adolfo. Para uma história dos Conceitos das Letras coloniais Luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII. In: HANSEN, João Adolfo. **Agudezas seiscentistas e outros ensaios**. São Paulo: Edusp, 2019.

HANSEN, João Adolfo. Autoria, obra e público na poesia colonial luso-brasileira atribuída a Gregório de Matos e Guerra. **Journal of Lusophone Studies**, Stanford, v. 12, p. 91-117, 2014.

HANSEN, João Adolfo. Categorias Epidíticas da ekphrasis. **Revista USP**, São Paulo, n. 71, 2006, p. 85-105.

HANSEN, João Adolfo. Retórica da Agudeza. **Letras Clássicas**, n.4, 2000, pp. 317-342.

HANSEN, João Adolfo. Práticas letradas seiscentistas. **Discurso**, n. 25, 1995, pp; 153-183.

HAYNES, Kenneth. Modernism. In: KALLENDORF, Craig W. **A companion to the Classical Tradition**. Malden: Wiley-Blackwell, 2008.

HOPE, Valerie M. Introduction. In: HOPE, Valerie M; HUSKINSON, Janet (eds.). **Memory and Mourning: Studies on Roman Death**. Oxford: Oxbow books, 2011.

HUXLEY, H. H. Storm and Shipwreck in Roman Literature. **Greece & Rome**, vol 21, n. 63, 1952, pp.117-124.

ISER, Wolfgang. The Act of Reading: **A Theory of Aesthetic Response**. Baltimore: The Johns Hopkins University, 1978.

IVO, Oscarino da Silva. Introdução ao estudo do latim vulgar. **Ensaio de literatura e filologia**, 1978, pp. 73-99.

IVO, Júlio. **Monumento de Mafra**: Guia ilustrado com uma notícia histórica sobre a fundação do monumento e sua aplicação e seu estado atual, acompanhada de uma descrição

minuciosa das suas dependências, de interessantes informações inéditas e de uma notícia sobre uma antiga vila de Mafra. Lisboa: A editora, 1906.

KALTNER, Leonardo. O latim na colonização do Brasil quinhentista. **Cadernos de Letras da Uff**, vol. 29, n. 53, 2016, pp. 39-60.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005

LAGE, Lana. As Constituições da Bahia e a reforma tridentina do clero no Brasil. In: FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. **A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Unifesp, 2011.

LAMP, Kathleen. Building Praise: Augustan Rome and Epideictic. **Advances in the History of Rhetoric**, 2019, vol. 22, n.2, 153-16.

LAUER, Ilon. Epideictic Rhetoric. **Communication Research Trends**, vol. 34, n. 2, 2015, pp. 4-19.

LEERSEN, Joep. **National Thought in Europe: A Cultural History**. Amsterdam: Amsterdam University, 2007.

LEITE, Diogo Moraes. **Os epigramas homoeróticos de Marcial: estudo e tradução**. 219f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas). Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LEITE, Leni Ribeiro. Literary Translingualism and Neo-Latin: the case of Latin America. In: Steven G. Kellman; Natasha Lvovich. (Org.). **The Routledge Handbook of Literary Translingualism**. 1ed. New York: Routledge, 2021, v.1, pp. 97-110.

LEITE, Leni Ribeiro. Leitura e Literatura no Brasil Colônia: esquecimentos e pagamentos dos séculos XVI ao XVIII. **Revista Contexto**, n. 36, 2019, pp. 210-238.

LEITE, Leni Ribeiro. **Latine Loqui**: curso básico de latim. Vitória: Edufes, 2016, vol. 1.

LIMA, Ricardo da Cunha. Aspectos importantes do Clássico e do Renascentista. In: SARTORELLI, Elaine Cristine; LIMA, Ricardo da Cunha; CESILA, Robson Tadeu. **Vozes clássicas, ecos renascentistas: intertextualidade, epigrama, autores revisitados**. São Paulo: Humanitas, 2017.

LIVINGSTONE, Niall; NISBET, Gideon. V Ancient Epigram in Reception. **New Surveys in the Classics**, vol. 38, 2008, pp. 140-162.

LOURENÇO, Frederico. **Nova gramática do Latim**. Lisboa: Quetzal, 2019.

LUZ, Guilherme Amaral. **Flores do Desengano**. São Paulo: Editora Fap, Unifesp, 2013.

- MARTINS, Paulo. **Pictura Loquens, Poesis Tacens**: limites da representação. 348f. Tese (Livre Docência) – Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, São Paulo, 2013.
- MAYORAL, José Antonio. **Figuras retóricas**. Madrid: Síntesis, 1994.
- MELO, José Joaquim Pereira. A educação e o Estado Romano. **Revista Linhas**, vol. 4, n. 2, 2006, pp. 1-19.
- MIERT, Dirk Van. What was the Republic of Letters?: a brief introduction to a long history (1417-2018). **Groniek**, v. 204-205, 2014, pp. 269-287.
- MINDT, Nina. Epigram and rhetoric. In: HENRIKSÉN, Christopher. A **companion to Ancient Epigram**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2019.
- MONEY, David. Epigram and Occasional Poetry. In: In: KNIGHT, Sarah; TILG, Stefan (ed.). **The Oxford Handbook of Neo-Latin**. New York: Oxford University, 2015.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Introdução. In: **História da Vida Privada em Portugal**: a idade moderna. Lisboa: Temas e Debates, 2011
- MORAES, Rubens Borba de. **Bibliographia Brasiliana**: rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian authors of the Colonial period. Los Angeles, California: UCLA Latin America Center Publications, University of California, 1983.
- MOREIRA, Marcello. **Crítica Textualis in Caelis Revocata?**: Uma proposta de Edição e Estudo da Tradição de Gregório de Matos e Guerra, São Paulo: Edusp, 2011.
- MOUL, Victoria. Introduction. In: MOUL, Victoria (ed.). **A Guide to Neo-latin literature**. London: Cambridge University Press, 2017.
- MURILLO, Jesús Cañas. Corte y academias literarias en la España de Felipe IV. **Anuario de Estudios Filológicos**, vol. 35, 2012, pp. 5-26.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. As primeiras traduções do Brasil: as fontes quinhentistas e seiscentistas para o conhecimento dos índios brasileiros e da língua tupi. **Revista do IHGSP**, vol. XCVIII, 2014, pp. 23-46.
- NÓBREGA, Manoel. Cartas jesuíticas I. In: CABRAL, Alfredo do Vale. **Cartas do Brasil**: do padre Manoel da Nóbrega (1549-1560). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.
- PASQUALI, Giorgio. Giorgio. Arte Allusiva. **Pagine stravaganti**, Firenzi, v. II, p. 275-282, 1968. [1942, pp. 185-187]
- NOY, David. Goodbye Livia: dying in the Roman home. In: HOPE, Valerie M; HUSKINSON, Janet (eds.). **Memory and Mourning**: Studies on Roman Death. Oxford: Oxbow books, 2011.

ORTIZ, David Leonardo Espitia. **Las cartas de relación como antecedente genérico de la narrativa histórica en las crónicas de Indias**. 440f. Tesis (Doctorado en Teoría de la Literatura y Literatura Comparada), Programa de Doctorado en Teoría de la Literatura y Literatura Comparada, Facultad de Filología y Letres, Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, 2015.

PÉCORA, Alcir. Introdução. In: PÉCORA, Alcir (Org.). **Sermões de Quarta-feira de cinza**. São Paulo: Editora Unicamp, 2016.

PÉCORA, Alcir. A história como colheita rústica de excelências. In: SCHWARTZ, Stuart B; PÉCORA, Alcir (Orgs.). **As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PEPE, Cristina. **The Genres of Rhetorical Speeches in Greek and Roman Antiquity**. Boston: Brill, 2013.

PEPE, Luigi. Universities, Academies, and Sciences in Italy in the Modern Age. In: FEINGOLD, Mordechai; NAVARRO-BROTTONS, Victor (eds.). **Universities and Science in the Early Modern Period**. Netherlands: Springer, 2006.

PERNOT, Laurent. **Epideictic Rhetoric: Questioning the Stakes of Ancient Praise**. Austin: University of Texas, 2015.

PIMENTA, João Paulo G. Literatura e condição colonial na América Portuguesa (século XVIII). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial 1720 a 1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

PLUMB, John H. Introdução. In: BOXER, Charles R. **O Império Colonial Português 1415-1825**. Lisboa: Editora 70, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, v. 3.

RABBIE, Edwin. Editing Neo-Latin Texts. **Editio**, 1996, pp. 25-48.

RAMALHO, Américo da Costa. A palavra Lusíadas. **Humanitas**, vol. 27-28, 1975-1976.

RAMALHO, Américo da Costa. **Estudos Camonianos**. Coimbra: Instituto de alta cultura/Faculdade de Estudos clássicos e humanísticos, 1975.

RAMMINGER, Johann. Neo-Latin: Character and Development. In: FORD, Philip; BLOEMENDAL, Jan; FANTAZZI, Charles (eds.). **Brill's Encyclopaedia of the Neo-Latin World**. Leiden/Boston: Brill, 2014.

ROSE, Sam. Reception. In: ROSE, Sam. **Interpreting Art**. London: UCL, 2022.

ROUANET, Sérgio Paulo. Dilemas da moral iluminista. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Clara Braz dos. As cerimônias fúnebres no Brasil colonial: ponto de vista historiográfico e descrições dos séculos XVII e XVIII. **Temporalidades** - Revista de História, ed. 22, vol. 8, n. 3, 2016, pp. 61-75.

SANTOS, Fernanda Cristina da Encarnação dos. **A retórica da alteridade na “Relação da Missão da Serra da Ibiapaba”, do padre Antônio Vieira**. 140 f. 2018. Tese (Doutorado em letras) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SANTOS, Fernanda Cristina da Encarnação dos. **O Colégio da Bahia: uma quase universidade na América Portuguesa (1556-1763)**. 425f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SANTOS, Fabricio Lyrio. Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII. **Revista de História**, n. 156, 2007, pp. 107-128.

SCHEIN, Seth L. Canons, Class and Ideology. In: HARDWICK, Lorna; STRAY, Christopher (eds.). **A Companion to Classical Receptions**. Maldon and Oxford: Blackwell, 2008.

SCHULTZ, Kirsten. Sol oriens in occiduo: Representations of Empire and the City in Early Eighteenth-Century Brazil. In: BROCKEY, Liam Matthew (ed.). **Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World**. London/New York: Routledge, 2016, 2nd edition.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenho e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, n. 31, 2008, pp. 169-189.

SILVA, Marcelo Pereira Leite da. O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. **Veredas da História**, vol. 8, n. 2, 2015, pp. 136-142.

SILVA, Ana Clara dos Santos. A metáfora na formação da alegoria seiscentista ibérica. **Letras em Revista**, vol. 4, n. 1, 2013, pp. 30-47.

SILVA, Emily Joyce Oliveira Lopes. **Entre a Monarquia, o Catolicismo e a Razão: contribuições de Antônio Pereira De Figueiredo para o Reformismo Ilustrado**. 128f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SOUSA, Avanete Pereira. **A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas**. São Paulo: Alameda, 2012.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **D. João V**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

SOUZA, Roberto Acízelo de. Introdução. In: Souza, Roberto Acízelo de (Org.). **Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários (1688-1922)**. Chapecó: Argos, 2011.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica: crítica textual**. São Paulo: Cultrix, 1977.

SYLVA, Francisco Xavier. **Elogio fúnebre e histórico**, do muito alto, poderoso, augusto, pio, e Fidelissimo Rey de Portugal, e Senhor D. João V em que se referem as ações de sua religião, piedade, clemência e justiça, liberalidade; as fundações tanto Sagradas, quanto civis; os sucessos dos tempos das guerras; e da paz; as vitórias, que as armas Lusitanas alcançaram no estado da Índia no seu reinado; com uma relação de enfermidade, morte. e mais atos, que procederam até o depósito de seu real cadáver. Lisboa: Na Officina Sylviana, e na Academia real, 1750.

TEIXEIRA, Ivan. Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América Portuguesa. **Revista USP**, São Paulo, n. 57, p. 138-159, 2003.

TORRANCE, Isabelle. **Metapoetry in Euripides**. Oxford University: Oxford, 2013.

VERBEKE, Demmy. Neo-Latin's Interplay With Other Languages. In: KNIGHT, Sarah; TILG, Stefan (ed.). **The Oxford Handbook of Neo-Latin**. New York: Oxford University, 2015.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. Brasília: EdUnb, 1981.

VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. **Discursos**, v. 09, 1978, p. 31-62.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo ilustrado, censura e prática de leitura: usos do livro na América Portuguesa**. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WARE, Catherine. Panegyric and the Discourse of Praise in Late Antiquity. **The Society for the Promotion of Roman Studies**, 2019, pp. 1-14.

WEBB, Ruth. The Progymnasmata as practice. In: TOO, Yun Lee (ed.). **Education in the Greek and Roman Antiquity**. Boston: Brill, 2001, p. 289-316.

WORCESTER, Thomas. In the Face of Death: Jean Delumeau on Late-Medieval Fears and Hopes. In: DUBRUK, Edelgard E; GUSIK, Barbara I (eds.). **Death and Dying in the Middle Ages**. New York: Peter Lang Publishing, 1999.

APÊNDICE I - Considerações acerca da transcrição e da tradução

Tanto pelo pouco tempo que cabe à pesquisa de mestrado e também por entendermos que uma edição crítica deve ser filológica e, por isso, necessita de um maior cuidado e maior aporte teórico, não intencionamos apresentar aqui uma edição crítica dos epigramas, porque apesar de nos atentarmos a observar os elementos linguísticos que compõem os poemas e reproduzi-los até mesmo em suas possíveis variantes ortográficas, variações de tamanho e acentuações, acreditamos que é possível realizar um estudo mais aprofundado no que diz respeito às questões filológicas da obra quando a edição de um texto se pressupõe crítica. Durante os três capítulos desta dissertação, transcrevemos os originais latinos retirando os acentos, marcas e variedades de fontes como o original, porque acreditamos que facilitaria a leitura dos originais, bem como seria mais adequado tratar das acentuações dos substantivos, advérbios e verbos dos epigramas de *Relação Panegyrica* no presente apêndice.

De maneira geral, não encontramos muitos neologismos nos epigramas neolatinos da obra. As mudanças mais expressivas foram de substantivos e adjetivos vinculados às questões geográficas como a forma ablativa singular *Bahiensi* (relativo à Bahia), as formas acusativas *Ulyssiponem* e *Olyssiponem* (relativo a Lisboa) e a forma genitiva plural de *Lusiadum* (luso/lusitanos e que, portanto, dificilmente são encontrados em dicionários que se dedicam ao latim clássico. Verificamos alguns dicionários neolatinos tais como o dicionário online *Ein Wörterbuch des Lateinischen von Petrarca bis 1700* (Dicionário de Latim de Petrarca a 1700) de Johann Ramming, e o Neo-Latin Lexicon, e não encontramos registros de países e cidades. As referências aos termos que se relacionam à América Portuguesa como *Brasília* aparecem no dicionário *Orbis Latinus* (1900) dos professores Graesse e Benedict. Encontramos registros geográficos em latim referentes a Portugal, mas nenhum dos termos latinos aparece na *Relação Panegyrica* e, por isso, não os destacaremos.

Outra característica dos textos neolatinos, e que também são frequentes nos epigramas da obra organizada por João Borges de Barros, são acentuações, e essa acentuação possibilitava a distinção sintática de palavras semelhantes como *quod* (pronome relativo) e *quòd* (conjunção). Rabbie (1996, p. 34) escreve que as acentuações nos textos neolatinos foram criticadas por autores da época como Aldo Manúcio, porque a imitação do latim clássico não

deveria apresentar acentuações uma vez que essa não era uma característica da língua latina da Antiguidade. Gilbert (1939, p. 608-609) enumera os usos de acentuações no latim renascentista e, dentre essa lista, separamos alguns casos que foram observados em *Relação Panegyrica*.

Quanto ao uso de acento agudo, Gilbert (1939, p. 608) observa que essa acentuação é usada no final de advérbios terminados em *e*, *o* e *a*. Nos epigramas, todos os advérbios como *modo*, *ante*, *temere*, *pene* (da forma antiga *paene*), *denuo*, *primo*, *nusquam* são acentuados. Os advérbios comparativos como *felicius* e *laxius*, conforme destaca Gilbert (1939, p. 608), também recebem o acento agudo. Em *Relação Panegyrica*, percebemos que são poucos os advérbios comparativos que recebem tal acentuação e isso ocorre em *prius*, mas, no geral, a acentuação dos adjetivos acontece em seu grau superlativo como *felicissime*, *suspiratissime*.

No que se refere ao acento circunflexo, Gilbert (1936, p. 608) pontua que essa acentuação ocorre no final de palavras ablativas de primeira declinação e às vezes essas formas ablativas vêm acompanhadas da preposição *a*. O mesmo ocorre nos epigramas de *Relação Panegyrica* com alguns adjetivos tais como *austriaca*, *dextra* e *larga*. O uso da acentuação em verbos aparece quando estes são contraídos como é o caso do verbo *dictare*, em que a contração desse verbo conjugado na terceira pessoa do singular *dictaverat* é reduzido para *dictarat*. A contração deste verbo é empregada no segundo epigrama de *Relação Panegyrica* intitulado “Ao autor de exéquias que escreve novamente um livro”, de autoria de Emmanuel Pereira do Lago.

Por serem poemas neolatinos e que não têm nenhuma edição crítica, nosso interesse, na transcrição dos poemas que será exposta no apêndice II junto à tradução, foi reproduzir as pontuações e até mesmo as variações de tamanho. A reprodução de um texto que se pretende copiar os elementos do texto original, a grafia, abreviações e outros elementos desta ordem se caracteriza como uma reprodução diplomática e, de acordo com Moreira (2011, p. 77), se a edição diplomática visar apenas a edição de um texto, os códigos bibliográficos, com exceção dos códigos linguísticos, serão julgados extratextuais. Apesar de não propormos uma edição crítica dos poemas, nossa transcrição pode ser considerada como diplomática porque apresentaremos uma transcrição conservadora de abreviações, pontuações e acentuações. Essa forma de transcrição diplomática “isenta o leitor de decodificar as formas gráficas da escrita original do modelo” (KELER; GONÇALVES, 2018, p. 126). Quanto às questões que

compreendem também a construção de sentidos seja por referências mitológicas, por estruturas retóricas ou referências a outros textos, optamos por abordá-las durante o apêndice II em que apresentaremos a transcrição do texto latino, a tradução e notas. Nossa tradução não se propõe a traduzir palavra por palavra em seu sentido literal, tampouco representar fielmente as estruturas sintáticas latinas. Procuramos um equilíbrio entre o texto original e nossa tradução para a língua portuguesa de forma que a leitura não se torne desnecessariamente difícil ou encontre obstáculos na construção dos sentidos.

APÊNDICE II - Transcrição e tradução dos epigramas de *Relação Panegyrica*

Resumo: o poema de abertura de *Relação Panegyrica* é um epigrama metapoético escrito por Emmanuel Ferreira Neves. Nos versos 1-5, há menção de uma primeira versão da obra que teria sido perdida em um naufrágio. Entre os versos 3-10, o sal aparece tanto como um elemento que se refere às águas do mar quanto ao sal que o próprio livro teria, porque a palavra latina *sal* significa também gracejo, inteligência e dito mordaz. A hipérbole é utilizada neste poema para propor que tamanha é a excelência de *Relação Panegyrica* que o seu sal, ou seja, sua inteligência e sua aptidão, é mais pesado que o sal do mar.

**Liber, quem Author Ulyssipponem miserat Typis mandandum, naufragio amittitur, &
secundus denuò elucubratur,
EPIGRAMMA.**

Quem labor arroso construxerat ungue libellum,
Abdidit aequoreis naufraga puppis aquis.
Invidiosa, puto, tumuerunt aequora: nusquàm
Plus habuit pelagus, quàm liber ille, *Salis*.
Vel modò crediderim, pretium si mente revolve, 5
Par oneri tanto non erat illa ratis.
Nec dubitem, libri gemeret quin pondere navis;
Qui fuerat tanti, quis leve credet onus?
Haec subeunt, haec vera puto: sed, nomine lecto
Authoris, sanè plus ego vera puto. 10
Quis neget ergo sales, pondus, pretiumque libello,
Quem tua, Joannes, dextera culta beat?
Quo tamen amisso, rursus te suscitatur ardor,
Et nova despecto Scripta labore placent.
Invigiles iterùm fas est, nec parce labori; 15
Consuluit laudi sors modò vafra tuae.
Consuluit, duplicemque jubet conscribere librum:
Sic patet in laudes area tota tuas.
Nè sit in orbe locus, quem non tua fama pererret,

Emmanuel Ferreira Neves,
In Facultate Artium Magister.

**O livro, que o autor enviara para Lisboa para ser impresso, é perdido em um naufrágio
e um segundo é novamente composto.**

EPIGRAMA.

O Livrinho que o labor roendo a unha⁴¹ tinha composto

A náufraga popa enterrou nas águas do mar.
Por inveja, creio, os mares se enfureceram: em parte alguma,
Um pélogo teve mais sal do que aquele livro.
Eu até posso acreditar, se penso sobre o seu valor, 5
Que aquele navio não estava à altura de tamanho peso.
Que eu não duvide que o navio rangia com o peso do livro;
De tamanha grandeza, quem acreditaria o peso leve?
Estas coisas sucedem, creio que essas coisas são verdadeiras: mas,
Tendo lido o nome do autor, mais verdadeiras eu as creio. 10
Quem, pois, negará o sal, o peso e valor de um livrinho,
Que tua culta mão direita abençoeas, ó João?
Tendo sido, porém, perdido, a inspiração novamente te incita, João,
E ignorando o trabalho, novos escritos agradam.
É apropriado que te dediques mais uma vez, e não fujas do trabalho; 15

⁴¹ Isto é, um livro que foi escrito com muita dedicação. Na *Arte Poética* (289-294), Horácio, ao comparar o fazer poético com a escultura, indica que para o cuidado com a poesia, é necessário tempo e a reescritura dos textos deve ser corrigida ao corte das unhas, ou seja, até à perfeição. Semelhante a Horácio, Plutarco, em suas *Quaestiones Convivales* (2.3.2. 636b), afirma que os objetos de arte são, inicialmente, sem forma, e suas partes são articuladas detalhadamente a *posteriori*, dessa forma, o trabalho é mais difícil quando o barro é na unha. Para D'Angour (1999, p. 420), tanto em Horácio quanto em Plutarco, a tarefa final para o artista seria aperfeiçoar a figura até o melhor detalhe, isto é, dispensar tempo ao trabalho minucioso de sua arte. Ainda segundo o autor, a metáfora da unha que aparece na *Arte Poética* de Horácio é considerada, por muitos estudiosos, melhor aproveitada por Pérsio (*Sát.* I. 105-106), onde a questão a ser testada pelo toque implacável do crítico é a suave versificação. Castro (2020, p. 157) observa, em nota, que a metáfora da unha utilizada por Pérsio na sátira I.105-106 revela a crítica da persona poética aos versos mal trabalhados que, por não serem emocionantes o suficiente, não levavam os ouvintes a baterem na mesa ou roerem as unhas.

Há pouco a sorte astuta decidiu pela tua glória;
Decidiu, e ordena escrever um livro duplo:
Assim todo espaço se abre aos teus louvores.
Para que não haja lugar no mundo em que tua fama não percorra
Que este livro fique para a terra, e aquele para o mar. 20

Emmanuel Ferreira Neves,
Mestre na Faculdade de Artes.

Resumo: Este segundo epigrama latino, de autoria de Emmanuel Pereira do Lago, faz parte de um conjunto de poemas de abertura de *Relação Panegyrica*, em que há variedade de formas poéticas tais como sonetos, romances e décimas, dedicados tanto a D. João V como também ao organizador da obra, João Borges de Barros. Este epigrama fecha as dedicações iniciais e antecede as Licenças do Santo Ofício e a introdução do livro. Assim como no epigrama anterior, neste poema há, novamente, a indicação de que a primeira versão de *Relação Panegyrica* foi perdida durante um naufrágio e há, ainda, uma dedicação a João Borges de Barros

Auctori Exequiarum librum denuò scribenti,

EPIGRAMMA.

Quem tua, Joannes, dictârat dextera librum,

Fama est Nereidum surripuisse choros.

Rursus Musa placet, placet & componere librum:

Hic maris invidiâ, mittito, liber eat.

Nereides rapiunt, ut discant carmina, primum: 5

Qui doceat Musas, iste secundus erit.

Emmanuel Pereira do Lago,
In Facultate Artium Magister.

Ao autor de exéquias que escreve novamente um livro

EPIGRAMA.

O livro, João, que tua mão tinha produzido,
dizem que o coro das Nereidas o roubou.
Novamente a Musa te agrada e te agrada também compor um livro:
Envia, que este livro viaje contra a vontade do mar.
As Nereidas roubam o primeiro para que aprendam os poemas: 5
Quanto este segundo ensine.

Emmanuel Pereira do Lago,

Mestre na Faculdade de Artes.

Resumo: o terceiro epigrama é de autoria de Joseph Pires de Carvalho e Albuquerque. O poema trata do Mausoléu construído para D. João V na Bahia. Este é o primeiro epigrama latino que abre a temática dos cenotáfios do monarca. Neste epigrama há também uma referência a um epitáfio latino dedicado a Charles V (1500-1558), imperador do Sacro Império Romano-Germânico, de autoria anônima (BLAIR, 1823, p. 162).

*Serenissimi D. D. Joannis V. Lusitanorum Regis Tumulo in Metropolitanâ Sede Bahiensi
sumptuosissimè extracto,*

EPIGRAMMA

QUae modo luminibus circumfulgentibus Urna est?

Quodve Bahiensi Sede paratur opus?
Magnificum Regi par inspice Mausoleum:
Par quid ego? Certè creditur esse minus.
Pro Tumulo ponas Orbem: pro tegmine Coelum 5
Sit mare pro lacrymis: Sydera pro facibus.
Omnia si possent Tumulum Componere, Regi
Tunc equidem tanto par satis Urna foret.

Eidem,

Tendo sido edificado, suntuosamente, o Túmulo do Digníssimo Sereníssimo Rei dos Lusitanos D. João V, na Sé Metropolitana da Bahia,

EPIGRAMA.

Que Urna é essa há pouco envolta com brilhantes luzes?

Ou que obra é preparada pela Sé da Bahia?

Observe o magnífico mausoléu digno do Rei:

Eu sou digno de que? Decerto sabe-se que é menor.

Seja túmulo o Mundo: a cobertura seja o céu⁴² 5

Sejam lágrimas o mar: sejam tochas as estrelas.

Se todas essas coisas pudessem compor o túmulo

Então enfim a urna viria a ser digna de tamanho Rei.

O mesmo,

Resumo e estrutura: os próximos quatro poemas a seguir são registrados como de autoria da Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia e fazem parte de um conjunto de sete poemas sob o título “*Morre de forma muito abençoada o augustíssimo Digníssimo D. João V, Rei de Portugal, pondo-se o Sol*”, que enfatizam a associação da figura de D. João V a Febo.

Augustissimus D. D. Joannes V. Portugalliae Rex, Sole in occasum vergente, felicissimè emoritur,

EPIGRAMMA.

⁴² Nos versos finais, a construção latina “*pro Tumulo ponas Orbem:/ pro tegmine Coelum/ sit mare pro lacrymis:/ Sydera pro facibus*” é semelhante à de um epitáfio dedicado a Charles V: “*pro tumulo ponas orbem/ pro tegmine caelum, sidera pro facibus/ pro lacrymis Maria*”. Este epitáfio é referenciado por Cláudio Manoel da Costa em seu *Epicédio I*, destinado a Antônio Gomes Freire de Andrade (1685-1763), à época, Conde de Bobadela, Governador e Capitão General do Rio de Janeiro e Minas. Assim, em nossa tradução, optamos por uma estrutura que se aproximasse à estrutura dos versos de Cláudio Manoel da Costa: “*Seja túmulo o mundo./ A cobertura/ Seja o Céu: honre a esplêndida figura/ Das faixas toda a luz, a impulso tanto,/ Suspiro o fogo, e oceano o pranto*”.

NEscio, cum rutilo quae Rex commercia Phoebos,

Quod-ve Planetarum Principe foedus habet.

Nam dum Coelesti Sol emicat axe, refulget

Clarior ille solo: Sol cadit, ille cadit.

Nunquid Lusiadum Rege emoriente, superstes 5

Sol renuit nitidum continuare diem?

Perdidit an Phoebus clarissima lumina, Rege

Extincto, radios hauserat unde suos?

Ejusdem

**Morre de forma muito abençoada o augustíssimo Digníssimo D. João V, Rei de
Portugal, pondo-se o Sol**

EPIGRAMA.

DEsconheço, quais acordos com o brilhante Febo ou qual

Aliança com o Príncipe dos Planetas tem o Rei.

Enquanto, na verdade, o Sol brilha no meio do céu, ele resplandece

Mais brilhante na terra: o Sol se põe, ele se põe.

É possível que, tendo morrido o rei dos lusos, o sobrevivente Sol 5

Se recusou a continuar o brilhante dia?

Acaso Febo perdeu suas luzes mais brilhantes, depois de morto

O rei de onde antes extraía seus raios?

Aliud.

Sol caput abscondit: Regnator Maxime, noctis

Velatur tenebris, te pereunte, polus.

Ecce sepulchralis Coelo tibi pompa paratur,

En tibi structus adest exequialis honos:

Stat modò pro tumulo noctis coopertus amictu 5

Ipse polus; radiant sidera pro facibus.

Outro.

O Sol esconde a cabeça: ó Grande Soberano, com ti perecendo,

O céu é coberto pelas trevas da noite.

Eis que o cortejo sepulcral é preparado pelo céu para ti,

Eis aqui a funérea exéquia construída para ti:

O próprio céu coberto pelo manto da noite já está pronto 5

No lugar do túmulo: que brilhem os astros como tuas tochas.

Aliud.

Occiduis periit Lysiae Rex inclytus oris,

Phoebus it occiduas praecipitatus aquas.

Vel quoque de medio cecidisset in aequora Coelo,

Si tunc per medium fortè teneret iter.

Omni Lysiacus fuerat Rex lumine dignus, 5

Mors agit, ablato lumine, dira scelus.

Horrui hoc Phoebus, moestis immergitur undis,

Ne tantum aspiciat, lumine teste, nefas.

Outro.

O Inclíto Rei de Portugal morreu nas praias ocidentais,

Febo precipitado vai às águas ocidentais.

Mas também teria caído do meio do céu para dentro das águas

Se naquele momento por acaso estivesse no meio do seu caminho.

O rei lusitano fora digno de toda luz, 5

A morte terrível comete um crime uma vez que a luz foi levada.

Febo se horrorizou, e afunda nas tristes ondas,

Para que não veja tamanho crime em plena luz.

Aliud.

Quam bene depictâ referet sub imagine Regem,

Qui mundo Regum dat simulacra, typus!

Nam pulchros morum dat regia vita colores,

Signant regales regia facta manus.

Forma supercilium pulcherrima temperat, omnem 5

Offert pacificam vultus amicus opem.

Umbra deest, noctuque suas mors addidit umbras,

Ut sit adumbrato regia forma typo.

Outro.

Quão bem, como imagem pintada, o retrato representará o rei,

O retrato dá imagens para o mundo dos reis!

Pois a vida do rei dá as cores belas da moral.

E as mãos reais estampam feitos régios.

A grande beleza suaviza a austeridade, 5

O rosto amigo oferece toda ajuda pacífica.

Falta a sombra, e a morte adicionou à noite suas sombras,

Para que a imagem do rei seja sombreada⁴³.

Resumo e estrutura: os dois epigramas abaixo também são atribuídos à Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia. Estes poemas fazem parte de um conjunto de cinco epigramas que se apropriam de referências mitológicas mais concentradas na história do Leão de Nemeia. O leão é apresentado como uma fera selvagem, o que difere da imagem de D. João V que é desenhada como um governante de paz, e as referências à constelação de Leão indicam também o mês em que o rei de Portugal morreu, isto é, em julho de 1750, bem como a estação estiva deste período.

⁴³ Adumbro é um termo técnico da pintura, sombrear. A morte adicionou as sombras na vida do rei, e também na pintura.

Aliud.

QUae movet astriferum rabies vesana Leonem?

Cur furit in Sacrum bellua dira Caput?
Viderat haec Regem, gemini dum sustinet Orbis
Pondus, & Herculeo nomine digna gerit:
Inde, quod Alciden delusus imagine credit, 5
Ardet in excidium Principis ire Leo.
Vicerat Alcides monstrum: Rex vincitur astro:
Nec minor hinc victo gloria, fama minor.
Illa polum victo peperit victoria monstro;
Promeritum Regi contulit ista polum. 10

Outro.

Que insana raiva move o Leão carregado de estrelas?
Por que a terrível fera se enfurece contra a sagrada cabeça?
Ela tinha visto o rei, enquanto ele sustentava o peso do Mundo gêmeo,⁴⁴
Ele produz feitos digno do nome de Hércules:
Assim, enganado pela imagem acredita ver Alcides
O Leão anseia lançar-se à ruína do príncipe.
Alcides vencera o monstro: o rei pelo astro foi vencido⁴⁵:
Nem por isto é menor a glória, nem menor a fama.
Aquele vitória deu o céu para o monstro vencido;

⁴⁴ Atlas, o gigante filho de Jápeto e da Oceânide Clímene, participou da guerra dos gigantes e recebeu de Júpiter a punição de sustentar sobre os seus ombros a abóbada celeste (Ov. *Met.* II. vv. 96-2; Verg. *En.* IV. vv. 246-248). A imagem evocada aqui, porém, é de quando Hércules segura o mundo no lugar de Atlas enquanto o titã colhe as maçãs de ouro para o herói (Ov. *Met.* IX. 199).

⁴⁵ Hércules extermina o Leão de Nemeia e a morte do monstro dá nome à constelação de Leão (Verg. *En.* VIII. v. 895; Ov. *Met.* IX. v. 197). Neste verso, D. João V é vencido pelo astro, por sua morte ter ocorrido em 31 de julho de 1753, que é o período em que o signo de Leão rege os que nascem entre 21 de julho a 22 de agosto.

Essa trouxe o céu prometido para o Rei.

Aliud.

TEmpore, quo segetes sitiunt, quo torridus aer

Aestuat, & saevit torvus in arva Leo:

Hocce sepulchrales meruit Rex Magnus honores.

Hoc superas adiit, morte ferente, plagas.

Pacis amans, rabidas Monstri cum senserit iras, 5

Sideris ut furias mitiget, astra petit.

Outro.

NO tempo, em que as searas estão secas, em que o tórrido ar

Queima⁴⁶, e o Leão selvagem se enfurece contra os campos:

Neste tempo, o Grande Rei recebeu as honras sepulcrais.

Neste tempo, tendo sido levado pela morte, foi às superas plagas.

Amante de Paz, quando do monstro tinha sentido as selvagens iras , 5

Lançou-se às estrelas para que do astro as fúrias apaziguasse.

Resumo: Ainda sob autoria da Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia, o poema a seguir integra o conjunto de cinco epigramas que retomam algumas temáticas já apresentadas em outros poemas tais como o sol enquanto representação da hora em que D. João V morreu, as alusões à história de Hércules, além de menção a S. Ignácio de Loyola, o fundador da Companhia de Jesus, para tratar do dia em que D. João V morreu, uma vez que o rei morreu no mesmo dia que S. Ignácio. No poema abaixo, texto já discutido nesta dissertação, temos a

⁴⁶ Na mitologia, antes do rapto de Perséfone, a filha de Ceres, a primavera era eterna e o vento oeste Zéfiro acariciava as flores e a terra não era arada (Ov. *Met.* I. vv. 107-110), quando, porém, a filha da deusa é raptada, Ceres corta a terra com a foice (Ov. *Met.* V. v.340) e depois de procurar por Perséfone e descobrir o rapto da filha, a deusa castiga a terra: "A fertilidade desta terra por todo mundo louvada, está desmentida. As messes morrem ainda em erva e ora as destrói o sol em excesso, ora a muita chuva, e afetam-nas as inclemências e os ventos" (*fertilitas terrae latum uulgata per orbem/ laesa iacet; primis segetes moriuntur in herbis. et modo sol nimius, nimius modo corripit imber; sideraque uentique nocent*) (Ov. *Met.* V. vv. 340-485). É através do rapto de Perséfone que se dá a origem do mito das estações do ano. A imagem deste verso, portanto, retrata a imagem do verão. O verão europeu ocorre entre 21 de junho a 22 de setembro, assim, temos a descrição do período em que D. João V morreu.

retomada de Febo para representar o momento em que D. João V faleceu, além de alusões à mitologia cristã, indicando que a morte do governante foi também um descanso dado ao rei.

Hora septima post Solis Occasum fato concessit,

EPIGRAMMA.

SEptima, quae vitreâ Phoebum tumulaverat urnâ,

Extremam clausit Principis hora diem.

Clausit, & extincto dum facta est meta laborum,

Dat placido requiem, datque quiete frui.

Ultima mortales requies aequare videtur; 5

Joannem excelso consulit ista Deo.

Septima nanque Deo tulerat lux antè quietem,

Quam Regi numero par simul hora tulit.

Ejusdem

Na sétima hora, após o ocaso do sol, ele submeteu-se ao seu destino

EPIGRAMA.

ASétima hora⁴⁷ que tinha enterrado Febo na urna cristalina,

Fechou o último dia do Príncipe.

Fechou, e como a meta dos labores foi atingida, dá descanso⁴⁸

Ao gentil morto e permite que ele aproveite essa paz.

O repouso final parece igualar os mortais; 5

Este colheu João para o excelso Deus.

Pois, a sétima luz antes tinha levado o descanso para Deus, descanso que a hora,

Com o mesmo número ao mesmo tempo, levou para o Rei.

⁴⁷ Conforme Carrara e Moreira (2016, p. 1), os registros históricos atestam que D. João V morreu às sete da noite. Em *Relação Panegyrica*, na parte descritiva da obra, essa mesma informação é dada.

⁴⁸ Segundo a mitologia cristã, após a criação do mundo, Deus teria descansado no sétimo dia (*Gn. 2.2*). A ideia proposta nesse verso é a de que assim como o Criador teria descansado depois de seu trabalho, D. João V também ganhe descanso pelo trabalho do monarca enquanto rei do povo lusitano.

Resumo: O próximo conjunto de epigramas, ainda de autoria do Colégio de Jesus da Sociedade da Bahia, trata da construção do Convento de Mafra e do Convento de Mafra, bem como retoma a imagem de D. João V enquanto um rei de paz. Temos nesse conjunto, ainda, a descrição do cenotáfio do rei.

Serenissimo D. D. Joanni V. Pacis Conciliatori,

EPIGRAMMA.

Vix iniit Regale decus, populisque Joannes

Jura dedit, subito pax subit, arma cadunt.

Purpura non humeros illi rubefacta cruore,

Sceptra nec ornarunt sanguinolenta manus.

Lactea (crediderim) facta est ad sidera, quando 5

Sanguineâ ad Superos respuit ire viâ.

Ejusdem

Ao digníssimo sereníssimo Conciliador de Paz D. João V,

EPIGRAMA.

Assim que recebeu a honra real, aos povos João deu leis

Imediatamente, começa a paz e depõem-se as armas.

A púrpura avermelhada pelo sangue não ornou seus ombros,

Nem cetros sanguinolentos, suas mãos.

Eu posso imaginar que seu caminho aos astros foi feito de leite,⁴⁹ 5

⁴⁹ Aqui há uma referência à origem mitológica da Via Láctea. Segundo algumas versões do mito, Júpiter teria levado seu filho Hércules para ser amamentado por Juno enquanto ela dormia. Ao perceber, a deusa se afasta e o leite que escorre de seus seios respinga pelo universo criando o caminho do leite. Ovídio descreve “um caminho nas alturas, que se deixa ver quando o céu está calmo. Chama-se Via Láctea e é visível pelo seu brilho” “*est uia sublimis, caelo manifesta sereno;/ Lactea nomen habet, candore notabilis ipso./ hac iter est superis ad magni tecta Tonantis*” (Ov. *Met.* I.168-170). A Via Láctea é também denominada por Camões (*Os Lusíadas*, I.42) como caminho lácteo glorioso.

Quando rejeitou ir aos céus através de um caminho de sangue.

**Ad serenissimum Lusitaniae Regem D. D. Joannem V. qui egregium Mafrae Templum
extruxit, obeuntem,**

EPIGRAMMA.

Impensis, Rex Magne, tuis superavit Olympum
Mafra, humilis quondam, nunc super astra sedens.
Si post facta Deo tot munera funere pressus
Emoreris, credo, sidera summa petes.
Per aquas ad Coelum poteris conscendere, turres 5
Astris contiguas ardua Mafra dabit.

Ejusdem

**Ao sereníssimo, digníssimo Rei de Portugal D. João V que construiu o glorioso templo
de Mafra, em sua morte**

EPIGRAMA.

GRande Rei, Mafra com teus dispêndios superou o Olimpo,
Um dia humilde, agora morando acima das estrelas.
Se, após feitos tantos trabalhos para Deus, partes oprimido pela morte,
Creio, te encaminharás às mais altas estrelas.
Pelas águas poderás ascender ao céu, a elevada Mafra
Dará torres próximas aos astros.

O mesmo.

**De magnificentissimo, mirabilisque structurae cenotaphio in Cathedrali Bahiensis
Civitatis Ecclesia pro Serenissimi Regis exequiis celebrandis erecto,**

EPIGRAMMA.

QUaenam sidereo consurgit machina circo
AEmula, Coelestes circum imitata faces.
Septena augusto superat miracula fastu:
Naturae credas vincere, & artis opes.
Quid, quod Olympicas summo petit ardua sedes 5
Culmine, quod visa est condere in astra caput.
An, quod Regales sibi conscia adumbrat honores,
(hac Regni inferias Brasila terra parat)
Se super & terras elatâ mole superbit,
Gaudet & aethereas vertice adire plagas? 10
Urna-vè quod tanti nec Regis funera, magnos
Nec caperet cineres, haec nisi tanta foret?
Crederem ab extincto *patitur vim Caelica* Rege
Aula, tot è meritis dum subit ille polum.
Hinc, superimpositis ut Phlegrae in valle Gigantes 15
Pugnarunt superas montibus ire domos;
Sic oppugnanti Caelestia Regna Joanni,
Moles haec facilem sternit in astra viam.

Ejusdem

***Sobre o magnificentíssimo cenotáfio de maravilhosa estrutura construído na Igreja
Catedral da Cidade da Bahia para a celebração das exéquias do sereníssimo Rei***

EPIGRAMA.

SUrge certa máquina êmula do círculo dos astros,
Imitando em sua volta as luzes Celestiais.
Supera as sete maravilhas em augusto orgulho.

Julgarias ultrapassar as obras da natureza e da arte.
 Por que, ou porque íngreme busca as Olímpicas moradas com seu alto pico, 5
 porque pareceu ter escondido a cabeça nos astros,
 Ou porque consciência de si, representa as pompas régias,
 (Por ela, a terra do Brasil prepara as exéquias do Reino)
 Orgulha-se de si e das terras, com grande massa,
 E se compraz em se aproximar das plagas etéreas com seu topo? 10
 Ou porque a Urna não conteria de tão grande Rei nem os restos mortais
 Nem as ínclitas cinzas, se ela não fosse tão grande?
 Eu acreditaria que a Corte Celestial percebe o poder do extinto Rei
 Enquanto, ele, de tantos méritos, sobe ao céu.
 Por isso, como os gigantes no vale de Palene, superpostas as montanhas⁵⁰ 15
 Lutaram para ir às altas moradas.
 Assim, para João assaltando os reinos celestes, este monumento
 Oferece um fácil caminho aos astros.
O mesmo.

Depingitur Sol ventis undique perflantibus minimè obscuratus, sub Lemmate:

NEQUIT VIS CONJURATA NOCERE

**Augustissimus, ac Serenissimus Rex, dum universa penè Europa diuturno bellorum
 laboraret incendio, nusquam interturbatae pacis beneficio Regnum moderatur,**

EPIGRAMMA.

Conspicis, adversas utroque ex cardine vires

Ut Coelo Boreas exerat, utque Notus?

Inde solumque, salumque obvolvitur: aethere Solis

⁵⁰ A referência, neste verso, é a luta entre os deuses e os gigantes chamada de Gigantomaquia. O evento foi causado pela intenção dos gigantes em vingar os titãs, uma vez que Júpiter teria os aprisionado no Tártaro. Os gigantes teriam nascido nas Flégias, na quase ilha de Pelene, na Trácia. No embate contra os deuses do Olimpo, os gigantes foram vencidos (GRIMAL, 2005, p. 184-185). Esse episódio é comumente citado nas épicas latinas tais como a *Eneida* e as *Metamorfoses*.

Nec tamen obscuras videris esse faces.
 Haud secus Europam Mavors quatit undique: fluctus 5
 Ire iterum in rapidos creditur illa maris.
 Bella tot insurgunt, pelago quot commovet undas,
 Turbatas Nereus cum fremit inter aquas.
 Conjurata nequit vis illa nocere Joanni;
 Qui tantum haud repulit Marte, sed arte malum: 10
 Praelia nec tanto populos sub Numine, campos
 Tot nec turbarunt, Lysia terra, tuos.
 Viderat errantem toto Rex inclytus Orbe
 Pacem, belligerae dum furit ira Deae.
 Huic stabilem, terras neu deserat illa ruentes, 15
 In Regnis sedem condidit ipse suis.
Ejusdem.

**Pinta-se o sol, de forma nenhuma obscurecido pelos ventos que sopram por todos os
 lados, sob o título:**

A FORÇA CONJURADA NÃO PODE FERIR

**O augustíssimo e sereníssimo Rei, enquanto quase toda a Europa com o longo calor das
 guerras se inquietava, governou o reino em benefício da paz em parte alguma
 perturbada**

EPIGRAMA.

Percebes como o Vento Norte e o Vento Sul exercem forças
 Adversas de ambas as direções?
 Por isso, a terra e o mar são revolidos: não terias visto, porém,
 No céu, obscuros os raios do sol
 Da mesma forma Marte sacode a Europa por toda parte: 5
 Crê-se que ela vai novamente para as rápidas correntes do mar
 Tantas guerras se levantam quantas são as ondas que Nereu move
 Quando ruge entre as águas agitadas,

Aquela força conjurada não pode ferir a João;
 Ele que não afastou o mal por Marte, mas por arte; 10
 Sob tão grande Divindade, tantas lutas não perturbaram teu povo,
 Nem teus campos, Lusa terra.
 O Rei ínclito tinha visto a paz que vagava por toda a terra,
 Enquanto a ira da Deusa bélica se enfurecia.
 Para ela, ele construiu uma sede estável em seus reinos, 15
 Para que ela não abandone as terras que se arruinam.
O mesmo.

Resumo: Dos cinco epigramas latinos, de autoria de Emmanuel Ferreira Neves, que têm como temática a doença que acometeu D. João V até sua morte, sob o título principal de “A doença que por muito tempo, com tormento, perseguiu o lado esquerdo e o braço, tendo o direito permanecido ileso nesse ínterim, e pela qual, ao fim, o fidelíssimo e poderosíssimo D. João V Rei de Portugal morreu,” (*Morbus, quo fidelissimus, ac Potentissimus D. Joannes V. Lusitaniae Rex tandem occubuit, sinistrum latus, ac brachium, dextero interim illaeso, diuturno insectatur cruciatu,*), apresentamos dois poemas que relatam a paralisia do rei e também exaltam a generosidade do monarca por meio de uma alusão à *Odisseia*, de Homero.

EPIGRAMMA.

Quae spectrum baculo non devitanda supremum

Mors aequat, cunctos in sua jura vocans,
 Invida Lysiadûm tentat prosternere Regem,
 Sed laevum morbo concutit ante latus.
 Laeva fatigatur quassata, superstite dextrâ, 5
 Quae miseris largâ subveniebat ope.
Larga quidem manus est, aurum quae fundit in Iros,
 Et mors dicta alio nomine *Parca* fuit.
 Utraque si certet, quaenam victura duellum est?
 Plusquàm *Parca* potest, credite, *larga* manus. 10

EPIGRAMMA.

A Morte que não pode ser evitada com o bastão torna iguala o supremo

Soberano, chamando todos em suas leis,
Invejosa tenta destruir o Rei dos lusitanos, mas,
Fere o lado esquerdo com uma doença.
A mão esquerda enfraquecida é vexada, com a direita sobrevive. 5
A direita que com grande ajuda auxiliava os miseráveis.
A mão que espalha ouro aos pobres⁵¹, certamente, é *Grande*,
E a morte chamada por outro nome, *Parca* foi,
Se o combate entre ambas acontecer, qual das duas vencerá o duelo?
Crede, a *Grande* mão pode mais que a *Parca*. 10

Outro.

Quàm priùs optatum lethali vulnere Regem
opprimat, in laevam mors furit atra manum.
Cur dextra fugiat, quaeris, feriatque sinistram?
Haec magis infirma est, fortior illa manus.
Ejusdem.

Outro.

Antes que a negra morte com ferida fatal subjogue o amado
Rei, ela se enfurece com a mão esquerda.
Por que ela foge à direita, perguntas, e fere a esquerda?
Esta foi mais fraca, aquela é mais forte.
O mesmo

Resumo: Os últimos dois epigramas latinos de *Relação Panegyrica* são de autoria de Emmanuel Pereira do Lago. A temática dos poemas gira em torno do lamento das terras

⁵¹ Optamos por traduzir Iros por pobres, uma vez que esse verso alude à luta de Odisseu e do mendigo chamado Iro na *Odisseia* (HOM. *Odisseia*, XVIII. 1-107).

conquistadas do Império Português em razão da perda de seu rei, bem como retoma a temática da morte do monarca que resulta em trevas para o povo lusitano.

**Serenissimo D. D. Joanni V. Portugalliae Regi quatuor terrarum Orbis partes
suspiratissimè parentant.**

EPIGRAMMA

Cum tibi Parca metit vitae, Rex inclyte, filum:

Par est, in lacrymas totus ut Orbis eat.

Quae genuit te laeta, gemit, ferit aethera planctu

Europa, & busto regia justa parat.

Deseruit Taurum: fletus latura perennes, 5

Heu! quod aquas Signum fundit, avara petit.

Africa regalem deponens moesta coronam,

vel tibi Joannes, vel tibi nemo, refert.

Praegravis immunem te non sinit, Asia, moeror;

Eclypsim haec Lunae fata dedere tuae. 10

Pressa gravi gemitu mutescit America; tanto

Rege cadente, loqui non sinit ora dolor.

Omnia damna ferunt: partes flent quatuor Orbis;

Non tamen, ut fas est, te pereunte dolent.

Dùm moreris, patitur jacturam mundus ut Octo; 15

Quatuor hanc partes non bene flere valent.

*Emmanuel Pereira do Lago,
In facultate Artium Magister*

**Ao sereníssimo e digníssimo D. João V. Rei de Portugal, as quatro partes do Mundo de
forma muito suspirante prestam homenagens**

EPIGRAMA.

QUando, para ti, a Parca mede o fio da vida, ínclito Rei:

É justo que toda a terra vá às lágrimas.

A Europa, que feliz te deu à luz, geme, fere os ares com o seu pranto

E prepara honras apropriadas ao funeral.

Ela abandonou o Touro: e há de suportar os perenes prantos. 5

Ai! Europa desejosa reclama o Signo que derrama as águas⁵².

A África chorosa depondo a real coroa, a entrega

Ou João entrega ou ninguém.

O pesadíssimo luto não te deixa imune, ò Ásia;

Estes fados determinaram o Eclipse da tua lua. 10

A América oprimida por pesado sofrimento se emudece; com tão grande

Rei caído, a dor não permite que os lábios falem.

Eles sofrem todas as perdas: as quatro partes da Terra lamentam;

Porém, elas ainda não choram apropriadamente por tua queda.

Enquanto morres, o mundo, como se fosse oito, sofre com a perda; 15

As quatro partes não conseguem bem lamentar a partida.

Nocte emoritur.

EPIGRAMA.

DUm nox atra polum moestis amplexatur alis,

Pro scelus! in Regem spicula Parca vibrat.

Cauta sibi populos Regis formidat amantes;

Ne frustrent, Regem ceu latro nocte rapit.

Morre à noite

⁵² Signo de Aquário

EPIGRAMA.

ENquanto a obscura noite abraça o céu com suas asas sombrias,

Que pecado! a Parca brande dardos contra o Rei.

Cautelosa consigo mesma, ela teme aos povos que amam o Rei;

Para que não a frustrem, ela, como um ladrão, rapta o Rei à noite.

APÊNDICE III - Tabela dos epigramas de *Relação Panegyrica*

Nº	Tema	Extensão	Metro	Posição em RP	Autoria
1	Metapoesia	20	DE	2º	Emmanuel Ferreira Neves
2	Metapoesia	6	DE	13º	Emmanuel Pereira do Lago
3	Mausoléu	8	DE	28º	Joseph Pires de Carvalho e Albuquerque
4	Morte e referência cristã	4	DE	88º	Fr. Manoel de Santa Maria Itaparica
5	Imagem de Febo/Sol	8	DE	104º	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
6	Imagem de Febo/Sol	6	DE	105º	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
7	Imagem de Febo/Sol	8	DE	106º	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
8	Imagem de Febo/Sol	8	DE	107º	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
9	Imagem de Febo/Sol	8	DE	108º	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
10	Contraste de cores	8	DE	109º	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
11	Imagem de Febo/Sol	8	DE	110º	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
12	Imagens do Leão de Neméia/Hércules	10	DE	111º	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
13	Imagens do Leão de Neméia/Hércules	10	DE	112º	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
14	Imagens do Leão	6	DE	113º	Sociedade de Jesus do

	de Neméia/Hércules				Colégio da Bahia
15	Imagens do Leão de Neméia/Hércules	6	DE	114°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
16	Imagens do Leão de Neméia/Hércules	14	DE	115°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
17	S. Ignácio de Loyola	4	DE	116°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
18	S. Ignácio de Loyola	4	DE	117°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
19	Anel	6	DE	118°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
20	Hora da morte	8	DE	119°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
21	Hora da morte	14	DE	120°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
22	Canais fluviais	8	DE	121°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
23	Rei de paz	6	DE	121°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
24	Convento de Mafra	6	DE	123°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
25	Convento de Mafra	6	DE	124°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
26	Mausoléu	18	DE	125°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
27	Mausoléu	6	DE	126°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
28	Rei de Paz/Orbe	16	DE	129°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
29	Rei de Paz/Orbe	12	DE	130°	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
30	Doença	12	DE	138	Emmanuel Ferreira Neves

31	Doença	12	DE	139	Emmanuel Ferreira Neves
32	Doença	10	DE	140	Emmanuel Ferreira Neves
33	Doença	10	DE	141	Emmanuel Ferreira Neves
34	Doença	4	DE	142	Emmanuel Ferreira Neves
35	Morte/ Lamento Orbe	16	DE	143	Emmanuel Perreira do Lago
36	Hora da morte	4	DE	144	

APÊNDICE IV - Tabela geral dos gêneros retórico e poéticos de *Relação Panegyrica*

Nº	Gênero retórico ou poético	Tema principal	Língua	Extensão	Metro	Autor
1	Soneto	Naufrágio	Português	12		Joseph de Oliveira Serpa
2	Epigrama	Naufrágio	Latim	20	Dístico elegíaco	Emmanuel Pereira Neves
3	Soneto	Morte/ Dedicação a João Borges de Barros	Espanhol	12		Domingo de Sylva Teles
4	Soneto	Morte/ Dedicação a João Borges de Barro	Português	12		Joseph de Oliveira Serpa
5	Soneto	Morte/ Dedicação a João Borges de Barro	Português	12		Antonio de Oliveira
6	Soneto	Metapoesia	Português	12		Joseph de Torres Sylva

7	Soneto	Metapoesia	Português	12		Francisco Alvares de Pina Bandeira Mendoça
8	Soneto	Metapoesia	Português	12		Manoel de Barbuda e Figueiredo
9	Soneto	Metapoesia	Português	12		Francisco das Chagas Sylveira
10	Romance Heroico	Dedicação a João Borges de Barros	Português	80		Domingos da Sylva Telles
11	Romance Heróico, e Esdrúxulo	Dedicação a João Borges de Barros	Português	60		Emmanuel Ferreira Neves
12	Décimas	Dedicação a João Borges de Barros	Português	20		Sylvestre de Oliveira Serpa
13	Epigrama	Metapoesia	Latim	6	Dístico elegíaco	Emmanuel Pereira do Lago
14	Elogio Fúnebre	Sobre a morte de João V	Latim	108		João Borges de Barros
15	Soneto	Sobre a morte de João V	Português	12		João Borges de Barros
16	Soneto	Mausoléu	Espanhol	12		João Borges de Barros
17	Soneto	Mausoléu	Espanhol	12		João Borges de Barros
18	Soneto	Sobre a morte de João V	Português	12		João Borges de Barros

19	Soneto	Sobre a morte de João V	Português	12		João Borges de Barros
20	Soneto	Sobre a morte de João V	Português	12		Fr. Henrique de Sousa de Jesu Maria
21	Soneto	Sobre a morte de João V	Português	12		Fr. Henrique de Sousa de Jesu Maria
22	Epitáfio	Mausoléu	Português	12		Fr. Henrique de Sousa de Jesu Maria
23	Soneto	Sobre a morte de João V	Português	12		P. Joseph de Oliveira Serpa
24	Soneto	Mausoléu	Português	12		P. Joseph de Oliveira Serpa
25	Soneto	Sobre a morte de João V	Português	12		P. Joseph de Oliveira Serpa
26	Soneto	Lamento da Corte de Madrid	Espanhol	12		P. Joseph de Oliveira Serpa
27	Inscrição Sepulcral	Mausoléu	Português	12		Joseph Pires de Carvalho e Albuquerque
28	Epigrama	Mausoléu	Latim	8	Dístico elegíaco	Joseph Pires de Carvalho e Albuquerque
29	Epitáfio	Mausoléu	Latim	6	Dístico elegíaco	Joseph Pires de Carvalho e Albuquerque
30	Soneto	Sobre o título	Português	12		P. Antônio de Oliveira

		de Fidelíssimo				
31	Soneto	Sobre o título de Fidelíssimo	Português	12		P. Antônio de Oliveira
32	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Jeronymo Sodré Pereira
33	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Domingos da Sylva Telles
34	Soneto	Mausoléu	Português	12		Domingos da Sylva Telles
35	Soneto	Mausoléu	Português	12		D. Joseph Miralles
36	Soneto	Mausoléu	Português	12		D. Joseph Miralles
37	Soneto	Doença	Português	12		De uma religiosa do convento do desterro da Bahia (anônimo)
38	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Coronel Sebastião Borges de Barros
39	Soneto	Mausoléu	Português	12		Coronel Sebastião Borges de Barros
40	Soneto	Mausoléu	Português	12		João Ferreira Bitancourt e Sá
41	Soneto	Doença	Português	12		João Ferreira Bitancourt e Sá
42	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Capitão Bernardino Márques de Arnizâu
43	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Capitão Bernardino Márques de Arnizâu
44	Soneto	Doença	Português	12		Capitão Bernardino Márques de Arnizâu
45	Soneto	Doença	Português	12		Emmanuel Ferreira Neves

46	Soneto	Doença	Português	12		Emmanuel Ferreira Neves
47	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Emmanuel Ferreira Neves
48	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Emmanuel Ferreira Neves
49	Soneto	Doença	Português	12		Emmanuel Ferreira Neves
50	Epigrama	Sobre a morte	Português	12		Emmanuel Ferreira Neves
51	Soneto	Mausoléu	Português	12		P. Lourenço da Rocha Moutinho e Oliveira
52	Soneto	Mausoléu	Português	12		Francisco Alvares de Pina Bandeira de Mendoça
53	Soneto	Mausoléu	Português	12		Francisco Alvares de Pina Bandeira de Mendoça
54	Soneto	Mausoléu	Português	12		Francisco Alvares de Pina Bandeira de Mendoça
55	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Emmanuel Pereira do Lago
56	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Luiz Joseph de Chaves
57	Soneto	Mausoléu	Português	12		Luiz Joseph de Chaves
58	Soneto	Cenotáfio	Português	12		Sylvestre de Oliveira Serpa
59	Soneto	Mausoléu	Português	12		Sylvestre de Oliveira Serpa
60	Soneto	Mausoléu	Português	12		Sylvestre de Oliveira Serpa
61	Soneto	Personificação	Português	12		P. Antonio Ferreira Mendes

		da Bahia/ morte				
62	Soneto	Personificação da Bahia/ mausoléu	Português	12		P. Antonio Ferreira Mendes
63	Soneto	Sobre a morte	Português	12		P. Antonio Ferreira Mendes
64	Soneto	S. Ignácio de Loyola	Português	12		João Rodrigues de Almeida
65	Soneto	Sobre a morte	Português	12		João Rodrigues de Almeida
66	Soneto	Mausoléu	Português	12		Coronel Antonio Alvares de Araujo Soares
67	Soneto	Morte/ Dedicção a D. José I	Português	12		Coronel Antonio Alvares de Araujo Soares
68	Soneto	Mausoléu/Orbe	Português	12		P. Antonio Gomes Xavier
69	Soneto	Mausoléu/Orbe	Português	12		P. Antonio Gomes Xavier
70	Soneto	Mausoléu	Português	12		P. Antonio Gomes Xavier
71	Soneto	Sobre a morte	Português	12		João Borges de Barros
72	Soneto	Mausoléu	Português	12		Manoel de Barbuda e Figueiredo Mascarenhas
73	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Manoel de Barbuda e Figueiredo Mascarenhas
74	Soneto	Sobre a morte	Português	12		João Rodrigues de Almeida

75	Soneto	S. Ignácio de Loyola	Português	12		Joseph de Torres Sylva
76	Soneto	Mausoléu	Português	12		Joseph de Torres Sylva
77	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Francisco das Chagas Sylveira
78	Soneto	Mausoléu	Português	12		Francisco das Chagas Sylveira
79	Soneto	Sobre a morte	Português	12		P. Francisco Antunes do Lago
80	Elegia	Sobre a morte	Português	183		Francisco Antunes do Lago
81	Egloga	Sobre a morte	Português	240		Domingos da Sylva Telles
82	Canção	Sobre a morte	Português	106		Sylvestre de Oliveira Serpa
83	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Fr. Manoel de Santa Maria Itaparica
84	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Fr. Manoel de Santa Maria Itaparica
85	Soneto	Mausoléu	Português	12		Fr. Manoel de Santa Maria Itaparica
86	Canção Fúnebre	Morte/cidade da Bahia	Português	82		Fr. Manoel de Santa Maria Itaparica
87	Epigrama	Morte e referência cristã	Latim	4	DE	Fr. Manoel de Santa Maria Itaparica
88	Soneto	Sobre a morte	Português	12		Bento Luiz Pereira de Lanções
89	Anagrama	Sobre a morte	Latim	12	DE	Bento Luiz Pereira de Lanções
90	Décimas	Sobre a morte	Português	20		Amaro Pereira Paiva

91	Glosa	Dedicado à rainha	Português	40		Sylvestre de Oliveira Serpa
92	Glosa	Dedicado à rainha	Português	40		Sylvestre de Oliveira Serpa
93	Glosa	Sobre a morte	Português	40		Sylvestre de Oliveira Serpa
94	Glosa	Sobre a morte	Português	40		Sylvestre de Oliveira Serpa
95	Glosa	Sobre a morte	Português	40		P. Joseph de Oliveira Serpa
96	Décimas	Rei de Paz	Português	10		P. Joseph de Oliveira Serpa
97	Elegia	Mausoléu	Latim	56	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
98	Elegia	Morte	Latim	34	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
99	Elegia	Morte	Latim	30	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
100	Elogio Sepulcral	Morte	Latim	62		Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
101	Epitáfio	Morte	Latim	27		Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
102	Elogio	S. Ignácio de Loyola	Latim	35		Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
103	Elogio	Anel	Latim	33		Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
104	Epigrama	Imagem de Febo/Sol	Latim	8	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
105	Epigrama	Imagem de Febo/Sol	Latim	6	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia

106	Epigrama	Imagem de Febo/Sol	Latim	8	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
107	Epigrama	Imagem de Febo/Sol	Latim	8	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
108	Epigrama	Imagem de Febo/Sol	Latim	8	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
109	Epigrama	Contraste de cores	Latim	8	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
110	Epigrama	Imagem de Febo/Sol	Latim	8	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
111	Epigrama	Imagens do Leão de Neméia/Hércules	Latim	10	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
112	Epigrama	Imagens do Leão de Neméia/Hércules	Latim	10	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
113	Epigrama	Imagens do Leão de Neméia/Hércules	Latim	6	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
114	Epigrama	Imagens do Leão de Neméia/Hércules	Latim	6	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia

		es				
115	Epigrama	Imagens do Leão de Neméia/Hércules	Latim	14	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
116	Epigrama	S. Ignácio de Loyola	Latim	4	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
117	Epigrama	S. Ignácio de Loyola	Latim	4	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
118	Epigrama	Anel	Latim	6	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
119	Epigrama	Hora da morte	Latim	8	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
120	Epigrama	Hora da morte	Latim	14	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
121	Epigrama	Canais fluviais	Latim	8	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
122	Epigrama	Rei de paz	Latim	6	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
123	Epigrama	Convento de Mafra	Latim	6	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
124	Epigrama	Convento de Mafra	Latim	6	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
125	Epigrama	Mausoléu	Latim	18	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
126	Epigrama	Mausoléu	Latim	6	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
127	Epitáfio	Imagem do Sol	Latim	10	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia

128	Epitáfio	Morte	Latim	10	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
129	Epigrama	Rei de Paz/Orbe	Latim	16	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
130	Epigrama	Rei de Paz/Orbe	Latim	12	DE	Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
131	Epicédio	Morte	Latim	40		Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
132	ODA	Morte	Latim	28		Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
133	ODA	Morte	Latim	28		Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
134	Elogio	Morte	Latim	28		Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
135	Epitáfio	Morte	Latim	2		Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
136	Elogio sepulcral	Morte	Latim	59		Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
137	Elogio sepulcra		Latim	216		Sociedade de Jesus do Colégio da Bahia
138	Epigrama	Doença	Latim	12	DE	Emmanuel Ferreira Neves
139	Epigrama	Doença	Latim	12	DE	Emmanuel Ferreira Neves
140	Epigrama	Doença	Latim	10	DE	Emmanuel Ferreira Neves
141	Epigrama	Doença	Latim	10	DE	Emmanuel Ferreira Neves
142	Epigrama	Doença	Latim	4	DE	Emmanuel Ferreira Neves
143	Epigrama	Morte/ Lamento Orbe	Latim	16	DE	Emmanuel Perreira do Lago

144	Epigrama	Hora da morte	Latim	4	DE	Emmanuel Perreira do Lago
145	Epitáfio	Mausoléu	Latim	6	DE	Emmanuel Perreira do Lago
146	Elegia	Vários	Latim	80	DE	João do Rosário
147	Oração fúnebre	Vários	PT/ Latim	IX partes		Plácido Nunes
148	Estátua de Ouro	Vários	PT/Latim	IV		Antonio de Oliveira
149	Sermão	Vários	PT/ Latim	20 Pag.		Antonio da Costa
150	Oração fúnebre	Vários	PT/Latim	43 Par.		Domingos Borges de Barros
151	Sermão	Vários	PT/ Latim	28 Par.		Joseph dos Santos